

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE PONTA PORÃ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E DE SISTEMAS PRODUTIVOS

VIVIAN LETÍCIA AGUERO GODOY

**A LEI DE MAQUILA E A DINÂMICA PRODUTIVA NO TERRITÓRIO
FRONTEIRIÇO DE PONTA PORÃ (BRASIL) E PEDRO JUAN CABALLERO
(PARAGUAI): NOVOS ESPAÇOS INDUSTRIAIS**

PONTA PORÃ/MS

2020

VIVIAN LETÍCIA AGUERO GODOY

**A LEI DE MAQUILA E A DINÂMICA PRODUTIVA NO TERRITÓRIO
FRONTEIRIÇO DE PONTA PORÃ (BRASIL) E PEDRO JUAN CABALLERO
(PARAGUAI): NOVOS ESPAÇOS INDUSTRIAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos (PPGDRS) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, como requisito para a obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos.

Linha de pesquisa: Dinâmicas do desenvolvimento regional.

Orientador (a): Profa. Dra. Eliana Lamberti

PONTA PORÃ/MS

2020

VIVIAN LETÍCIA AGUERO GODOY

**A LEI DE MAQUILA E A DINÂMICA PRODUTIVA NO TERRITÓRIO
FRONTEIRIÇO DE PONTA PORÃ (BRASIL) E PEDRO JUAN CABALLERO
(PARAGUAI): NOVOS ESPAÇOS INDUSTRIAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos (PPGDRS) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, como requisito para a obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos.

Data de aprovação: Ponta Porã, 18 de Fevereiro de 2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. DR^a. Eliana Lamberti
(Orientadora – PPGDRS-UEMS)

Prof. Dr. Ernani Carpenedo Busanelo
(Examinador – PPGDRS-UEMS)

Prof. Dr. Camilo Pereira Carneiro Filho
(Examinador – UFGD)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus Jeová...

Em segundo a minha elegante, querida, perfeita, exemplo de profissionalismo e ética, orientadora Eliana Lamberti. Agradeço imensamente sua paciência e compreensão neste processo de desconstrução.

Ao meu pai Miguel e minha mãe Francisca, sem o apoio deles não teria vivido intensamente o mestrado. A minha irmã e cúmplice Marília, ao meu primo Ariel, que sempre esteve presente quando precisava de ajuda na formatação e configuração do meu *laptop*. A compreensão de todos os meus familiares pelo meu distanciamento, com enfoque maior na tia Iza e na vó Teresa.

A 4ª turma do PPGDRS: Beatriz, Flávio, Natália, Tiago, Vinícius e Yhulds. Agradeço imensamente por poder compartilhar com cada um de vocês essa etapa da minha vida. Não poderia deixar de agradecer de forma especial à Beatriz e Tiago, meus queridos amigos de loucuras, publicações e viagens, duas pessoas maravilhosas que o mestrado me presenteou, que guardarei para sempre em meu coração.

Ao programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, unidade universitária de Ponta Porã e aos incríveis professores que tive a honra de conhecer, cada um com suas contribuições magníficas, de profissionalismo, conhecimento, respeito, entusiasmo e humildade.

A UEMS e toda sua equipe, principalmente pelo impecável e querido Edson Ferreira e aos programas de fomento à pesquisa PIBAP e CAPES, que foram fundamentais para a realização de várias ações exigidas pelo mestrado.

Aos membros da minha banca examinadora: Prof. Dr. Ernani Carpenedo Busanelo e Prof. Dr. Camilo Pereira Carneiro Filho.

A todas as pessoas que fizeram parte desta pesquisa, principalmente as Empresas Maquiladoras que me atenderam prontamente, ao Lucas, que me acompanhou nas entrevistas e deixou tudo mais leve e divertido e a querida Cris pelos momentos de descontração e motivação.

A todos, o meu mais sincero obrigada!

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo compreender a realidade dos novos espaços industriais entre o Departamento de *Amambay* e o Estado de Mato Grosso do Sul, especificamente na zona de fronteira entre a cidade de *Pedro Juan Caballero* (PY) e o município de Ponta Porã (MS), frente aos resultados esperados pelo projeto maquilador. Para isso, os objetivos específicos tendem a estudar a região de fronteira entre o Brasil e Paraguai e a dinâmica maquiladora; apresentar as modificações de incentivos industriais para a região de fronteira sul-mato-grossense oriundas pelo efeito maquilador no Paraguai; e identificar os efeitos da Lei de Maquila para a modernização das instituições no território fronteiriço entre *Pedro Juan Caballero* e Ponta Porã. Para contemplar os objetivos estabelecidos, a metodologia utilizada consistiu no levantamento teórico e de literatura, coleta de dados primárias e secundárias por meio de sites oficiais e guia de entrevistas, para então, por meio da análise de conteúdo, montar tabelas, quadros e figuras explicativas da dinâmica em estudo, para a compreensão da realidade maquiladora paraguaia para a fronteira sul-mato-grossense. A partir da revisão de literatura, foi possível identificar a relação da dinâmica de internacionalização das Empresas Maquiladoras de Exportação com os acontecimentos históricos e suas diversas nomenclaturas, que culminou nas disparidades regionais. Diante disso, com as teorias das áreas de desenvolvimento regional, economia, geografia, sociologia, administração, entre outros, foi possível embasar tais acontecimentos em relação a divisão territorial do trabalho e aos novos espaços produtivos, propiciados pelos avanços tecnológicos e de comunicação a partir da necessidade de deslocamento empresarial para além da fronteira. Por meio de sites oficiais que regulamenta as Empresas Maquiladoras de Exportação, foi possível extrair dados estatísticos capazes de apontar a concentração dos mesmos nas regiões fronteiriças, e a partir disso, foi preciso entrevistar as instituições representantes das maquiladoras para obter os dados secundários, em específico do departamento de *Amambay*, que por sua vez, possui maior concentração de cidades-gêmeas com o Estado de Mato Grosso do Sul. Com o mapeamento das Empresas Maquiladoras de Exportação no departamento de *Amambay*, que no total são dez atuantes no território, tendo como principais segmentos: a fabricação de pré-formas de garrafas pet, vidros, tintas offset, equipamentos cirúrgicos e de toalhas, mantas e tapetes, foi possível identificar a primeira modificação materializada em região de fronteira, sendo o primeiro projeto integrado entre ambos os países para fins de desenvolvimento econômico em área de fronteira, o chamado Projeto Indústria sem Fronteira, que foi criado a partir do crescimento maquilador do outro lado da fronteira. Desde seu ano de aprovação em 2017, já estão previstas, cinco distribuidoras no município de Ponta Porã, sendo duas em processo de abertura e três já atuantes. A realidade deste novo espaço industrial entre o município de Ponta Porã e a cidade de *Pedro Juan Caballero* carecem de uma atenção maior para modernizar as instituições públicas, para assim atender melhor a necessidade e compromisso que a dinâmica maquiladora está promovendo nesta fronteira, tanto do lado paraguaio, quanto do lado brasileiro. A maior limitação desta pesquisa, consiste na falta de informações tanto das fontes oficiais, quanto dos próprios responsáveis das empresas maquiladoras sobre os avanços desses projetos em território fronteiriço, limitando assim, o diagnóstico mais preciso e aprofundado.

Palavras-chave: Planejamento e Industrialização. Projeto Indústria sem Fronteira. Cadeias produtivas.

ABSTRACT

This research aims to understand the reality of new industrial spaces between the Department of Amambay and the State of Mato Grosso do Sul, specifically in the border area between the city of Pedro Juan Caballero (PY) and the municipality of Ponta Porã (MS), compared to the results expected by the maquiladora project. For this, the specific objectives tend to study the border region between Brazil and Paraguay and the maquiladora dynamics; present the changes in industrial incentives for the Mato Grosso do Sul border region arising from the maquiladora effect in Paraguay; and identify the effects of the Maquila Law on the modernization of institutions in the border territory between Pedro Juan Caballero and Ponta Porã. To meet the specific goals, the methodology used consisted of a theoretical and literature survey, collection of primary and secondary data through official websites and an interview guide, and then, through content analysis, assembling tables, tables and explanatory figures from the dynamics under study, to the understanding of the Paraguayan maquiladora reality to the Mato Grosso-Southern border. From the literature review, it was possible to identify the relationship between the internationalization dynamics of the Export Maquiladoras Companies with historical events and their various nomenclatures, which culminated in regional disparities. Therefore, with theories in the areas of regional development, economics, geography, sociology, administration, among others, it was possible to base such events in relation to the territorial division of labor and new productive spaces, provided by technological and communication advances from the need for business relocation across borders. Through official websites that regulate the Maquiladora Export Companies, it was possible to extract statistical data capable of pointing out their concentration in border regions, and from that, it was necessary to interview the institutions representing the maquiladoras to obtain secondary data, specifically in the department of Amambay, which in turn has a greater concentration of twin cities with the state of Mato Grosso do Sul. With the mapping of Export Maquiladoras in the department of Amambay, which in total are ten operating in the territory, having as main segments: the manufacture of preforms for pet bottles, glass, offset inks, surgical equipment and towels, blankets and carpets, it was possible to identify the first modification materialized in a border region, being the first integrated project between both countries for the purposes of economic development in a border area, the so-called Industry without Borders Project, which was created from the maquiladora growth of the other side of the border. Since its approval year in 2017, there are already five distributors in the city of Ponta Porã, two in the opening process and three already in operation. The reality of this new industrial space between the municipality of Ponta Porã and the city of Pedro Juan Caballero needs greater attention to modernize public institutions, in order to better meet the need and commitment that the maquiladora dynamic is promoting on this frontier, both in the Paraguayan side and Brazilian side. The biggest limitation of this research is the lack of information both from official sources and from those responsible for the maquiladora companies on the progress of these projects in the border territory, thus limiting a more accurate and in-depth diagnosis.

Keywords: Planning and Industrialization. Borderless industry project. Externalities. Productive chains.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Sites oficiais com os dados primários das EME no Paraguai	19
Figura 2 - Região fronteira de Mato Grosso do Sul.....	52
Figura 3 - IDHM – Educação da região de fronteira de Mato Grosso do Sul.....	53
Figura 4 – IDHM – Renda da região fronteira de Mato Grosso do Sul.....	54
Figura 5 – Total de exportações das EME em dólares americanos	61
Figura 6 – Dinâmica maquiladora paraguaia.....	65
Figura 7 – Concentração de projetos maquiladores aprovados por departamentos do Paraguai	67
Figura 8 – Projetos maquiladores aprovados por departamento do Paraguai até o ano de 2019	74
Figura 9 – Dinâmica do Programa Fomentar Fronteira.....	80
Figura 10 – Divisão administrativa do departamento de <i>Amambay</i>	85
Figura 11 – Localização das EME no departamento de <i>Amambay</i>	90
Figura 12 – Empresas maquiladoras de exportação do grupo de fabricação de pré-formas	91
Figura 13 – Empresas maquiladoras de exportação do grupo de fabricação de produtos têxteis	92
Figura 14 – Empresa maquiladora de exportação de fabricação de tintas offset	93
Figura 15 - A Lei de Maquila na prática	96
Figura 16 - Cadeia produtiva da EME com seguimento de fabricação de tintas OFFSET	99
Figura 17 – Maquinários da EME de fabricação de tintas OFFSET	99
Figura 18 - Cadeia produtiva das EME do ramo têxtil.....	100
Figura 19 – Estoque, produção, maquinário e produto final de EME do grupo de fabricação de produtos têxteis.....	101
Figura 20 – Pré-formas e produto final	102
Figura 21 - Cadeia produtiva das EME do seguimento de fabricação de pré-formas	102

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Lista de EME atuantes no departamento de <i>Amambay</i>	20
Quadro 2 - Principais referências utilizadas na construção do capítulo introdutório	22
Quadro 3 - Principais referências utilizadas para a elaboração do capítulo 2	22
Quadro 4 - Principais obras utilizadas para a revisão de literatura e teórica do capítulo 3	23
Quadro 5 - Principais obras para a revisão teórica e de literatura utilizados no capítulo 4.....	24
Quadro 6 - Razões positivas do uso de multinacionais para o desenvolvimento regional.....	41
Quadro 7 – Efeitos negativos do uso de multinacionais para o desenvolvimento regional	42
Quadro 8 - critérios complementares para a implantação do uso de empresas multinacionais para o desenvolvimento regional	47
Quadro 9 - Descrição departamental do Paraguai	58
Quadro 10 - Benefícios fiscais nas operações maquiladoras.....	64
Quadro 11 - Capital de origem dos projetos maquiladores aprovados de matriz brasileira entre 2017 até novembro de 2018.....	69
Quadro 12 - Capital de origem dos projetos maquiladores aprovados de matriz variada entre 2017 até novembro de 2018.....	70
Quadro 13 - Descrição das Indústrias no departamento de <i>Amambay</i>	87
Quadro 15 - Perfil das EME de <i>Pedro Juan Caballero</i> pesquisadas	94

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Comparação salarial da Malásia nos últimos dez anos (em dólares americanos) ..	46
Tabela 2 - Comparação salarial da China nos últimos dez anos (em dólares americanos)	47
Tabela 3 – Programas maquiladores aprovados até novembro de 2018 e sua contribuição social e econômica no Paraguai.....	66
Tabela 4 – Total de projetos maquiladores aprovados entre 2017 e novembro de 2018	68
Tabela 5 – Vagas de trabalho que se gerariam nos anos de 2017 até novembro de 2018.....	70
Tabela 6 – Projeção de investimento (em dólares americanos) entre 2017 até novembro de 2018	71
Tabela 7 – Total de projetos maquiladores distribuídos por departamento entre 2017 e novembro de 2018	72
Tabela 8 – Indústrias por distrito do departamento de <i>Amambay</i>	86
Tabela 9 – Números de indústrias por atividade principal no departamento de <i>Amambay</i>	86
Tabela 10 – Porte das indústrias no departamento de <i>Amambay</i>	88
Tabela 11 – Total de mão-de-obra gerada pelas indústrias no departamento de <i>Amambay</i>	88
Tabela 12 – Total de mão-de-obra gerada por segmento no departamento de <i>Amambay</i>	89

LISTA DE ABREVIATURA

BR	Brasil
CEDIF	Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira
CEMAP	Câmara de Empresas Maquiladoras do Paraguai
CNIME	Secretaria Executiva do Conselho Nacional da Indústria Maquiladora de Exportação do Paraguai
DGEEC	Direção Geral de Estatística, inquéritos e Censos do Paraguai
DGDR	Direção Geral de Desenvolvimento Regional do Paraguai
FIEMS	Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul
EM	Empresa Maquiladora
EME	Empresas Maquiladoras de Exportação
EMEP	Empresas Maquiladoras de Exportação do segmento de pré-formas
EMET	Empresas Maquiladoras de Exportação do segmento têxtil
FHC	Fernando Henrique Cardoso
IAGRO	Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal
IBGE	<i>Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística</i>
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios
INFRAEL	Empresa Brasileira de infraestrutura Aeroportuária
MERCOSUL	Mercado comum do Sul
MIC	Ministério de Indústria e Comércio do Paraguai
MS	Mato Grosso do Sul
Nº	Número

PDDF	Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira
PISF	Projeto Indústria sem Fronteira
PEMES	Pequenas e médias empresas
PIB	Produto Interno Bruto
PJC	<i>Pedro Juan Caballero</i>
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/Paraguai
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PPA	Plano Plurianual
PY	Paraguai
US\$	Dólares americanos
ZF	Zona Franca
ZPE	Zona de processamento para a exportação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 PROBLEMATIZAÇÃO, JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS	16
1.2 METODOLOGIA E ESTRUTURA DO TRABALHO	18
2 DINÂMICAS PRODUTIVAS GLOBAIS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	25
2.1 A RELAÇÃO ENTRE O SISTEMA ECONÔMICO E DESENVOLVIMENTO SOB A VISÃO DE CELSO FURTADO	25
2.2 CRESCIMENTO ECONÔMICO X DESENVOLVIMENTO REGIONAL	30
2.3 CADEIAS PRODUTIVAS GLOBAIS E OS NOVOS ESPAÇOS INDUSTRIAIS	34
2.4 DESENVOLVIMENTO REGIONAL POR MEIO DA INDUSTRIALIZAÇÃO	40
3 A FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI E A LEI DE MAQUILA.....	50
3.1 A FRONTEIRA INTERNACIONAL DO BRASIL	51
3.1.2 Programa de desenvolvimento da faixa de fronteira do Brasil	54
3.2 A FRONTEIRA INTERNACIONAL DO PARAGUAI.....	57
3.2.1 Segurança fronteiriça da República Paraguaia	62
3.2.2 A dinâmica maquiladora no Paraguai.....	64
4 A INDÚSTRIA E O MATO GROSSO DO SUL	75
4.1 PLANEJAMENTO E RETRATO INDUSTRIAL DO MATO GROSSO DO SUL	78
4.2 A FRONTEIRA DE MATO GROSSO DO SUL E O PROGRAMA FOMENTAR FRONTEIRAS	79
5 EMPRESAS MAQUILADORAS DE EXPORTAÇÃO NA ZONA DE FRONTEIRA ENTRE PEDRO JUAN CABALLERO (PARAGUAI) E PONTA PORÃ (BRASIL).....	83
5.1 PERFIL INDUSTRIAL DO DEPARTAMENTO DE AMAMBAY	84
5.2 EMPRESAS MAQUILADORAS DE EXPORTAÇÃO NO DEPARTAMENTO DE AMAMBAY	89
5.3 EMPRESAS MAQUILADORAS DE EXPORTAÇÃO NA ZONA DE FRONTEIRA DE PEDRO JUAN CABALLERO (PARAGUAI) E PONTA PORÃ (BRASIL)	93
5.3.1 Dinâmica maquiladora em Pedro Juan Caballero	96
5.3.2 Cadeia produtiva das EME e sua relação com o Projeto Indústria Sem Fronteira	97
5.3.3 Perspectivas para a Lei de Maquila e o novo espaço industrial para a zona de fronteira.....	103
CONCLUSÃO.....	105

REFERÊNCIAS 110

ANEXOS 120

1 INTRODUÇÃO

A palavra *maquila*, etimologicamente, provém do árabe *Makila*, desde 1020, tendo por significado ‘medida’, da raiz k-y-l ‘medir’. Inicialmente, este termo foi empregado na Idade Média pela forma de medir os ganhos obtidos pela terceirização no processo da moagem de trigo nas fazendas, realizado pelos camponeses por meio de moinho (COROMINAS, 1973).

A utilização desse mesmo termo em empresas, se deve à similaridade manufatureira dos moleiros à terceirização de serviços. Especificamente, as maquiladoras da América Latina, caracterizadas como uma ramificação industrial estrangeira, localizada em outro país, realizam processos de confecções ou montagens de produtos importados pela indústria contratante, sob um regime especial de impostos, destinado à exportação (CARRILLO, 2000).

O processo dessa divisão territorial do trabalho passou a ganhar força no final do século XX com a abertura da economia em âmbito global. Os avanços tecnológicos e da comunicação, assim como a ajuda do governo e instituições internacionais, possibilitaram políticas de desregulamentação capazes de interligar globalmente territórios¹, regiões² e localidades em tempo real (CASTELLS, 1999).

Outro aspecto relevante consiste nos fatores produtivos locais que influenciam a organização das estratégias competitivas entre os territórios. O princípio básico dessa divisão está nos fatores produtivos de cada região, caracterizados por Méndez (1997) como vantagens comparativas. As ordens entre os fatores produtivos organizam-se por meio das potencialidades existentes, sejam elas voltadas aos insumos naturais, como a terra e trabalho, ou aos recursos provenientes desses insumos naturais, como capital e tecnologia.

Para Santos e Silveira (2006), essa nova divisão do trabalho segmenta o território. Dessa forma, a pressão da ordem global transforma as políticas de desregulamentação em atrativos capazes de atrair instalações de fábricas ou transferir as já existentes para além da

¹ O conceito de território utilizado nesta pesquisa vai além da visão tradicional limitada pela dimensão jurídico-administrativa, de áreas geográficas, delimitadas e controladas pelo Estado. O conceito utilizado envolve também a dominação ou apropriação do espaço físico por agentes não-estatais (MACHADO; HAESBAERT; RIBEIRO; *et al* 2005, p. 90-91).

² Regiões são subdivisões do espaço: do espaço total, do espaço nacional e mesmo do espaço local, porque as cidades maiores também são passíveis de regionalização. As regiões são um espaço de conveniência, meros lugares funcionais do todo, pois, além dos lugares, não há outra forma para a existência do todo social que não seja a forma regional. A energia que preside essa realização é a das divisões do trabalho sucessivamente instaladas, que impõem sucessivas mudanças na forma e no conteúdo das regiões (SANTOS, 1994, p. 48).

fronteira. Com a globalização³, a propagação dessa estratégia competitiva entre as regiões, territórios e localidades tornam-se cada vez mais rápidas.

Esse intercâmbio dos fatores produtivos entre as regiões tornou possível a descentralização industrial da mesma forma que “coloniza” novas porções do território (SANTOS; SILVEIRA, 2006). Esse intercâmbio estratégico possibilita as grandes empresas localizadas nas regiões centrais tornarem-se cada vez mais competitivas pela diminuição de custos de produção, que só é possível com a inter-relação empresarial com as regiões periféricas.

Para Porter (1989) as inter-relações entre as unidades empresariais passaram a ser valorizados na década de 1960 e início da de 1970, como justificativa para as mudanças ocorridas nos Estados Unidos. O mesmo apresenta o termo descentralização como uma opção bem sucedida no ramo empresarial devido à integração entre os territórios a fim de tornarem-se cada vez mais competitivos. Não obstante, a utilização dessa prática em países periféricos ganhou destaque, principalmente na América Latina e Caribe, sob o regime maquilador.

Para Balderas (2003), o fenômeno maquilador iniciou na década de 1960, alcançando seu auge nas décadas seguintes (anos 70 e 80) com diversas nomenclaturas. Em El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Panamá e Paraguai utiliza-se o termo *maquila*; em Costa Rica, Uruguai, Venezuela, Trindad e Tobago, Irlanda e Emirados Árabes Unidos, caracterizam-se como *zonas livres*; Na China, *zonas econômicas especiais*; em Colômbia, Gana, Madagascar, Síria e Jordânia, *zonas livres industriais*; na Bulgária e Chile, *zonas de livre comércio*, na Jamaica, *zonas livres de exportação*; na República Islâmica do Irã, *zonas industriais e de livre comércio*; no Togo, *zonas especiais de processamento para a exportação*; em Fiji, *fábricas livres de impostos*; na Tailândia, *Estados Industriais*; no Brasil, *zona franca* e *zona de processamento para exportação*.

Tais definições apresentam características próprias que as diferem umas das outras. Para Balderas (2003), os diferentes termos utilizados para esse fenômeno decorrem devido à globalização contemporânea. Dessa forma as zonas de livre comércio transformaram-se em maquiladoras pelo simples mecanismo da deslocação⁴ industrial para além das fronteiras de

³ Globalização é o nome dado para o processo de internacionalização da produção, do produto, do dinheiro, do crédito, da dívida, do consumo, da política e da cultura em âmbito mundial, que fortalece de acordo com seus avanços técnicos e de convergência o mercado global (SANTOS, 2006, p. 134).

⁴ O termo deslocação utilizado nesta pesquisa, consiste nas premissas da segunda linha de desenvolvimento da economia industrial europeia para além das fronteiras, apresentado por Celso Furtado (2000, p 252) “onde houve a necessidade de migrar uma parcela das atividades industriais para países próximos ao território europeu, levando suas técnicas e hábitos de consumo e produção, a fim de alavancarem rapidamente os níveis de produtividade e renda”.

processos de produção das empresas transnacionais⁵, com finalidade de aproveitar os regimes fiscais e outros impostos, além dos salários serem relativamente mais baixos.

Carrillo (2000) afirma que a Irlanda foi o primeiro país a criar uma zona de produção para exportação moderna, em um aeroporto de Shannon em 1960. Entretanto, apenas no final dos anos 60 houve a expansão das zonas francas de produção para indústrias de confecção de roupas. Nos anos de 1970, expandiu-se o ramo de eletrônicos; e nos anos de 1980, peças de automóveis. Em contrapartida, Balderas (2003) argumenta que possivelmente o Japão foi a primeira base “maquiladora” para empresas norte-americanas no final da Segunda Guerra Mundial, de acordo com o mesmo, as indústrias japonesas maquilavam componentes militares durante a Guerra da Coreia.

1.1 PROBLEMATIZAÇÃO, JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS

Na América Latina, os primeiros processos maquiladores ocorreram na zona de produção para exportação em Porto Rico, no ano de 1964. No ano seguinte, o México aderiu ao regime maquilador após o fim do programa Bracero⁶, com intuito de industrializar as regiões de fronteira. Entretanto, a atenção mundial voltada aos métodos de implantação deste regime no México fez com que o mesmo se tornasse mundialmente conhecido como o país originário das maquilas. Em 1965, também foram desenvolvidas zonas de produção para exportação na Colômbia (Barranquilla); em 1968 no Brasil (Manaus), em 1969 na República Dominicana; e em 1971 na Jamaica. Nos anos de 1970, tais zonas já operavam na Costa Rica, Guatemala, Honduras, Panamá, Haiti, Trindad e Tobago, Venezuela, Uruguai e Chile, ou seja, em quase toda a América Latina (CARILLO, 2000).

Não obstante, o Paraguai aderiu ao modelo industrial maquilador no dia 3 de julho 1997 com a promulgação da Lei N° 1.064 das indústrias maquiladoras de exportação (EME), que tem como objetivo:

[...] promover a implementação e regularização das operações das empresas industriais maquiladoras que se dediquem total ou parcialmente a realizar processos industriais ou de serviços, incorporando mão-de-obra e outros recursos nacionais destinados à transformação, elaboração, conserto ou

⁵As empresas transnacionais caracterizam-se pela sua flexibilidade organizacional, geralmente possuem matriz em um país e unidades produtivas/filiais em outros países, em busca de aumentar sua competitividade comercial por meio da diminuição de custos de produção, aderidas em países menos desenvolvidos.

⁶Foi um programa desenvolvido pelo governo de Franklin Roosevelt dos Estados Unidos, no dia 04 de agosto de 1942, a fim de impulsionar a agricultura norte-americana, utilizando mão-de-obra mexicana.

montagem de mercadorias de proveniência estrangeira, importadas temporariamente assim para sua reexportação posterior, em execução de um contrato subscrito com uma empresa domiciliada no exterior (LEI N° 1.064, de 3 de julho de 1997, tradução nossa).

O principal motivo pelo qual a República do Paraguai optou por aderir ao regime maquilador, foi o interesse em fortalecer a reforma e modernização das instituições democráticas do país. Nesse sentido, no primeiro dia do ano de 2002, foi consolidado o projeto maquilador no território pelo *Ministerio de Industria y Comercio* (MIC) e *Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo* (PNUD), com a seguinte proposta:

Promover o desenvolvimento socioeconômico do Paraguai através do fortalecimento e consolidação do Programa Maquila, no qual promoverá a atração de futuros investimentos produtivos na área industrial, alcançando a inserção efetiva do Paraguai no mercado internacional, gerando novas fontes de trabalho que contribuirá com a melhoria no nível de renda da população e consequentemente seu bem estar em geral.

Os benefícios do programa são: as empresas maquiladoras com a consistente otimização de seus recursos e ampliação de suas mercadorias, as PEMES que podem se constituir em submaquilas, recebendo orientação de políticas claras e adequadas, participação e informação de mercados para sua inserção efetiva, os fornecedores de serviços e insumos da empresa maquiladora e do governo em termos de receita cambial.

O desafio do projeto, como tal, é conseguir ao final da cooperação, que o programa fortalecido e consolidado esteja integrado e funcionando dentro da engrenagem (técnico e administrativo) do MIC (PROJETO 14.335, período 2011-2012).

A partir disso identificou-se a necessidade de analisar a dinâmica maquiladora paraguaia em território fronteiriço, tendo como objetivo geral compreender a realidade dos novos espaços industriais entre o Departamento de *Amambay* e o Estado de Mato Grosso do Sul, especificamente na zona de fronteira entre a cidade de *Pedro Juan Caballero* (PY) e o município de Ponta Porã (MS), frente aos resultados esperados pelo projeto maquilador.

Por sua vez, os objetivos específicos do presente trabalho são:

- a) Estudar a região de fronteira entre o Brasil e Paraguai e a dinâmica maquiladora;
- b) Apresentar as modificações de incentivos industriais para a região de fronteira sul-mato-grossense oriundas pelo efeito maquilador no Paraguai; e
- c) Identificar os efeitos da Lei de Maquila para a modernização das instituições no território fronteiriço entre *Pedro Juan Caballero* e Ponta Porã.

1.2 METODOLOGIA E ESTRUTURA DO TRABALHO

A presente pesquisa concentra-se no território de fronteira entre *Pedro Juan Caballero*, capital do departamento de *Amambai* no Paraguai e Ponta Porã, município brasileiro de Mato Grosso do Sul.

A escolha dessas cidades para a realização desta pesquisa ocorreu pela motivação em buscar compreender a dinâmica produtiva das empresas maquiladoras de exportação, tendo em vista que o departamento de *Amambay* é o terceiro departamento com maior concentração de empresas maquiladoras em território paraguaio, e considerando que a maioria das empresas maquiladoras desse departamento, exceto por um (localizado na *municipalidad de Zanja Pytã*), estão situados em sua capital.

Partindo disso, as principais pesquisas referentes a Lei de Maquila no Paraguai, concentra-se no departamento de *Alto Paraná*, que possui o maior número de empresas maquiladoras no país, ou seja, os demais departamentos com maquiladoras no Paraguai, carecem de pesquisas científicas, como no caso do departamento de *Amambay*. Devido a isso, este estudo estrutura-se em pesquisa qualitativa do tipo exploratória e descritiva.

Referente a pesquisa qualitativa, Creswell (2010, p. 17) define-a como “[...] um processo de pesquisa que envolve as questões e os procedimentos que emergem, os dados tipicamente construídos a partir das particularidades para os temas gerais e as interpretações feitas pelo pesquisador acerca do significado dos dados”.

Além disso, por ser um estudo com grau de ineditismo importante, por se tratar do caso de *Pedro Juan Caballero* e Ponta Porã, torna esta pesquisa do tipo exploratória, que segundo Gil (1999, p. 43) “é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionais”.

O tipo exploratório aplica-se na identificação da quantidade de empresas maquiladoras de exportação no departamento de *Amambay*, para então mapeá-los e caracteriza-los de acordo com as particularidades de cara ramo de atuação, o que envolve a pesquisa descritiva, afim de “descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 1999, p. 44).

A partir disso, a amostra utilizada foi a estratificada, por selecionar uma amostra a partir de um subgrupo da população considerada (GIL, 1999). Para a realização desta pesquisa, foi preciso passar por etapas de identificação para se chegar a amostra pretendida. Isso ocorreu devido à falta de informação existente no banco de dados do Paraguai, o que culminou em duas vertentes para a seleção da amostragem, que foram as entrevistas semiestruturadas no CICTS

de *Pedro Juan Caballero*, e posteriormente nas próprias empresas maquiladoras, caracterizada por Vinuto (2013) como efeito bola de neve, que se caracteriza por identificar outros membros da mesma amostra pela ligação com os membros da amostra inicialmente identificada.

Primeiramente, foram extraídos de sites oficiais os dados secundários sobre as maquiladoras do Paraguai, como apresenta a figura 1:

Figura 1 - Sites oficiais com os dados primários das EME no Paraguai

<i>Cámara de Empresas Maquiladoras del Paraguay (CEMAP);</i>
<i>Dirección General de Estadísticas, Encuesta y Censos (DGEEC);</i>
<i>Dirección General de Información Estratégica em Salud (DIGIES);</i>
<i>Ministerio de la Industria y Comercio del Paraguay (MIC); e</i>
<i>Cámara de Industria y Comercio, Turismo y Servicio (CICTS).</i>

Fonte: Organizado pela autora (2019).

Tais sites foram fundamentais para a construção da problemática e revisão de literatura, assim como o roteiro de entrevistas para a delimitação da amostragem.

A primeira etapa da coleta de dados primários foi realizada no dia 02 de abril de 2019, via online, junto à *Cámara de Industria, Comercio, Turismo y Servicios (CICTS)* de Pedro Juan Caballero/PY, por meio de um questionário semiestruturado (anexo 1), com finalidade de obter a quantidade de empresas maquiladoras no departamento de *Amambay*, assim como suas respectivas localizações e contato (anexo 2), possibilitando o mapeamento e posteriormente o agendamento das entrevistas com os responsáveis.

A segunda etapa foi realizada na segunda semana de novembro de 2019, com os agendamentos das entrevistas com as empresas maquiladoras previamente identificadas pelo CICTS, por entrevistas telefônicas. No primeiro contato telefônico, foi constatado que das sete EME presentes no documento oficial, duas seriam retiradas do roteiro de entrevistas, pelos motivos que: uma EME mudou-se para Belo Horizonte em 2018, não se sabe exatamente a data específica e o motivo do encerramento em território paraguaio; e a segunda confirmou que não é uma EME.

A terceira etapa foi realizada pelo método de amostragem bola de neve, identificando a existência de mais cinco EME ativas no território em estudo. A partir disso, contabilizou-se no total, dez EME atuantes no departamento de *Amambay*, como mostra o quadro 1.

Quadro 1 – Lista de EME atuantes no departamento de *Amambay*

LISTA DE EME NO DEPARTAMENTO DE AMAMBAY SEGUNDO A CICTS		SITUAÇÃO ATUAL DAS EME
1	Amambay Preformas S.A.	ATIVO
2	Amamplast S.A.	INATIVO
3	Frigorífico Norte S.A.	NÃO É UMA EME
4	Preformax Paraguay S.A.	ATIVO
5	Printcor S.A.	ATIVO
6	S.R. Productos para la Salud S.A.	ATIVO
7	Uniontex S.R.L.	ATIVO
LISTA DE EME IDENTIFICADAS A PARTIR DO EFEITO BOLA DE NEVE		SITUAÇÃO ATUAL DAS EME
8	Acara Aiso S.R.L.	ATIVO
9	DG vídrios S.A.	ATIVO
10	GlobalPet S.A.	ATIVO
11	Rigmar S.A.C.I.	ATIVO
12	Salinas têxtil S.A.C.I.	ATIVO
LISTA DE EME ATUANTES NO DEPARTAMENTO DE AMAMBAY		LOCALIZAÇÃO
1	Acara Aiso S.R.L.	P.J.C.
2	Amambay Preformas S.A.	P.J.C.
3	DG vídrios S.A.	<i>Zanja Pytã</i>
4	GlobalPet S.A.	P.J.C.
5	Preformax Paraguay S.A.	P.J.C.
6	Printcor S.A.	P.J.C.
7	Rigmar S.A.C.I.	P.J.C.
8	Salinas têxtil S.A.C.I.	P.J.C.
9	S.R. Productos para la Salud S.A.	P.J.C.
10	Uniontex S.R.L.	P.J.C.

Fonte: autora (2019).

Dentre as dez EME identificadas, apenas sete aceitaram participar das entrevistas. Para preservar as EME, não serão divulgados os nomes das não participantes. Dessa forma, as demais serão apresentadas por ordem de entrevista, tendo em vista que, das entrevistadas todas estão localizadas em *Pedro Juan Caballero*.

A partir disso, a coleta de dados partiu de um roteiro de entrevista semiestruturado (anexo 3), para os representantes das EME, dividida em sete blocos, sendo: a) perfil dos

entrevistados; b) perfil da EME; c) perfil do empreendedor entrevistado; d) cadeia produtiva; e) uso e importação de tecnologia; f) fator trabalho; e por último, g) visão do entrevistado.

Para a análise dos dados, foi utilizado a Análise de conteúdo “que procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça [...] por meio de um mecanismo de dedução com base em indicadores reconstruídos a partir de uma amostra de mensagens particulares” (BARDIN, 1997, p. 44).

A análise de conteúdo organiza-se em três polos cronológicos, sendo: a) pré-análise, que é o conjunto de documentos necessários para os procedimentos analíticos, que envolve três missões como a escolha dos documentos, formulação de hipóteses e elaboração de indicadores para a interpretação final; b) exploração do material, que consiste na operação de codificação; e c) tratamento dos resultados obtidos e interpretados, que refere-se ao tratamento dos resultados brutos (BARDIN, 1997).

Seguindo a estrutura da análise de conteúdo, possibilitou identificar, codificar e obter os resultados obtidos nas entrevistas das EME, criar figuras, quadro e tabelas explicativas da dinâmica maquiladora de *Pedro Juan Caballero* e sua relação com Ponta Porã.

Para contemplar os objetivos e explicar as escolhas metodológicas, foi necessário apresentar a revisão de literatura já contemplada. Para Creswell (2010, p. 27) a revisão de literatura “compartilha com o leitor os resultados de outros estudos que estão intimamente relacionados aquele que está sendo realizado”.

Dessa forma, a presente pesquisa estrutura-se em quatro capítulos, além da introdução e conclusão. Na introdução, foram apresentadas informações sobre a origem das empresas maquiladoras e sua expansão no mundo, especificamente na América Latina, além da problemática, objetivos e metodologia, utilizando autores de diversas áreas de atuação, como especificado no quadro 2.

Quadro 2 - Principais referências utilizadas na construção do capítulo introdutório

INTRODUÇÃO		
Principais obras utilizadas para a elaboração da problemática e objetivos.		
OBRA	ÁREA	CENTRO DE PESQUISA
Revisão de Literatura		
<i>La crisis de la indústria maquiladora en el Estado de Puebla</i>	<i>Tese profissional (licenciatura em Relações Internacionais)</i>	<i>Universidad de las Américas Puebla</i>
<i>La importancia del impacto del TCL en la indústria maquiladora en América Latina</i>	<i>Capítulo do livro: Reestructuración productiva, mercado de trabajo y sindicatos en América Latina</i>	<i>Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales</i>
Revisão teórica		
<i>Geografía económica: la lógica espacial del capitalismo global.</i>	Geografia econômica
Vantagem competitiva: criando e sustentando um desempenho superior	Administração
Sites oficiais		
CEMAP	<i>Cámara de Empresas Maquiladoras del Paraguay;</i>	
FIEMS	Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul.	
MIC	<i>Ministerio de la Industria y Comercio del Paraguay.</i>	

Fonte: Organizado pela autora (2019)

A partir da elaboração da introdução, os demais capítulos são estruturados a fim de contemplar cada objetivo específico. No entanto, o capítulo 2, traz uma abordagem teórica das cadeias produtivas globais e sua influência nos novos espaços industriais, contemplando o primeiro objetivo específico, discorrendo sobre as premissas da dinâmica produtiva do desenvolvimento regional e a institucionalidade pública. No quadro 3, podem ser observadas as obras utilizadas e as áreas de pesquisa.

Quadro 3 - Principais referências utilizadas para a elaboração do capítulo 2

CAPÍTULO 2 – PESQUISA TEÓRICA		
Objetivo: Estudar a região de fronteira entre o Brasil e Paraguai e a dinâmica maquiladora.		
TEMÁTICA: Desenvolvimento Regional e Dinâmicas Produtivas		
AUTOR	OBRA	ÁREA
SANTOS, Milton	O espaço dividido	Geografia econômica
ACEMOGLU, Daron; e ROBISON, James	Por que as nações fracassam	Administração Pública
CASTELLS, Manuel	A sociedade em rede	Economia, Sociedade e Cultura.
CEPAL	<i>Estudio sobre el desarrollo inclusivo del Paraguay: experiencias de una cooperación internacional</i>	Economia
DALLABRIDA, Valdir Roque	Desenvolvimento Regional: por que algumas regiões se desenvolvem e outras não?	Desenvolvimento Regional
DE SOUZA, Nali de Jesus.	Desenvolvimento Regional	Economia.
ENRÍQUEZ, Maria Amélia	Trajetórias do desenvolvimento: da ilusão ao imperativo da sustentabilidade	Desenvolvimento Regional
MENDEZ, Ricardo (1997)	<i>Geografía Económica: lá lógica espacial del capitalismo global</i>	Geografia Econômica
SANTOS, Milton; DE SOUZA, Maria Adélia A.; SILVEIRA, Maria Laura	Território, globalização e fragmentação	Geografia econômica
SARMENTO, Alexandre Dellamura	Etapas do desenvolvimento do Brasil – um exercício Rostowiano	Dissertação. (mestrado em história) – Universidade de São Paulo.
SILVEIRA, Maria Laura	O BRASIL: território e sociedade no início do século XXI	Geografia econômica

Fonte: organizado pela autora (2019).

No Capítulo 3, são abordados a dinâmica produtiva e a Lei de Maquila na região de fronteira entre o Brasil e Paraguai. Esse contexto contemplou o primeiro objetivo específico, que envolvem a relação entre o planejamento para a fronteira de ambos os países e a dinâmica maquiladora do Paraguai, como pode ser observado no quadro 4.

Quadro 4 - Principais obras utilizadas para a revisão de literatura e teórica do capítulo 3

CAPÍTULO 3 – A FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI E A LEI DE MAQUILA		
Objetivo: Apresentar as modificações de incentivos industriais para a região de fronteira sul-mato-grossense oriundas pelo efeito maquilador no Paraguai.		
OBRA	ÁREA	Centro de Pesquisa
A exportação de capitais brasileiros 2012-2014: estudo sobre as empresas “maquiladoras” brasileiras no Paraguai	Dissertação (mestrado em Geografia)	Universidade Estadual Paulista
A maquila no Paraguai: modelo produtivo e integração no início do século XXI	Dissertação (integração Contemporânea da América Latina)	Universidade Federal da Integração Latino – Americana
COMITÊ PERMANENTE PARA O DESENVOLVIMENTO E A INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA	-----	Governo Federal
Investidores brasileiros no Paraguai: orçamento de capital nas decisões de investimento sob a perspectiva da teoria do investimento internacional	Dissertação (mestrado em Contábeis, do Setor de Ciências Sociais).	Universidade Federal do Paraná
<i>La maquila en Paraguay</i>	<i>Artigo (revista Población y desarrollo, n° 26, ano XIV)</i>	UMA
Lei de maquila: impactos no Desenvolvimento Economico no Paraguai de 2003 a 2016	Dissertação (mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio)	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
PDFF	Desenvolvimento fronteiriço	<i>GRUPO RETIS/UFRJ</i>
<i>Perfil de la industria maquiladora de exportación en paraguay.</i>	Trabalho de conclusão de curso (graduação em Ciências econômicas – econômica, integração e desenvolvimento)	Instituto Latinoamericano de Economia, Sociedad y Política (ILAESP)
Regime de maquila e suas implicações para os trabalhadores na fronteira com o México: perspectivas para o modelo adotado no Paraguai.	Artigo – semana acadêmica de Relações Internacionais	UNILA
Sites oficiais		
MIC	<i>Ministério de la Industria y Comercio del Paraguay.</i>	

Fonte: Organizado pela autora (2019).

O quarto capítulo estrutura-se para contemplar o segundo objetivo específico, que foi apresentado a principal modificação na região fronteira sul-mato-grossense pelo efeito maquilador paraguaio, que consistiu no planejamento público para o Projeto Indústria sem Fronteira, e a contribuição da FIEMS para o fomento da Lei de Maquila paraguaia.

Quadro 5 - Principais obras para a revisão teórica e de literatura utilizados no capítulo 4

CAPÍTULO 4		
Objetivos: estudar as modificações para a região de fronteira sul-mato-grossense, oriundas pelo efeito maquilador no Paraguai.		
OBRA	ÁREA	CENTRO DE PESQUISA
A institucionalidade da política industrial e tecnológica: problemas, desafios e propostas	Política econômica	Economia Institucional, Desenvolvimento econômico.
Desenvolvimento econômico no Brasil contemporâneo: políticas industriais e inserção internacional nos governos FHC e Lula	Desenvolvimento econômico.
Planejamento e Industrialização: relações com o desenvolvimento de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso (2000-2015)	Dissertação (mestrado em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos)	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Fonte: organizado pela autora (2019).

Os dois últimos capítulos, correspondem a pesquisa empírica e conclusão, e contempla o último objetivo específico, que consiste em identificar os efeitos da Lei de Maquila para a modernização das instituições no território fronteiriço entre *Pedro Juan Caballero* e Ponta Porã.

2 DINÂMICAS PRODUTIVAS GLOBAIS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

As maquiladoras, como apresentado na introdução, é uma estratégia de terceirização internacional muito utilizada na dinâmica produtiva global, tendo em vista as diversas nomenclaturas existentes ao redor do mundo e sua expansão após os avanços na tecnologia de informação, que possibilitaram a flexibilização da administração de uma única empresa em diferentes localidades.

Essa flexibilização na administração desencadeou novos espaços produtivos com a descentralização industrial em regiões periféricas, promovido geralmente com a abertura de unidades fabris e montadoras de capital estrangeiro. Dessa forma, os países menos favorecidos pela globalização, utilizam a mão-de-obra barata, assim como outros incentivos fiscais para atrair tais investimentos para promover sua industrialização e conseqüentemente desenvolverem-se.

A perspectiva de desenvolvimento regional por meio da industrialização nos países periféricos, parte da relação dos acontecimentos históricos industriais dos países que hoje são considerados desenvolvidos. Entretanto, é necessário entender que a dinâmica produtiva e o desenvolvimento regional são relativos de acordo com a realidade de cada país. Diante disso, este capítulo tem como objetivo discutir as premissas do desenvolvimento regional frente a nova dinâmica produtiva global.

À vista disso, este capítulo estrutura-se em quatro subitens, que envolvem as teorias que explicam a relação do sistema econômico para o desenvolvimento e sua evolução conceitual no decorrer do tempo, para assim discutir a industrialização como meio desenvolvimentista e sua influência nos novos espaços industriais, assim como a intervenção das instituições públicas para sua modernização.

2.1 A RELAÇÃO ENTRE O SISTEMA ECONÔMICO E DESENVOLVIMENTO SOB A VISÃO DE CELSO FURTADO

A definição de desenvolvimento passou por diversas modificações ao longo da história. Inicialmente, era um conceito vago de progresso, puramente mensurado pela riqueza material de uma nação.

De acordo com Furtado (2000), o passo oficial para a compreensão mais aprofundada do desenvolvimento, passou após a definição do conceito de renda, estabelecido pela análise

econômica como a remuneração ou ao custo resultante dos fatores utilizados no estoque de bens e fluxo de serviços. Com o aumento do fluxo de renda, foi possível mensurar a dotação de capital por força de trabalho utilizada além das modificações técnicas de produção.

Após a definição de renda e sua influência na dotação de capital por pessoa ocupada, compreendeu-se que o desenvolvimento abrange múltiplas necessidades existentes em uma coletividade e conjuntura econômica nacional, por isso, para Furtado (2000, p. 102) “o conceito de desenvolvimento pode ser igualmente utilizado com referência a qualquer conjunto econômico em que a composição da procura traduz preferências individuais e coletivas baseadas em um sistema de valores”.

As modificações estruturais segundo Furtado (2000), partem de um plano de produção que atenda a realidade local/regional ou do país de acordo com os recursos disponíveis, sejam eles tecnológicos ou naturais, criados por certos agentes econômicos, ou até mesmo pelo próprio governo. É possível modificar as estruturas econômicas com o plano de produção devido aos avanços produtivos, aumentando a produtividade e, conseqüentemente, o poder de renda da população.

Sintetizando, o desenvolvimento tem lugar mediante aumento de produtividade do conjunto econômico complexo. Esse aumento de produtividade (e de renda *per capita*) é determinado por fenômenos de crescimento que têm lugar em subconjuntos, ou setores, particulares. As modificações de estrutura são transformações nas relações e proporções internas do sistema econômico, as quais têm como causa básica modificações nas formas de produção, mas que não se poderiam concretizar sem modificações na distribuição e utilização de renda (FURTADO, 2000, p. 103-104).

O mesmo autor argumenta ser necessário identificar os agentes responsáveis pela propagação dessas mudanças nas proporções internas do sistema produtivo, como por exemplo, indagar-se sobre quem teve o impulso inicial, se o Sistema Nacional é exógeno ou ter conhecimento sobre os modelos econômicos que embasam as tomadas de decisões, se as estratégias atendem às necessidades locais (FURTADO, 2000). Essas indagações são fundamentais para a compreensão das externalidades causadas pelo sistema econômico no desenvolvimento.

As externalidades consistem nas melhorias que o aumento de produção por meio de novas técnicas produtivas, tecnologia e fluxo de renda proporcionam à sociedade em seu entorno. Para Furtado (2000, p. 106) “o desenvolvimento se realiza sob a ação conjunta de

fatores responsáveis por transformações nas formas de produção e de forças sociais que condicionam o perfil da procura”.

Furtado (2000, p. 113-114) apresenta três decisões econômicas fundamentais para o papel motor do processo de desenvolvimento, sendo:

- a) Relacionadas com o plano de utilização da renda destinada ao consumo imediato e que pode ser parcialmente poupada; essas decisões constituem a substância da teoria do comportamento do consumidor;
- b) Relacionadas com a transformação de um conjunto de recursos econômicos em outro conjunto de recursos considerados mais raro; e
- c) Relacionadas com a alocação, em função de um horizonte temporal, do produto não destinado ao consumo imediato e que deve ser utilizado para expandir a capacidade produtiva; estas decisões, estudadas em relação com as anteriores, constituem a matéria da teoria do desenvolvimento.

Tais decisões são tomadas por agentes econômicos⁷ que acreditam conhecer o mercado, acreditam que com tais decisões será possível modificar a estrutura do sistema econômico, mas no fim, são decisões forçadas pela concorrência dos países desenvolvidos. Esse mecanismo acaba sendo uma resposta da pressão imposta pela globalização, que influencia no mecanismo dos preços.

Ou seja, nas teorias do desenvolvimento, as decisões mais importantes na modificação do sistema econômico são dos agentes, porém, cabe ressaltar a incapacidade em controlar um sistema maior que regulamenta os preços e influência nas tomadas de decisões (FURTADO, 2000).

Essa ideologia acaba sendo um exemplo clássico da implantação de sistemas econômicos direcionados às indústrias de capital estrangeiro nos países subdesenvolvidos⁸. As modificações dos sistemas econômicas para o desenvolvimento são estabelecidas por agentes que buscam alternativas para controlar a dinâmica do mercado, mas é o mercado que força os

⁷ Agentes econômicos: a economia mundial é um “todo” dependente, evidentemente, dos objetivos da análise. A economia mundial é um todo, e neste caso os agentes são nações ou grandes unidades organizadas em escala internacional (FURTADO, 2000, p. 115).

⁸ “O subdesenvolvimento deve ser compreendido como um fenômeno da história moderna, coetâneo do desenvolvimento, como um dos aspectos da propagação da revolução industrial. Desta forma, o seu estudo não pode realizar-se isoladamente, como uma ‘fase’ do processo de desenvolvimento, fase essa que seria necessariamente superada sempre que atuassem conjuntamente certos fatores. Pelo fato mesmo de que são coetâneos das economias desenvolvidas, isto é, das economias que provocaram e lideraram o processo de formação de um sistema econômico de base mundial, os atuais países subdesenvolvidos não podem repetir a experiência dessas economias” (Furtado, 1961, p.3-4).

mesmos a tomarem decisões dadas, pois são forçados a ceder aos sistemas econômicos da dinâmica que envolve o global e local.

O objetivo final das decisões econômicas é a satisfação das necessidades de uma coletividade, o conjunto mais significativo para a análise do comportamento dos agentes econômicos é aquele que compreenda o maior número de agentes responsáveis pela satisfação das necessidades de uma coletividade (FURTADO, 2000, p. 115).

Por essa finalidade, a economia acaba sendo um vetor para o desenvolvimento e conseqüentemente, influencia no desenvolvimento da região. Na dinâmica produtiva, o aumento da produtividade contribui para as modificações no sistema econômico, pelo fato de alterar o perfil da procura. Para Furtado (2000, p. 123) “a medida que cresce a produtividade, aumenta o fluxo da renda real, isto é, a quantidade de bens e serviços à disposição da coletividade”.

Outro aspecto relevante que o autor aborda é o fruto da acumulação de capital, que consiste no resultado da produtividade física do trabalho. Com a acumulação de capital é possível investir em aperfeiçoamento humano e, dessa forma, criar técnicas e inovações de produtividade. Em contrapartida, o processo de aumento de produtividade e acumulação de capital deve ser analisado e estudado constantemente, principalmente na fase inicial, a fim de serem identificados com antecedência os obstáculos que se antepõem ao desenvolvimento (FURTADO, 2000, p. 123).

Tais obstáculos que se antepõem ao processo de desenvolvimento envolvem as mudanças no perfil da procura global. Na maioria dos casos dos países periféricos, o início do processo de acumulação de capital ocorre por meio de investimentos estrangeiros que investem em novas combinações produtivas que geram fluxos de renda (FURTADO, 2000, p. 125).

Um exemplo para isso corresponde às leis de incentivos fiscais semelhantes à Lei de Maquila, que resulta em uma estratégia para gerar acumulação de capital por investimento estrangeiro assim como impulsionar a rentabilidade local com o aumento de fluxo de renda. A intencionalidade da desregulamentação vai além da simples tomada de decisão dos agentes econômicos, pois o jogo de interesses entre os países é mais complexo. Furtado (2000, p. 284) argumenta que existem quatro planos de decisões dos agentes econômicos:

- a) O da utilização dos bens que estão à disposição dos consumidores;
- b) O da utilização dos fatores que se encontram incorporados ao processo de produção;
- c) O das iniciativas destinadas à capacidade de produção;

d) E do equilíbrio monetário;

Para Furtado (2000) os planos de decisões dos agentes econômicos a e b, poderão alcançar eficácia quando houver um sistema descentralizado de decisões baseados unicamente no mercado. Dessa forma, o mercado se torna um mecanismo de captação, elaboração e transmissão de informações. Para este mesmo autor, a melhor forma para se pensar nos sistemas econômicos é qualitativamente:

[...] seja que se comece por um esforço visando a elevar o coeficiente de exportações, seja que se pretenda antecipar e orientar um processo de substituição de importações, sempre será necessário planejar qualitativo. O mesmo problema poderia ser colocado em outros termos: as economias em que prevalece uma forma de dependência (comercial, financeira, tecnológica) necessitam conceber uma estratégia de modificação da própria estrutura como condição prévia à formulação de uma política quantitativa de desenvolvimento de tipo convencional (FURTADO, 2000, p. 284).

A importância dessas modificações no sistema econômico passa a controlar e assegurar a diversificação do setor exportador, dessa forma, ocorrem especializações e são mantidas as flutuações da procura externa, ou para diversificação produtiva de investidores potenciais. Esse método qualitativo é essencial para as devidas modificações, pois cria-se maiores condições de produção destinada ao mercado interno, conseqüentemente, promovem um setor potencial de bens de capital (FURTADO, 2000).

Essas análises qualitativas no setor produtivo não são realizadas de forma eficaz, o que ocasiona a escolha de estratégias e tomadas de decisões desfavoráveis à realidade local, embasadas em planos convencionais de desenvolvimento de políticas quantitativas de países que não compartilhem da mesma realidade. Por essa razão, os países periféricos acabam estagnando na busca pelo desenvolvimento.

Com a necessidade cada vez maior em ingressar no sistema econômico global, quem acaba sofrendo os efeitos das desregulamentações são os cidadãos. Nos países periféricos, por haver maior concentração de mão-de-obra e matéria-prima, a desvalorização profissional acaba sendo uma estratégia de investimento internacional, submetendo a sociedade menos favorecida à condição de trabalho desumanos, com o discurso de promoção de maiores oportunidades empregatícias.

Entretanto, para Furtado (2000, p. 290) as estratégias utilizadas para as modificações da estrutura de um país subdesenvolvido partem de quatro situações típicas, sendo:

- a) Desenvolvimento provocado pela expansão de exportação de produtos primários;
- b) Estagnação a um baixo nível de desenvolvimento;
- c) Desenvolvimento apoiado no processo de substituição de importações;
- d) Estagnação em um nível médio de desenvolvimento.

O mesmo autor afirma que nos países subdesenvolvidos, o principal problema enfrentado é a tendência à estagnação, uma vez que se esgota o processo de substituição de importações. “A solução desse problema exige um esforço de reconstrução de estruturas tanto no sentido de dotar as economias de centros dinâmicos próprios como capacitá-las para uma ação mais flexível nos mercados internacionais” (FURTADO, 2000, p. 290).

Os desequilíbrios entre as composições da procura e a estrutura da oferta provocam concentração de investimentos em certos setores e modificação simultânea na composição de importações. A complementariedade se faz, em parte, mediante modificações nos preços relativos e na distribuição da renda, e em parte por intermédio do setor externo, o que permite assimilar o caso a uma forma de desenvolvimento não-equilibrado (FURTADO, 2000, p. 289).

Ou seja, o desenvolvimento, segundo Furtado (2000), é influenciado diretamente pelas circunstâncias econômicas oriundas do mercado global. A relação entre ambos consiste no elemento renda e suas proporções que encadeiam a hierarquia econômica entre os países, interferindo diretamente na divisão territorial.

Posto isso, o aumento do PIB *per capita* e o fluxo de renda são necessariamente indicadores principais para o desenvolvimento de uma região?

2.2 CRESCIMENTO ECONÔMICO X DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A adoção do termo crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento para uma região ou localidade perdurou pelo tempo, passando pela Segunda Guerra Mundial até o início dos anos de 1960. A ideologia de crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento surgiu pelos exemplos das nações que se tornaram ricas por meio da industrialização (VEIGA, 1948).

[...] Todavia, foram sugeridas evidências de que o intenso crescimento econômico ocorrido durante a década de 1950, em diversos países semindustrializados (entre os quais o Brasil) não se traduziu necessariamente em maior acesso de populações pobres a bens materiais e culturais, como

ocorreria nos países considerados desenvolvidos. A começar pelo acesso à saúde e à educação (VIEIGA, 1948, p. 18-19).

A partir disso, a visão que se tinha sobre a mensuração do desenvolvimento pelo crescimento econômico de uma nação passou a ser vago. Isso ocorreu após o lançamento do “Índice de Desenvolvimento Humano” (IDH) pela Organização das Nações Unidas (ONU), reforçado nos anos de 1990 com o primeiro “Relatório do Desenvolvimento Humano” (VEIGA, 1948).

A partir disso, as discussões sobre o conceito mais propício para o vocábulo desenvolvimento tomaram proporções internacionais. Atualmente, a ONU divulga anualmente o índice de desenvolvimento que não se resume pela renda per capita ou renda dos trabalhadores (Veiga, 1948). Além disso, surgiram pensadores como Amartya Sen (2010) que discutem o desenvolvimento como liberdade.

O desenvolvimento passa a ser mensurado não apenas pelo fator econômico, como por fatores que envolvem a sociedade como um todo. Porém, a necessidade pela busca de riquezas continua, principalmente em regiões periféricas, pelo crescimento econômico promovido pela industrialização, onde “a industrialização é geralmente buscada não como um fim em si mesmo, mas com um meio na busca de riquezas, ou de poder ou de bem-estar, ou de uma combinação disso [...]” (VIEGA, 1948, p. 21).

A liberdade de entrar em mercados – a começar pelo mercado de trabalho – pode ser, ela própria, uma contribuição importantíssima para o desenvolvimento, independentemente do que o mercado possa fazer ou não para promover o crescimento econômico ou a industrialização (VEIGA, 1948, p. 35).

A utilização dos recursos econômicos ou da industrialização para o desenvolvimento é visto como o caminho mais rápido para a geração de riquezas, entretanto, com a nova concepção do desenvolvimento, existem duas atitudes gerais que são discutidas em debates públicos, que Sen (2010) define como atitudes instrumental e constitutivas, que promovem o desenvolvimento.

A atitude instrumental consiste, segundo Sen (2010), em um processo de desenvolvimento rígido e disciplinar, onde as questões sociais acabam sendo deixadas para um outro momento. Esta visão não necessariamente é considerada algo inapropriado, tendo em vista sua contribuição para o crescimento econômico.

Em contrapartida, a atitude constitutiva volta-se a razões sociais, onde os termos considerados “menos importantes” na perspectiva instrumental são vistos com maior atenção “[...] pela atuação de redes de segurança social, de liberdades políticas ou de desenvolvimento social – ou por algumas combinações dessas atividades sustentadoras” (SEN, 2010, p. 55).

A discussão sobre estas perspectivas apresentadas por Amartya Sen sustenta o termo “expansão da liberdade humana” como um dos principais meios do desenvolvimento. Por assim ser, a escolha deste autor para discutir a nova perspectiva do desenvolvimento se torna tão importante para compreender a dinâmica industrial e sua relação com o desenvolvimento de uma região ou localidade.

A questão do novo conceito de desenvolvimento passa a envolver a liberdade da sociedade como um todo, pois não basta proporcionar renda para os trabalhadores sem uma estrutura adequada para sua qualidade de vida. “É principalmente uma tentativa de ver o desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam” (SEN, 2010 p.55).

Por esse motivo, os papéis constitutivos e instrumentais passam a se tornar o “fim primordial” e o “principal meio” para o desenvolvimento da liberdade humana. A importância de discutir sobre essa evolução no conceito de desenvolvimento parte da necessidade de compreender os meios escolhidos pelas instituições para obter o tão desejado crescimento econômico.

O papel constitutivo como liberdade humana segundo Sen (2010) é apresentado em duas formas distintas, sendo:

As **liberdades substantivas**, que incluem capacidades elementares como por exemplo ter condições de evitar privações como a fome, a subnutrição, a morbidez evitável e a morte prematura, bem como as **liberdades associadas** a saber ler e fazer cálculos aritméticos, ter participação política e liberdade de expressão etc (SEN, 2010, p. 55).

Tais vertentes passam a discutir a expansão das liberdades humanas. Como por exemplo, o país que enfoca investimentos públicos em setores econômicos congelando gastos em educação e saúde torna-se dependente da atenção de países superiores, o que delimita as condições socioeconômicas.

Em contrapartida, “o papel instrumental da liberdade concerne ao modo como diferentes tipos de direitos, oportunidades e intitamentos contribuem para a expansão da liberdade humana em geral e, assim, para a promoção do desenvolvimento” (SEN, 2010, p 57). O objetivo de ambos os papéis institucionais não necessariamente consiste na percepção de qual

a melhor atitude a ser implantada, mas em analisar o peso de ambos no crescimento do capital humano.

O desenvolvimento como liberdade humana é de total importância para o processo evolutivo social e econômico de um país pelo simples fato de que o espaço territorial é composto por pessoas. A partir deste ponto, as insistentes desigualdades sociais e econômicas ganham mais sentido.

Esta abordagem contrária – e na verdade abala – a crença tão dominante em muitos círculos políticos de que o “desenvolvimento humano” (como frequentemente é chamado o processo de expansão da educação, dos serviços de saúde e de outras condições da vida humana) é realmente um tipo de luxo que apenas os países mais ricos podem se dar (SEN, 2010, p. 62).

Tais crenças dominantes para o desenvolvimento humano são originadas pela trajetória histórica de um espaço geográfico específico, como, por exemplo, a catástrofe da fome coletiva enfrentada pela China nos anos de 1958 – 1961 fez com que houvesse maior atenção perante o desenvolvimento social antes mesmo de fazer uso da economia internacional.

Em síntese, os conceitos e argumentos sobre a expansão da liberdade humana de Amartya Sen apresentam uma nova visão sobre os principais meios do desenvolvimento e o papel das instituições públicas e privadas em buscar meios alternativos para a dinâmica territorial, que conseqüentemente afetam tanto positivamente, quanto negativamente o processo de desenvolvimento de um país.

Entretanto, os conceitos apresentados sobre a evolução do vocábulo desenvolvimento não se resumem simplesmente às tomadas de decisões que melhor se enquadram no contexto da liberdade humana. Isso porque a dinâmica territorial do desenvolvimento é o resultado de uma evolução histórica, ou seja, existe ainda uma ideologia muito forte sobre os meios para o desenvolvimento, principalmente nos países subdesenvolvidos.

Para Veiga (1948, p. 80) “o desenvolvimento tem sido exceção histórica e não regra geral. Ele não é o resultado espontâneo da livre interação das forças de mercado. Os mercados são tão somente uma entre várias instituições que participam do processo de desenvolvimento”. Por isso, o desenvolvimento regional ou de uma localidade é tão complexo, pois envolve a territorialização, desterritorialização e reterritorialização⁹ dos espaços produtivos e sociais.

⁹ TDR – Territorialização – Desterritorialização – Reterritorialização – é resultado do conceito de território. Territorialização é o processo de apropriação do espaço, seja através de uma ação do setor público ou privado. Toda forma de ocupação ou apropriação do espaço provoca diferentes formas de desterritorialização, por exemplo, pela desapropriação de agricultores próximos a um rio, quando da construção de uma barragem. Outro exemplo: a modernização da agricultura pela mecanização e, atualmente, pela seletividade das propriedades e dos produtores provoca o êxodo de milhares de pequenos agricultores. Nos dois exemplos, produz-se a figura do “sem-terra”. No

Nesse sentido, o conceito de desenvolvimento regional/local em discussão ao longo desta pesquisa, tem como enfoque principal, o conceito apresentado por Dalabrida e Becker, que é definido como um:

[...] processo de territorialização que contempla a dimensão da reterritorialização, capaz de estimular as potencialidades e contribuir para a superação dos desafios locais/regionais, que privilegie a dimensão da inclusividade, capaz de eliminar privações ou não-liberdades, capaz de promover os atores/agentes regionais à condições de sujeitos, que envolva os territorializados, potencializando sua capacidade de auto-organização, implementando uma dinâmica territorial do desenvolvimento mais autônoma, não privatista, menos desigual e segundo a lógica da sociedade (DALABRIDA; BECKER, 2003, p. 179).

Em vista disso, e em junção do “novo” conceito de desenvolvimento - que prioriza os direitos humanos e a democracia - é importante destacar os acontecimentos históricos que culminaram na divisão espacial do território e seus respectivos avanços, para assim, poder discutir com maior precisão as premissas do desenvolvimento regional frente à luz dos desafios das novas dinâmicas produtivas.

2.3 CADEIAS PRODUTIVAS GLOBAIS E OS NOVOS ESPAÇOS INDUSTRIAIS

Após a apresentação da evolução do conceito de desenvolvimento e desenvolvimento regional, é importante apresentar a principal discussão a respeito da dinâmica territorial do desenvolvimento, sobre a lógica empresarial e industrial e sua influência na geração de cadeias produtivas e novos espaços industriais em âmbito global, para assim, compreender a essência do exercício realizado pelas maquiladoras no decorrer desta pesquisa.

Primeiramente se considera interessante apresentar o conceito de espaço utilizado nesta discussão. A noção do espaço parte da compreensão do conjunto de sistemas de objetos e ações indissociáveis apresentado por Milton Santos em sua obra: *A Natureza do espaço: técnica e tempo, Razão e emoção* (2006), onde o mesmo apresenta os recortes espaciais de acordo com as categorias analíticas internas de uma região ou localidade.

setor urbano, a ocupação das áreas favelizadas pelo subempregado ou pelo desempregado resulta de formas concretas de desterritorialização, provocadas pela sua situação financeira, que os impede de morar, ou de continuar morando, nas áreas centrais da cidade. Já a reterritorialização é o processo de assentamento dos desterritorializados, dando-lhes, novamente, o sentido de apropriar-se de algo que perderam ou nunca tiveram, e que é indispensável para sua sobrevivência, no caso dos “sem-terra”, a terra, no caso dos “sem-teto”, a casa. Admite-se que as diferentes formas de desterritorialização, sejam provocadas por forças externas, estranhas ao desejo do desterritorializado, com o que a reterritorialização assume uma dimensão de conquista (DALABRIDA; BECKER, 2003, p. 178).

Castells (1997, p. 500) complementa que “[...] o espaço não é reflexo da sociedade, é sua expressão”, como também “o espaço não é o reflexo da sociedade, é a sociedade”. Ou melhor: “espaço é um produto material em relação a outros produtos materiais – inclusive as pessoas – as quais se envolvem em relações sociais [historicamente] determinadas que dão ao espaço uma forma, uma função e um sentido social”.

As categorias analíticas englobam pela paisagem, configuração territorial e divisão territorial do trabalho, ou seja, um espaço produzido e produtivo pelos objetos e ações que envolvem tais categorias. Nesse contexto, Santos (2006) propõe a questão da racionalidade do espaço de acordo com os conceitos históricos atuais e fruto da emergência de redes e do processo de globalização.

Com o avanço da tecnologia, a facilidade em integrar espaços produtivos tornou a dinâmica econômica internacional mais complexa. Devido aos acontecimentos históricos referentes à distribuição de renda e divisão espacial do trabalho, os avanços da industrialização passaram a criar encadeamentos produtivos em âmbito global, de forma hierárquica. Ao mesmo tempo em que a produção industrial se fragmentava em distintas regiões e localidades, a administração organizacional permanecia em um único lugar.

Para Méndez (1997) a atividade econômica é a dimensão principal para o desenvolvimento regional, devido ao fato de encadear todo o processo para obtenção de bens econômicos. Esse processo baseia-se primeiramente na produção de bens oriundos de recursos naturais/escassos ou alternativos, na criação de novos postos de trabalho e, na distribuição dos bens para a sociedade consumidora, a fim de suprir suas necessidades.

Esse ciclo de produção e distribuição de renda ao longo dos tempos se tornou cada vez mais complexo. A lógica do espaço produzido e produtivo na dinâmica territorial, parte das particularidades existentes nesses processos de obtenção de bens econômicos, pois cada organização produtiva utiliza seu espaço de acordo com seus interesses.

[...] Esses pontos de interesse ultrapassam o âmbito da própria firma, para se projetar nas próprias empresas fornecedoras, ou compradoras, ou distribuidoras. Para cada uma delas, o território do seu interesse imediato é formado pelo conjunto dos pontos essenciais ao exercício de sua atividade (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 292-293).

A influência das atividades empresariais no espaço, tende a estabelecer relações de interdependência no entorno econômico em que atuam. Dessa forma, a economia e o território se completam, pela complexidade organizacional. Para Méndez (1997) essa complexidade

organizacional é vista como sistemas econômicos que possibilitam compreender a dinâmica territorial, que partem da análise de:

- Sua dimensão: volume de atividade, emprego, produção, etc.
- Sua estrutura interna: características das empresas, importância das diversas atividades, inter-relações e fluxos, etc.
- As pautas de localização das atividades e especialização dos territórios;
- A evolução do dinamismo experimentado pela estrutura da localização;
- E os principais fatores explicativos que, ao afetar as decisões dos agentes econômicos (empresas, poderes públicos, consumidores) originam certas regularidades em seus comportamentos espaciais (MÉNDEZ, 1997, p. 16).

Esses elementos tornam-se fatores importantes para diversas dimensões que envolvem o desenvolvimento regional, sendo alguns deles, a especialização, os encadeamentos produtivos nas proximidades, a divisão territorial do trabalho, entre outros. Entretanto, essas dimensões passam a agir de forma hierárquica na utilização dos recursos territoriais (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 295).

As dimensões das atividades do sistema econômico dos territórios estão constituídas pelos sistemas produtivos, que correspondem ao conjunto de agentes e relações de um determinado espaço. Tal conjunto envolve: “[...] uma série de empresas, unidades básicas de atuação e decisão, com personalidade jurídica, dedicada à obtenção, transformação e distribuição de bens e serviços, que geram trabalhos e agregam valor ao resultado da atividade exercida” (MÉNDEZ, 1997, p. 32).

O mesmo autor reforça que tais elementos são considerados sistemas pela relação existente, seja pela compra e venda dos produtos ou tecnologia, pelo intercâmbio de informação, relações sociais, financeiras, entre outros. Além disso, as condições do desempenho de tarefas são as mesmas, pelo fato de estarem no mesmo território, como a legislação, recursos naturais e humanos, e pela condição do mercado de trabalho (MÉNDEZ, 1997).

Porém, essa dinâmica do sistema produtivo de cada região ou local, se origina de acordo com as atividades potenciais existentes, que são:

- A) Atividade extrativista: dedicada para à obtenção de recursos naturais, principalmente do solo e subsolo, assim como o mar, que inclui desde agricultura à agropecuária, pesca, exploração florestal, minas e pedreiras, produção de energia e captação de água. Essas atividades servem de base para todas as demais, mesmo sua importância sendo relativa e tende a decrescer na maioria das regiões.

B) Atividades industriais: dedicadas a transformação de recursos naturais em bens de natureza diferente (forma, composição, utilidade...), com um incremento de valor no processo. Segundo sua posição nesse processo de transformação, costumam se diferenciar as indústrias básicas, que realizam a primeira fase à partir do petróleo, fabricação de celulose e pasta de papel...); as indústrias de bens intermediários, que obtêm produtos semielaborados (peças, componentes) que logo se transformam em outros produtos; as de bens de equipamentos, que servem para fabricar outros produtos (maquinários), por seu mercado também ser de caráter empresarial e as indústrias de bens de consumo, que destinam sua produção para a população.

C) Atividade de serviços: que inclui tanto os serviços para as empresas, as atividades financeiras e as de transporte/comunicação, que mobilizam os fluxos (de informação e tecnologia, mercadorias, pessoas ou capital) que permutam o desenvolvimento do sistema, junto as que distribuem os bens e serviços entre a população, e as relacionadas com a administração pública, que regulam seu funcionamento (MÉNDEZ, 1997, p. 32-33).

As especificidades de cada atividade do sistema produtivo desencadeiam novas cadeias produtivas globais e espaços industriais. Essas atividades se encontram divididas de acordo com a realidade de cada espaço produtivo em âmbito global. Para Santos (2004, 2004, p. 111) “Exportar e importar tornaram-se, portanto, sinônimo para os países subdesenvolvidos, tanto os mais pobres como os mais industrializados”.

Seguido a mesma lógica de Santos (2004, p. 112) isso “representa um duplo empobrecimento, porque essa política de exportação conduz, de um lado, à necessidade inelutável de utilizar uma tecnologia em nível internacional e, de outro lado, à procura de uma competitividade impossível”. Quando maior for a busca pela modernização, maior será a dependência entre as regiões ou localidades, isto é, cria-se uma falsa industrialização, pois, conquista-se o mercado externo com o uso desumano da industrialização periférica (SANTOS, 2004).

O uso desumano da industrialização periférica se espalda nas condições extremas impostas pelo mercado global. Os vínculos produtivos ou melhor, os fluxos de redes de Castells (1999), que se expandiu pelos serviços do mercado internacional, molda-se de acordo com as exigências das indústrias dos países contratantes, seja pela infraestrutura existente, barateamento da mão-de-obra, possibilidades de amortização rápida e repartição dos lucros. Tudo isso exigido por políticas cada vez mais instáveis (SANTOS, 2004).

A necessidade dos fluxos de redes parte tanto da exigência do mercado global, como também das decisões dos agentes econômicos, que direcionam as atividades existentes em cada região. Uma explicação lógica para isso é que, de forma hierárquica, existem países ricos e pobres, e dentre esses países pobres, existem os mais pobres. Dessa forma, a distribuição de

renda nos territórios varia de acordo com as exigências do maior ao menor (em termos econômicos e produtivos).

Nessa troca os países continuam mais ricos e os pobres criam dívida externa. O leque dos produtos rotativos varia em função do nível de industrialização dos países, das possibilidades políticas e técnicas de exploração das matérias-primas, da criação das matérias-primas, da criação das infraestruturas, do papel do Estado, na modernização do país e na política internacional (SANTOS, 2004, p. 111).

Entende-se que a complexidade das redes se dá pela particularidade e especialidade que cada uma nutre em seu espaço produtivo, como, por exemplo, cada empresa possui suas técnicas e meios de produção, assim como cada território, região ou local possuem sistemas produtivos diferentes, como visto anteriormente, seja de atividade extrativista, industrial ou de serviços, sempre haverá interdependência entre eles, tanto em âmbito regional, quanto global.

Cada firma tem o seu próprio escopo, o seu próprio timing, operando assim segundo metas específicas e motivações privatistas, egoístas, sendo tais motivações, elas próprias, motivadas pelo “instinto animal” das empresas, por uma busca incessante de aperfeiçoamento e adaptação ao aclamado mercado global, segundo as regras fluidas e caprichosas da competitividade [...]. A busca fundamental e desesperada (a cega para tudo ou mais) é a procura de um lugar, uma valia, que deve ser sempre maior do que o mínimo anterior (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 296).

A crítica de Santos e Silveira (2006) no “instinto animal” das empresas passa pela lógica abusiva do poder do mercado global na formação de espaços produtivos, diferenciados pelas regiões centrais (mais industrializados) e periféricas (em vias de industrialização), moldando tais regiões de acordo com seus interesses lucrativos, tendo em vista que, o emprego gerado nas regiões periféricas são puramente de subsistência, não havendo valorização de capital humano. “O aumento da concorrência internacional propiciado pela emergência de novos países industriais, que pressionam de forma crescente os mercados de diversos produtos, apoia-se em custos salariais muito inferiores [...]” (MÉNDEZ, 1997, p. 76).

“Os serviços avançados e principalmente os serviços em geral espalham-se e descentralizam para a periferia das áreas metropolitanas, áreas metropolitanas menores, regiões menos desenvolvidas e alguns países menos desenvolvidos” (CASTELLS, 1999, p. 475). Utilizando essa lógica de redes em âmbito global, ocorre a divisão territorial do trabalho, que passa a ganhar mais atenção, a partir da internacionalização empresarial.

Essa dinâmica passa a ser caracterizada como um novo espaço industrial, por possuir maior flexibilidade organizacional e tecnológica, capaz de dividir os processos produtivos em diferentes localizações, ao mesmo tempo que se mantém conectados pela telecomunicação e na microeletrônica de fabricação dos componentes. As redes de alta tecnologia comportam duas massas de trabalhadores distintas, a primeira concentrando maior força de trabalho qualificado com base científica e tecnológica, enquanto a outra trabalhadores não-qualificados, dedicados à rotina de montagem, confecções e operações auxiliares (CASTELLS, 2004, p. 476-477).

Assim, a progressiva especialização ocorreu em numerosas empresas, não só favoreceu uma organização interna ou menos complexa em departamentos ou divisões funcionais, mas também, na segmentação de suas atividades entre centros de trabalho estabelecidos em localizações múltiplas, mas relacionadas entre si de forma cada vez mais estreita por meio de fluxos tangíveis e intangíveis, o que converte em verdadeiras empresas-rede (MÉNDEZ, 1997, p. 66).

Para Castells (1999, p. 471) “assim, as regiões, sob o impulso dos governos e elites empresariais, estruturam-se para competir na econômica global e estabelecem redes de cooperação entre as instituições regionais e entre as empresas localizadas na área”. Ou seja, as regiões e localidades se tornam um só meio de produção, porém, suas particularidades e especialidades continuam próprias da região. O mesmo autor complementa que “[...] o novo sistema industrial não é global no local, mas uma nova articulação da dinâmica local e global” (CASTELLS, 1999, p. 481).

Entretanto, cabe ressaltar que o processo de industrialização em sua fase inicial, requer alto capital de investimento, pela necessidade de importar tecnologia ou outros equipamentos iniciais, como maquinários que já foram usados em outras indústrias, principalmente das matrizes contratantes (SANTOS, 2004).

A divisão espacial do trabalho que caracteriza a indústria de alta tecnologia transforma-se na conexão mundial entre os meios de inovação, os locais com indústrias cuja mão-de-obra é qualificada, as linhas de montagem e as fábricas voltadas para o mercado, como uma série de conexões intra-empresas entre as diferentes operações, nas diferentes localizações ao longo das linhas de produção; e outra série de conexões entre funções semelhantes de produção situadas em locais específicos que se tornam complexos produtivos (CASTELLS, 1999, p. 503).

As Empresas Maquiladoras são um exemplo prático para esse fenômeno global. As empresas contratantes tendem, de forma hierárquica, a utilizar os recursos vantajosos de produção de um país como o Paraguai, que possui pontos atrativos para os investidores, como

mão-de-obra barata, incentivos fiscais pela Lei de Maquila, água e energia acessíveis. Porém, para a região contratada, o que pode ser uma oportunidade para se industrializar, acaba sendo mais uma forma de sobrevivência do mecanismo local e global, organizando-se de acordo com as exigências empresariais externas.

Dados os fatos, por que todavia se pensa em desenvolvimento regional por internacionalização empresarial? Qual a visão das instituições públicas a respeito? Quais os critérios necessários para se ter desenvolvimento regional por meio de empresas internacionais?

2.4 DESENVOLVIMENTO REGIONAL POR MEIO DA INDUSTRIALIZAÇÃO

A flexibilidade organizacional de atividades industriais entre regiões, encontra-se presente desde a ruptura da economia mundial no século XVIII, na Europa Ocidental. Com os avanços na industrialização europeia, unidades produtivas passaram a ser deslocadas para além das fronteiras, alastrando-se inicialmente em terras próximas e desocupadas (FURTADO, 2000).

Esse processo contribuiu com a abertura da economia, impulsionando novos fatores, como a expansão dos transportes marítimos, possibilitando a economia australiana e o oeste norte-americano, condições para competir com o mercado europeu.

Por conseguinte, a industrialização passou a ser considerada uma via necessária para o desenvolvimento regional, tendo em vista que os mesmos, de certa forma, atendem à maioria dos requisitos que o desenvolvimento exige, independentemente se for embasado pelo papel constitutivo ou instrumental apresentado anteriormente.

Para Méndez (1997) os principais motivos que embasam a valorização positiva da adoção da industrialização para o desenvolvimento regional partem das razões genéricas nas empresas multinacionais que o compõe, que pode ser observado no quadro 6.

Quadro 6 - Razões positivas do uso de multinacionais para o desenvolvimento regional

RAZÕES POSITIVAS DO USO DE EMPRESAS MULTIDIMENSIONAIS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL	
RAZÕES GENÉRICAS	- as multinacionais são uma fonte de capital e de criação de emprego direto para as economias receptoras, que dinamiza sua economia e potencializa seu desenvolvimento.
	-supõem-se também uma transferência de tecnologia, conhecimentos, experiências de gestão e métodos avançados de trabalho, que podem melhorar a eficiência do sistema produtivo no local em que se instala.
	- geram um efeito modernizador que se difunde no conjunto de sistemas, reforçando a mentalidade competitiva do empresário, elevando as exigências de controle de qualidade para seus fornecedores, etc.
	- impulsionam o aumento das exportações, que favorecem uma melhor inserção internacional de economia regional.
	-aumenta a renda e o nível de consumo global na região, o que induz o crescimento de outras empresas industriais e de serviços, assim como o emprego indireto.

Fonte: Organizado pela autora de acordo com Méndez (1997, p. 152).

Tais razões defendidas pelos apoiadores deste meio para o desenvolvimento foram criadas nos continentes em que atualmente localizam-se os países mais ricos, em contrapartida, os continentes que ainda estão em processo de industrialização, permanecem pobres.

Por isso, com a internacionalização industrial e seus avanços na tecnologia e comunicação, a deslocação industrial passaram a “colonizar” novos territórios com suas técnicas produtivas mais avançadas, que já não agregam valor em seu nível produtivo, porém para as localizações periféricas, a participação nessa rede, passa a ser benéfico aos anseios do crescimento econômico.

Posteriormente, o deslocamento industrial alcançou regiões já ocupadas e pré-capitalistas: “em alguns casos, o interesse se limitou à abertura de linhas de comércio. Em outros houve, desde o início, o desejo de fomentar a produção de matérias-primas, cuja procura crescia nos centros industriais” (FURTADO, 2010, p. 253).

Esse intercâmbio entre as regiões promovido pelas empresas multinacionais resultou na desigualdade de distribuição e divisão espacial do trabalho, causando a dependência de ambos os lados. Para Méndez (1997), o uso das empresas multinacionais para o desenvolvimento regional não gera apenas efeitos positivos, como também efeitos negativos em diversas proporções, como apresenta o quadro 7.

Quadro 7 – Efeitos negativos do uso de multinacionais para o desenvolvimento regional

EFEITOS NEGATIVOS DO USO DE EMPRESAS MULTIDIMENSIONAIS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL	
EFEITOS GENÉRICAS	- o efeito sobre o emprego cada vez menos favorável, pois o predomínio atual das estratégias de crescimento externo (compra de empresas locais, perante a instalação de novas filiais), supõem, com frequência, um ajuste na folha de trabalho, ao que deve somar a distribuição indireta de emprego derivado de um aumento da concorrência, que pode provocar o desaparecimento de empresas locais.
	- a transferência de capital e tecnologia soam ser menor do que se afirma, se for levado em conta a repartição dos benefícios tecnológicos que se invertem em favor da empresa matriz, assim como o freio que podem provocar no desenvolvimento tecnológico de empresas autônomas.
	- na maioria dos casos, constituem um enclave pouco relacionado em seu entorno, pois suas relações tanto com os fornecedores como com os clientes se produzem no âmbito internacional, pelo qual os possíveis efeitos multiplicadores resultam limitados.
	- junto ao possível aumento de exportações, também favorecem outro paralelo das importações, acompanhado às vezes por uma imposição de pautas culturais e de consumo, onde o saldo comercial não se vê demasiado favorecido e pode desestruturar-se ao sistema produtivo regional.
	- supõem um aumento da dependência respectiva às decisões externas, alheias aos interesses e necessidades da região, ao tempo que se deduz a capacidade de influência das políticas públicas.
	- ao comparar os investimentos naquelas áreas com maior densidade de população, empresas e infraestruturas, ou em enclaves portuários orientados à exportação, que atuam de costas à sua <i>hinterland</i> ou espaço circundante, favorece um reforço dos desequilíbrios territoriais preexistentes.

Fonte: Organizado pela autora de acordo com Méndez (1997, p. 153).

A partir desses efeitos, tal intercâmbio passou a causar desigualdades, devido aos meios e intensidade da introdução capitalista em determinadas regiões e localidades. Para Furtado (2010, p. 253) “esse tipo de economia dualista constitui, especificamente, o fenômeno do subdesenvolvimento contemporâneo”.

Por sua vez, Acemoglu e Robinson (2012, p. 237) entendem que “o dualismo econômico é mais um exemplo de subdesenvolvimento que foi criado, não surgiu naturalmente e persistiu ao longo dos séculos”. Os referidos autores, argumentam que a dualidade econômica passa a ser caracterizada em duas formas: i) pelo setor moderno, que envolve o urbanismo e a industrialização sob o prisma da utilização dos avanços tecnológicos, e ii) pelo setor tradicional, voltado a atividades econômicas rurais, como a agricultura, instituições e tecnologias rudimentares.

Após gerações e gerações de economistas do desenvolvimento trabalhando com base nos conceitos de Lewis, o “problema do desenvolvimento” passou a significar a transferência de pessoas e recursos do setor tradicional, da

agricultura e dos meios rurais, para o setor moderno, a indústria e as cidades (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012, p. 236).

Dessa forma, é possível afirmar que o subdesenvolvimento e sua relação com o dualismo econômico parte de um processo histórico marcado pelos avanços industriais na Europa e sua deslocação fronteiriça, impulsionando a economia de países pré-capitalistas por meio da exportação. Essa dinâmica territorial do desenvolvimento modificou a divisão do trabalho de acordo com as particularidades regionais e seus meios de criar vantagens comparativas.

Porém, vale destacar que a dualidade argumentada se refere aos efeitos que tais dinâmicas proporcionam em um único país, criando centros e periferias em um único espaço produtivo.

Nessa ótica, as atividades de alta tecnicidade e as funções direcionais são reservadas às regiões centrais, enquanto as tarefas repetitivas, pouco qualificadas e que requerem considerável mão-de-obra se vêem relegadas à periferia. As trocas se fazem entre as diferentes regiões, permanecendo internas à firma (SANTOS; SOUZA; SILVEIRA, 1998, p. 52).

Portanto, os países em processo de industrialização, como o Paraguai, criam vantagens comparativas como a Lei de Maquila, que segundo a *Cámara de Empresas Maquiladoras del Paraguay* tem o intuito de promover vínculos empresariais e culturais entre governos, organismos e empresas nacionais e internacionais, assim como apoiar o desenvolvimento sustentável industrial, comercial, ecológico e de serviços, dentro de uma matriz encadeada de distribuição de benefícios para a população paraguaia (CEMAP, 2019a).

Esse modelo desenvolvimentista pode ser comparado às teorias de Rosenstein-Rodan, que “[...] propunha a necessidade de um grande empurrão no desenvolvimento regional, concentrando os escassos recursos em poucos, grandes e diversificados projetos, bem localizados” (DALLABRIDA, 2010, p. 61).

Rosenstein-Rodan defendia a ideia de impulsionar a economia de regiões subdesenvolvidas por meio de investimentos provenientes de diferentes ramos industriais, denominado pelo mesmo, como “grande impulso”¹⁰, tendo em vista que, o processo industrial se tornaria lento, limitando-se apenas a investimentos nacionais.

[...] A estratégia de Rosenstein-Rodan correspondia à inserção da região na economia mundial, preservando as vantagens da divisão internacional do

¹⁰ Transformação súbita e em massa da economia dos países subdesenvolvidos por meio de decisões e intervenção institucionais públicas.

trabalho, com a ideia de complementaridade interindustrial, através de grandes investimentos internacionais e empréstimos de capital (DALLABRIDA, 2010, p. 62).

Nessa concepção, o “empurrão” para o desenvolvimento por meio de indústrias, contribuiria para a diminuição das disparidades regionais, devido à descentralização de capital, assim como oportunidades trabalhistas, e principalmente, aumento no PIB *per capita*. Porém, as disparidades regionais continuaram, de maneira que os países ricos aumentavam sua poupança, em contrapartida, os países pobres permaneciam estagnados.

Gunnar Myrdal, inicialmente utilizava o PIB *per capita* como meio de medir o desenvolvimento, mas ao longo de suas pesquisas, o mesmo constatou que as explicações para o desenvolvimento e subdesenvolvimento vão além de fatores econômicos, é preciso intervenção estatal para os efeitos da causação circular e cumulativa¹¹ da pobreza e assim, se cria novos meios para causação circular e cumulativa do desenvolvimento.

Segundo Myrdal, apenas o planejamento estatal “inteligente e eficaz”, que objetive abraçar a decisão de elevar investimentos destinados a expandir a capacidade produtiva do país, pode reverter os efeitos regressivos da causação circular da pobreza e gerar efeitos propulsores do desenvolvimento. Esse plano, todavia, deve seguir os exemplos dos países industrializados (ENRÍQUEZ, 2010, p. 37-38).

Dessa forma, os avanços tecnológicos ocorridos na Revolução Industrial, assim como a importância do poder político, criam condições capazes de “decolar” uma região ao desenvolvimento. “As indústrias reinvestem em capital uma soma cada vez maior de seus lucros [...]. Em dez ou vinte anos, as mudanças na estrutura econômica são claramente perceptíveis, com o aproveitamento dos recursos naturais e novas técnicas de produção” (SARMENTO, 2008, p. 122).

Em contrapartida, Chang (2004) critica tais condições impostas pelos países desenvolvidos, pois historicamente, a trajetória desenvolvimentista desses países não é a mesma que se repassa para os países subdesenvolvidos.

Mais tarde, a cidade descobre que essa produtividade espacial, esforçosamente criada, não é duradoura e, quando envelhece, o lugar é chamado a criar novos atrativos para o capital. Mas as empresas também convocam o resto do território a trabalhar para seus fins egoístas, mas também inconstantes, de modo a assegurar um enraizamento do capital que é sempre provisório. E,

¹¹ “Myrdal propõe o que denominou de “causação circular e cumulativa”. Ela pode tanto promover “efeitos regressivos” – causação circular e cumulativa da pobreza – levando a um ciclo de causação circular e cumulativa do desenvolvimento [...]” (ENRÍQUEZ, 2010, p.36).

como um capital globalmente comandado não tem fidelidade ao lugar, este é continuamente extorquido (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 116).

Para Chang (2004), não se sabe exatamente a verdadeira intencionalidade por trás dos países desenvolvidos omitirem o verdadeiro caminho para o desenvolvimento. Entretanto, vale ressaltar que, as informações tendenciosas a respeito das “boas políticas¹²” e das “boas instituições¹³” que envolvem a adoção do livre comércio, com o discurso de benefícios para todos, não passam de interesse próprio.

O National Law Center for Inter-American Free Trade (1997, p.1), com sede nos Estados Unidos, proclama que “[o] registro histórico nos países industrializados que outrora estavam em desenvolvimento demonstra que a proteção à propriedade intelectual foi um dos mais poderosos instrumentos do desenvolvimento econômico, do aumento das exportações e da difusão de novas tecnologias, da arte e da cultura (CHANG, 2004, p. 12).

Por isso a importância das institucionalidades públicas terem consciência das boas políticas mais propícias para sua realidade local, como o caso da Malásia. A Federação da Malásia implementou o primeiro plano de desenvolvimento no ano de 1966, aderindo o modelo desenvolvimentista de industrialização por substituição de importações. Entretanto, por ser um país com uma diversidade importante, este modelo em particular não atendeu as expectativas estatais – que inicialmente eram de proporcionar à população maiores oportunidades empregatícias, de distribuição de renda e riquezas – o que precipitou a interrupção do modelo em 1970 (GOMES; NUNES, 2008).

Com esse diagnóstico, no ano de 1971 foi implementado o segundo plano desenvolvimentista no país, o chamado “Nova Política Econômica” que estruturava-se em dois tipos de indústrias, a primeira voltada ao processamento de *commodities* primárias, e a segunda voltada às indústrias localizadas na Zona de Livre Comércio. Essa estratégia impulsionou o crescimento econômico, pelo motivo de haver mão-de-obra barata, o que incentivou o aumento do investimento estrangeiro no país (GOMES; NUNES, 2008).

¹² As “boas” políticas são prescritas pelo chamado Consenso de Washington em geral. Entre elas figuram políticas macroeconômicas restritivas, a liberalização do comércio internacional e dos investimentos a privatização e a desregulamentação (CHANG, 2004, p. 12).

¹³ “Instituições boas” são, essencialmente, as existentes nos países desenvolvidos, sobretudo nos anglo-saxônicos. Entre as instituições-chave, incluem-se a democracia, a burocracia “boa”, o judiciário independente, a forte proteção aos direitos de propriedade privada (inclusive a intelectual) e uma governança empresarial, transparente e orientada para o mercado, com instituições financeiras (inclusive um banco central politicamente independente) (CHANG, 2004, p. 11-12).

Essa tomada de decisão foi o movimento motriz para iniciar seu desenvolvimento por meio da industrialização. Não obstante, a participação estatal foi de suma importância, pois, além dos incentivos industriais criados, o país passou a investir na expansão da educação pública e programas especiais para a população, treinamento técnico e vocacional, assim como a criação de cotas de inclusão da população indígena (GOMES; NUNES, 2008).

Cinco anos após a implantação da “Nova Política Econômica”, o país teve um crescimento econômico de 7,0%. No ano de 2010, o IDH da Malásia correspondia a 0,772, já em 2017 houve um aumento para 0,802, passando do 130º do ranking mundial do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), para o 57º em sete anos (COUNTRY ECONOMY, 2019).

Além disso, os salários da Malásia tiveram um aumento nos últimos oito anos, com uma média de crescimento de aproximadamente de US\$ 47,73 no salário mínimo em quatro anos. Entretanto, o salário da manufatura alcançou um aumento de aproximadamente US\$ 279,24 em sete anos, como pode ser observado na tabela 1 (TRADING ECONOMICS, 2019).

Tabela 1 – Comparação salarial da Malásia nos últimos dez anos (em dólares americanos)

COMPARAÇÃO DOS SALÁRIOS DA MALÁSIA NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS (EM DÓLARES AMERICANOS)								
Salário mensal (US\$)	2010	2018	Salário mínimo mensal (US\$)	2014	2018	Salário na manufatura por mês (US\$)	2012	2019
		433,41		736,75			214,80	262,53

Obs.: a cotação utilizada corresponde ao dia 22/10/2019, com a taxa de 220 dólares americanos.

Fonte: *Trading economics* (2019).

Outro exemplo são as zonas econômicas especiais (ZEE) chinesas. O governo chinês, após traçar as estratégias necessárias para a implantação de indústrias nas ZEEs, construiu uma infraestrutura favorável para os investimentos fabris, fornecendo não apenas incentivos fiscais, como também edifícios comerciais, infraestrutura turística e edifícios residenciais nos anos de 1980 a 1985. Essa estrutura favoreceu ativamente a entrada de capital estrangeiro no país, que por sua vez importava tecnologia avançada ao mesmo tempo que promovia o crescimento econômico (SILVEIRA, 2001).

Entre 1986 e 1992 as ZEEs chinesas já apresentavam um crescimento produtivo considerável em quantidade de projetos industriais de capital estrangeiro. Em 1993, a estrutura industrial do país não dependia significativamente do setor primário, sendo o setor secundário o dominante, seguido do setor terciário. A participação dos governos locais promoveu às ZEEs uma diversidade industrial, promovendo assim, com constantes modernizações o crescimento industrial de alta tecnologia e técnicos da zona (SILVEIRA, 2001).

Assim como a Malásia, a China também aumentou o seu IDH nos últimos sete anos, estando no 169º no ranking mundial, com um índice de 0,706 em 2010, passando para 0,752 em 2017, atingindo o 79º no ranking mundial, como podem ser vistos na tabela 2 (COUNTRY ECONOMY, 2019).

Tabela 2 - Comparação salarial da China nos últimos dez anos (em dólares americanos)

COMPARAÇÃO DOS SALÁRIOS DA CHINA NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS (EM DÓLARES AMERICANOS)								
Salário anual (US\$)	2010	2018	Salário mínimo mensal (US\$)	2010	2018	Salário na manufatura anual (US\$)	2010	2018
		5.548,46		11.650,81			299,53	350,40

Obs.: a cotação utilizada corresponde ao dia 22/10/2019, com a taxa de 220 dólares americanos.

Fonte: *Trading economics* (2019).

Nos países periféricos, a ambição em se fazer parte do mercado globalizado ultrapassa qualquer atitude constitutiva, por exemplo, existem vários critérios para a implementação de políticas industriais como estratégias de desenvolvimento regional, como mostra o quadro 8.

Quadro 8 - critérios complementares para a implantação do uso de empresas multinacionais para o desenvolvimento regional

CRITÉRIOS PARA A IMPLANTAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE EMPRESAS MULTINACIONAIS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL	
CRITÉRIOS COMPLEMENTARES	1. Método de implantação: deve se ter em consideração, em caso de abertura de um novo estabelecimento, a geração de empregos ou favorecer a compra de bens de alguma empresa existente, além disso, deverá ser valorizada a possível existência de cooperação com empresas locais ou, pelo contrário, o possível fechamento de algumas, provocando o aumento da competitividade.
	2. Tipo de atividade: deve ser considerada se realizam uma simples extração de recursos naturais ou uma produção de escasso valor, diante da possibilidade de atividades mais complexas e que utilizam recursos de melhor qualidade.
	3. Características do emprego: um indicador essencial em qualquer avaliação será a quantidade de empregos gerados, assim como o tipo de relações trabalhistas e seu grau de estabilidade, sendo mais difícil incluir algumas referências de impacto indireto sobre o entorno (emprego induzido ou destruído).
	4. Componente tecnológico e Meio ambiente: um último critério pode ser referido ao esforço tecnológico propiciado de colaboração em projetos com empresas e instituições locais, frente à simples aquisição de tecnologia importada, assim como uma avaliação do impacto ambiental derivado de sua atividade.

Fonte: Organizado pela autora de acordo com Méndez (1997, p. 154).

A institucionalidade pública, a aderir as “boas políticas”¹⁴ e as “boas instituições”¹⁵ deve analisar todo o contexto de sua realidade local, a fim de impulsionar o crescimento econômico de forma que atenda as demais exigências sociais e ambientais. Todavia, não é isso que costumamos vivenciar na realidade dos países periféricos, como também nas regiões mais pobres dos grandes centros.

Em síntese, a discussão das premissas do desenvolvimento regional frente aos novos desafios da dinâmica produtiva inicia-se após a Revolução Industrial, com a divisão do trabalho que tornou-se mais visível entre os grandes centros e as periferias. As desigualdades passaram a surgir de acordo com o crescimento econômico desigual, enquanto algumas nações se estruturavam industrialmente, fornecendo capital e tecnologia, outros serviam de fornecedores de matéria-prima e insumos necessários (CASTELLS, 1999; SANTOS; SILVEIRA, 2006).

Essa interdependência hierárquica entre os países ricos e pobres intensificou a disputa na participação do processo globalizado entre os países mais pobres, lembrando que dentre regiões consideráveis pobres, existem aquelas mais pobres, o que provoca uma desregulamentação mais intensa nessas regiões, a fim de atrair investimento estrangeiro em troca de oportunidades empregatícias, assim como a ideologia de importação e uso de tecnologia (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012; CARRILLO, 2000; FURTADO, 2000).

Essa atividade industrial imposta pelo mercado global, forçou as regiões subdesenvolvidas a criarem estratégias competitivas e comparativas para permanecer atuante economicamente. Para Santos e Silveira (2006) essa pressão imposta pelas grandes empresas força as periferias a criarem incentivos fiscais, mão-de-obra e estrutura produtiva barata, a fim de usufruir destes até aparecer outra região com estratégias de incentivos fiscais mais atrativos.

Balderas (2003) ressalta que a criação de incentivos fiscais para atrair investimento industrial estrangeiro não se aplica unicamente ao termo “Lei de Maquila”. Existem variações de nomenclatura para esse mesmo tipo de atividade industrial. Por isso, foi importante discutir as premissas do desenvolvimento regional à luz dos desafios das novas dinâmicas produtivas.

¹⁴ As “boas” políticas são prescritas pelo chamado Consenso de Washington em geral. Entre elas figuram políticas macroeconômicas restritivas, a liberalização do comércio internacional e dos investimentos a privatização e a desregulamentação (CHANG, 2004, p. 12).

¹⁵ “Instituições boas” são, essencialmente, as existentes nos países desenvolvidos, sobretudo nos anglo-saxônicos. Entre as instituições-chave, incluem-se a democracia, a burocracia “boa”, o judiciário independente, a forte proteção aos direitos de propriedade privada (inclusive a intelectual) e uma governança empresarial, transparente e orientada para o mercado, com instituições financeiras (inclusive um banco central politicamente independente) (CHANG, 2004, p. 11-12).

As teorias do desenvolvimento regional, contrapondo os conceitos e critérios desenvolvimentistas de Furtado (2000) até a compreensão da importância do capital humano como vetor de desenvolvimento de Sen (2010), foram essenciais para compreender de forma histórica a relação entre a deslocação para além das fronteiras, proporcionando novos meios tecnológicos e de comunicação, que possibilitaram o gerenciamento de multinacionais e transacionais.

Essa conexão histórica do processo de desenvolvimento e subdesenvolvimento com a criação das estratégias comparativas e competitivas ao longo do tempo, modificou a estrutura até então inflexível das empresas para um novo espaço industrial. A chave para obter as externalidades positivas da industrialização requer um equilíbrio entre o papel constitutivo e instrumental apresentado por Sen (2010).

Entretanto, esse equilíbrio entre ambas propostas é a chave para um bom desempenho desenvolvimentista a partir do investimento do Estado em educação, saúde e democracia, assim como investem em projetos econômicos. Porém, na maioria das regiões periféricas, o acesso à educação e saúde de qualidade é visto como luxo, não como necessidade.

A proposta defendida, principalmente quanto à regulamentação da Lei de Maquila, é a obtenção de qualidade de vida por meio do acesso à renda, mas as rendas geradas pelas mesmas são apenas de subsistência e até então, com nenhuma perspectiva profissionalizante de qualidade. Nesse sentido, no próximo capítulo, buscou discutir os desafios frente à dinâmica produtiva na realidade fronteiriça entre Brasil e Paraguai.

3 A FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI E A LEI DE MAQUILA

Os novos espaços industriais, como visto no capítulo anterior, se estruturam de acordo com as características das atividades exercidas em conjunto com outros espaços produtivos. Esse intercâmbio entre os espaços, denominado fluxo de redes por Castells (1999), criam novos espaços produtivos de acordo com os interesses dos países contratantes, como no caso da nova lógica de articulação entre Brasil e Paraguai com a Lei de Maquila.

De todas as formas de integração visíveis e não visíveis existentes em uma região de fronteira, surge a Lei de Maquila no Paraguai com promessas desenvolvimentistas com finalidade de modificar e modernizar a estrutura democrática do país. Mas de acordo com Méndez (1997) existem critérios para a implementação de empresas multinacionais resultarem em desenvolvimento regional, tendo em vista o método de implantação, tipo de atividade, características de emprego e componentes tecnológicos e meio ambiente.

O interesse em compreender tais particularidades existentes além da linha de fronteira que divide geograficamente dois países com características sociais e econômicas completamente distintas, da mesma forma como a sociedade se integra e as conexões voluntárias e involuntárias que cada país proporciona uma para o outro, foi o ponto crucial para a realização deste capítulo.

Por assim ser, é importante destacar a diferença entre os conceitos de faixa e zona de fronteira, assim como limite e fronteira internacional. Na área de geografia, os conceitos de faixa e zona de fronteira se diferem devido que:

Enquanto a faixa de fronteira constitui uma expressão de jure, associada aos limites territoriais do poder do Estado, o conceito de zona de fronteira aponta para um espaço de interação, uma paisagem específica, um espaço social transitivo, composto por diferenças oriundas da presença do limite internacional, e por fluxos e interações transfronteiriças, cuja territorialidade mais evoluída é a das cidades-gêmeas. Produto de processos e interações econômicas, culturais e políticas, tanto espontâneas como promovidas, a zona de fronteira é o espaço-teste de políticas públicas de integração e cooperação, espaço-exemplo das diferenças de expectativas e transações do local e do internacional, e espaço-limite do desejo de homogeneizar a geografia dos Estados nacionais (MACHADO; HAESBAERT; RIBEIRO et al, 2005, p. 59).

Em contrapartida, limite internacional parte do “conceito jurídico associado ao Estado territorial no sentido de delimitar espaços mutuamente excludentes e definir o perímetro máximo de controle soberano exercido por um Estado central”, enquanto o conceito de fronteira internacional é definido como “uma área indefinida, uma zona percorrida pelo limite

internacional e que se aproxima da noção geográfica de região” (MACHADO, 2006, p. 59 a 61).

[...] No entanto, do jeito que as coisas são, o ambiente geográfico de fronteira é mais complexo do que aquele simbolizado pelo limite, pois se faz pela territorialização de grupos humanos e de redes de circulação e intercâmbio, unidos pela permeabilidade dos limites estatais através da comunicação entre populações pertencentes a diferentes sistemas de poder territorial. Não se confunde, portanto, com a permeabilidade dos limites estatais atribuída à Internet e aos fluxos mundiais de capital (abstrato). É a posição geográfica singular, de começo e fim do estado nacional, que confere a fronteira uma territorialização definida pela proximidade entre populações formalmente separadas pelo limite internacional (MACHADO, 2006, p. 61).

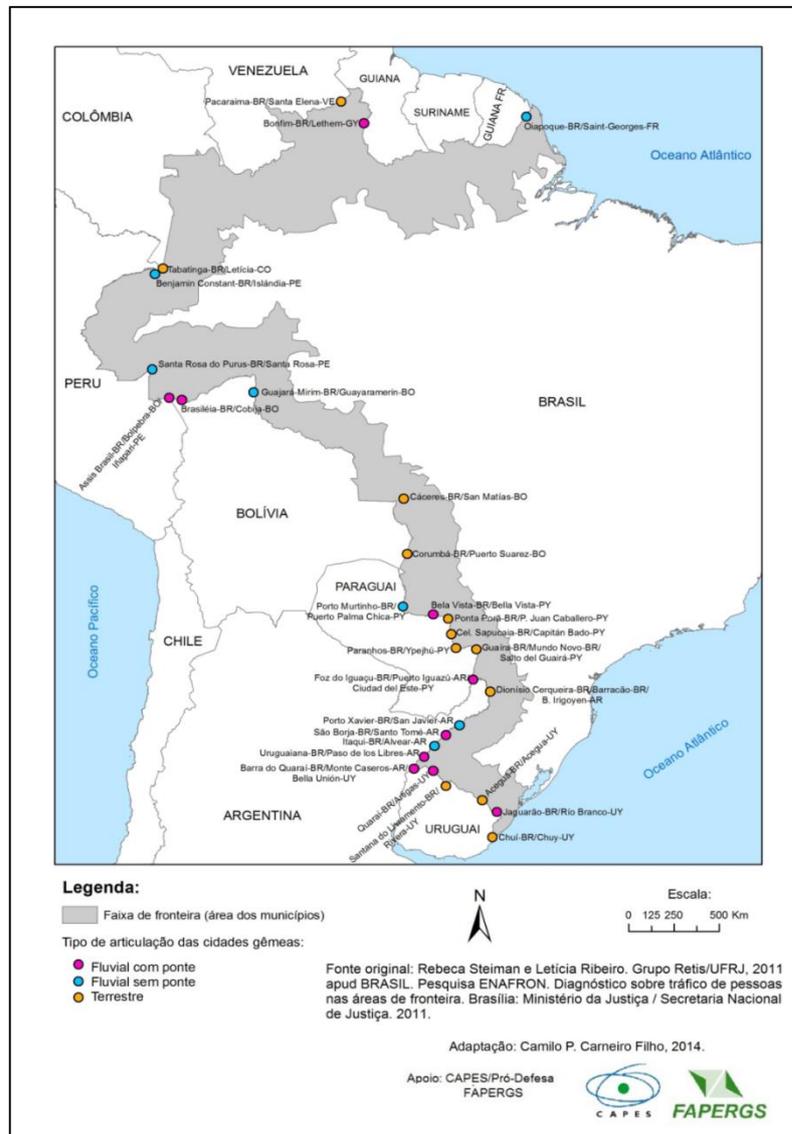
Neste sentido, este capítulo tem como objetivo compreender a dinâmica maquiladora na fronteira internacional do Brasil e Paraguai, abordando o planejamento do Governo Federal do Brasil e da República do Paraguai referente à fronteira, assim como a articulação maquiladora entre ambos os países, para assim, compreender de forma mais completa a área de estudo, que refere-se à zona de fronteira entre *Pedro Juan Caballero* (Paraguai) e *Ponta Porã* (Brasil).

3.1 A FRONTEIRA INTERNACIONAL DO BRASIL

A faixa de fronteira internacional do Brasil equivale a 27% do território do país (CARNEIRO FILHO, CAMARA, 2009), em uma faixa de 15,719 mil km de comprimento e 150 km de largura, com um total de 1,4 milhões de km², a faixa de fronteira brasileira abrange 11 unidades da federação e 588 municípios, dos quais 432 estão inteiramente dentro da faixa e 156, parcialmente, como pode ser observado na figura 2 (IBGE, 2019).

Na figura 2 observa-se o tipo de articulação das cidades fronteiriças que possuem maior proximidade com o país vizinho, em alguns casos, como na fronteira seca de Mato Grosso do Sul com o Paraguai, em específico no departamento de Amambay, as cidades de *Pedro Juan Caballero* e *Ponta Porã*, assim como *Capitán Bado* e *Coronel Sapucaia* são conurbadas entre si, separadas por uma linha imaginária, dividindo duas culturas, identidades, idiomas, legislações e moedas distintas.

Figura 2 - Região fronteiriça de Mato Grosso do Sul



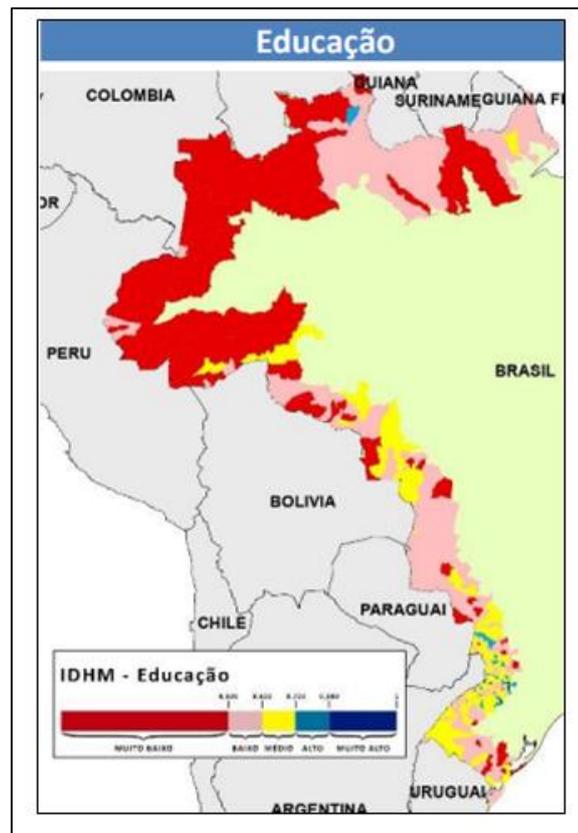
Fonte: CARNEIRO FILHO; CAMARA (2019).

Para Machado (2005) os fatores dinâmicos que concentram os efeitos territoriais, como a produção-terra, o trabalho, o capital e serviços públicos e privados para o centro das respectivas cidades de cada país, possuem implicações práticas que podem ser aplicadas pelo Estado, porém, o que dificulta a eficiência é o individualismo na elaboração de políticas públicas.

[...] As regiões fronteiriças ou transfronteiriças, na prática, ainda não contam com legislação específica nem com projetos de estímulo realmente orientados para elas. A ação, quando empreendida, tem partido dos governos nacionais que atuam no âmbito supranacional sobre suas respectivas regiões fronteiriças, descaracterizando a integração local (STEIMAN; MACHADO, 2006, p. 9).

Brito (2018) também afirma que as cidades gêmeas, com enfoque no caso de *Pedro Juan Caballero* e Ponta Porã, possuem políticas públicas direcionadas à gestão de recursos híbridos, com o exemplo dos resíduos sólidos na fronteira, porém não são executadas de forma eficaz, devido à incompatibilidade das políticas públicas em regiões de fronteira e informalidade/negligência com os casos, assim como a falta de interesse integrados em âmbito social. Situação que pode ser compreendida na figura 3.

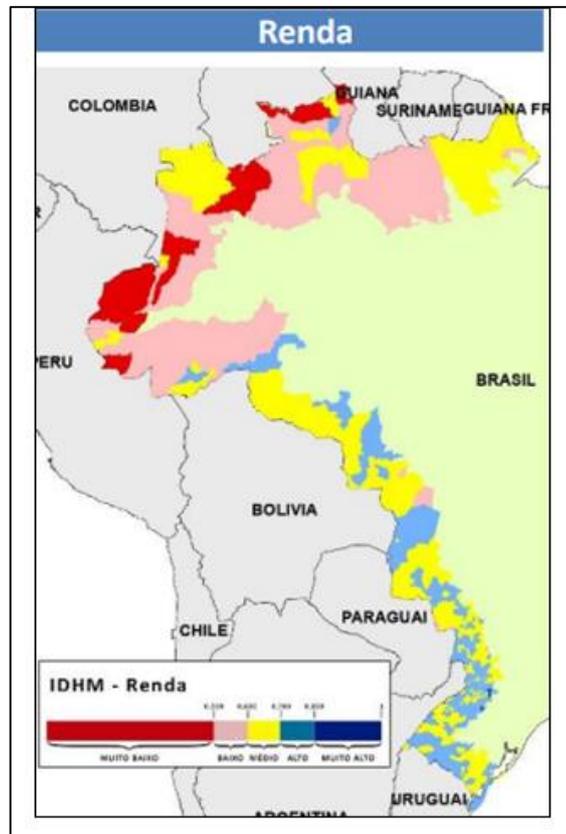
Figura 3 - IDHM – Educação da região de fronteira de Mato Grosso do Sul



Fonte: CARNEIRO FILHO; CAMARA (2019).

As figuras 3 e 4 atestam que as regiões de fronteira são as que apresentam os piores índices de educação e renda em todo o país, isso ocorre pela falta de redes de transporte e comunicação, assim como em função do peso econômico e político da região, que acaba se tornando frágil pela influência do limite internacional (CARNEIRO FILHO; CAMARA, 2019).

Figura 4 – IDHM – Renda da região fronteiriça de Mato Grosso do Sul



Fonte: CARNEIRO FILHO; CAMARA (2019).

Os reflexos da educação e da renda nas regiões de fronteira demonstram a insuficiência na aplicabilidade das políticas públicas, que geralmente são deslocadas da realidade local. Posto isso, é importante apresentar as políticas públicas para o desenvolvimento fronteiriço, no sentido de identificar as perspectivas para a região de fronteira.

3.1.2 Programa de desenvolvimento da faixa de fronteira do Brasil

A faixa de fronteira do Brasil, que corresponde a 150km de largura à linha divisória terrestre do território nacional, é assegurado pela Lei N° 6,634, de 2 de maio de 1979, que considera esta área indispensável à Segurança Nacional. Portanto, por ser uma área de Segurança Nacional, é vedado na faixa de fronteira do Brasil as práticas referentes a:

- I - alienação e concessão de terras públicas, abertura de vias de transporte e instalação de meios de comunicação destinados à exploração de serviços de radiodifusão de sons ou radiodifusão de sons e imagens;
- II - Construção de pontes, estradas internacionais e campos de pouso;
- III - estabelecimento ou exploração de indústrias que interessem à Segurança Nacional, assim relacionadas em decreto do Poder Executivo.
- IV - instalação de empresas que se dedicarem às seguintes atividades:
 - a) pesquisa, lavra, exploração e aproveitamento de recursos minerais, salvo aqueles de imediata aplicação na construção civil, assim classificados no Código de Mineração;
 - b) colonização e loteamento rurais;
- V - transações com imóvel rural, que impliquem a obtenção, por estrangeiro, do domínio, da posse ou de qualquer direito real sobre o imóvel;
- VI - participação, a qualquer título, de estrangeiro, pessoa natural ou jurídica, em pessoa jurídica que seja titular de direito real sobre imóvel rural; (Art. 2º da LEI N° 6.634, de 2 de maio de 1979).

Tais restrições sancionadas por lei, na prática, podem ser praticadas com o assentimento prévio do Conselho de Segurança Nacional (Art. 2º da LEI N° 6.634, de 2 de maio de 1979). Tendo em vista isso, as condições impostas por força de lei na faixa de fronteira brasileiro, já envolve uma complexidade maior na dinâmica produtiva do mesmo.

As regiões de fronteira como visto anteriormente, não são economicamente desenvolvias em virtude de fatores históricos que dificultaram o acesso a bens e serviços públicos, bem como pela falta de coesão social, inobservância de cidadania, além dos problemas específicos de regiões de limites internacionais (GADELHA; COSTA, 2005).

Tais circunstâncias contribuíram para uma visão negativa das regiões de fronteira, que são caracterizados como regiões do narcotráfico, da prostituição, com baixos índices de educação e renda, assim como pela ocorrência de delitos diversos. Nesse contexto, o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – PDFF, foi criado para reverter a situação e provocar fortalecimento na região (MDR, 2019).

O desenvolvimento da faixa de fronteira do Brasil passou a ser considerado prioridade no PPA 2004/2007, com diretrizes voltadas para políticas públicas nacional e internacional brasileira, conforme preconiza a Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR para a promoção do desenvolvimento sustentável na fronteira. Isso ocorre a partir da estratégia de articulação da parceria entre o governo federal com os estados e municípios “[...] voltada para a promoção da infraestrutura econômica e social, dinamização econômica e organização social e institucional, elegendo a faixa de fronteira como uma área de desenvolvimento prioritárias do país” (GADELHA; COSTA, 2005, p.26).

O programa foi criado com o seguinte objetivo:

O Programa tem como objetivo principal promover o desenvolvimento da Faixa de Fronteira por meio de sua estruturação física, social e produtiva, com ênfase na ativação das potencialidades locais e na articulação com outros países da América do Sul. Com esse propósito, busca implementar iniciativas que respeitam a diversidade da região e seguem as diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) (PDFF, 2009, p. 12).

Entretanto, por questões de instabilidade política, o projeto acabou sendo comprometido, pois a cada mudança de governo há alterações nas estratégias políticas de integração com os outros países da América do Sul, o que interfere nos avanços obtidos, dificultando a absorção benéfica dos resultados esperados, que correspondem respectivamente no:

- A) Estimulo a processos sub-regionais de desenvolvimento, contribuindo para a redução das desigualdades regionais e para a integração da América do Sul.
- B) A melhoria da governança e estímulo à participação da sociedade civil, envolvendo a articulação dos atores locais em torno de projetos de desenvolvimento na faixa de fronteira.
- C) A estruturação e dinamização de arranjos produtivos locais e transfronteiriços.
- D) A promoção articulada da infraestrutura econômica e social, associada as estratégias locais de desenvolvimento.
- E) A melhoria das condições de cidadania da população da zona de fronteira
- F) A revisão do marco regulatório que possui impacto do desenvolvimento econômico da região e nas condições de cidadania.
- G) Fortalecimento dos instrumentos supranacionais voltados à integração fronteiriça (GADELHA; COSTA, 2005, p. 45).

Desse modo, o PDFF passou por várias adaptações, como a incorporação pela CEDIF, que foi criada em 2010, com o objetivo de integrar os diferentes autores relacionados à fronteira em prol do desenvolvimento das áreas com maior desigualdade no país, iniciativa que foi relançada novamente no governo em 2019 (CARNEIRO; CAMARA, 2019).

A crítica principal para este projeto de desenvolvimento fronteiriço volta-se aos esforços dos governos em investir em programas específicos de questões de segurança, como por exemplo, o combate ao tráfico de drogas, o contrabando e a marginalidade, não priorizando as questões sociais, como a educação e oportunidades de desenvolvimento humano e geração de emprego e renda.

3.2 A FRONTEIRA INTERNACIONAL DO PARAGUAI

Em uma área de 406.752 km², a República do Paraguai é considerada um dos menores países pertencentes à América do Sul, com uma população de 6.953.696 habitantes, onde aproximadamente 61% vivem em áreas urbanas e 39% em áreas rurais (DGEEC, 2017a).

A concentração de riqueza e as oportunidades de crescimento restritas à uma pequena parcela da população paraguaia favoreceram o aumento das desigualdades sociais e econômicas, como pode ser visto no quadro 9.

Quadro 9 - Descrição departamental do Paraguai

DEPARTAMENTOS	POPULAÇÃO		MÉDIA DE RENDA (EM DÓLARES AMERICANOS ¹⁶) DA POPULAÇÃO OCUPADA	DESCRIÇÃO DOS DEPARTAMENTOS
Asunción	Geral	524.184	0,73	Apresenta a maior média (12,30) de anos de estudo da população economicamente ativa - maior de 25 anos; maior número de população aposentada e maior taxa geral de mortalidade, referente aos demais departamentos.
	Homens	48%	0,79	
	Mulheres	52%	0,66	
Concepción	Geral	244.097	0,26	É o segundo departamento que apresenta maior concentração de jovens fora da escola e menor índice de suicídios referente aos demais departamentos.
	Homens	47%	0,30	
	Mulheres	53%	0,22	
San Pedro	Geral	419.617	0,30	É o segundo com maior índice de trabalho infantil e moradia própria. É o quinto com maior número de pessoas vivendo em situação de pobreza extrema (8,09%) e taxa de suicídio (7,80).
	Homens	53%	0,35	
	Mulheres	47%	0,21	
Cordillera	Geral	299.286	0,28	Maior percentual de nascidos vivos com baixo peso. Segundo maior percentual de população com acesso a água melhorada; e quarta maior taxa de acidentes terrestres e taxa de suicídios.
	Homens	52%	0,31	
	Mulheres	48%	0,22	
Guairá	Geral	220.814	0,26	Apresenta o menor número de aposentados, e apenas 30,77% da população reside em moradias próprias, onde 23,98% possuem aparelho televisivo.
	Homens	51%	0,30	
	Mulheres	49%	0,20	
Caaguazú	Geral	545.928	0,35	É o departamento com maior percentual de população com moradia própria, terceiro com maior percentual de pessoas em situação de pobreza extrema, e o quarto em percentual de pessoas em situação de pobreza.
	Homens	51%	0,41	
	Mulheres	49%	0,23	
Caazapá	Geral	184.544	0,24	Apresenta maior percentual de pessoas em situação de pobreza e pobreza extrema, e quarto com maior percentual de crianças (6-14 anos) que não frequentam a escola.
	Homens	51%	0,26	
	Mulheres	49%	0,20	
Itapúa	Geral	591.962	0,35	Maior percentual de crianças que não frequentam a escola e taxa de suicídio. Segundo maior percentual de pobreza extrema, e quinto maior percentual de mães precoce.
	Homens	51%	0,39	
	Mulheres	49%	0,27	
Misiones	Geral	123.443	0,34	Apresenta o segundo maior percentual de acidentes terrestres e segundo maior número de moradias com aparelho televisivo. É o terceiro com maior taxa de mortalidade infantil.
	Homens	50%	0,38	
	Mulheres	50%	0,28	
Paraguari	Geral	254.856	0,27	Apresenta um dos menores percentuais referente ao acesso de moradias com serviços públicos e privados de coleta de lixo, predominando ainda o método de queima.
	Homens	51%	0,30	
	Mulheres	49%	0,20	
Alto Paraná	Geral	796.658	0,45	Possui um dos menores percentuais de pobreza extrema e taxa geral de mortalidade, assim como o menor percentual de moradias com acesso a água melhorada.
	Homens	51%	0,50	
	Mulheres	49%	0,35	
Central	Geral	2.072.075	0,41	Maior percentual de moradias com saneamento melhorado. Apresenta um dos menores percentuais de pessoas em situação de pobreza, pobreza extrema e mães menores de idade.
	Homens	50%	0,45	
	Mulheres	50%	0,35	
Ñeembucú	Geral	88.804	0,31	É o departamento com menor percentual de crianças e adolescentes fora da escola, e apresenta menos de 30 casos de desemprego aberto.
	Homens	51%	0,35	
	Mulheres	49%	0,26	
Amambay	Geral	164.483	0,42	Apresenta a maior taxa de homicídio de todo o país, com 60,80%, e moradias com meio de transporte próprio. Possui menor percentual referente ao acesso a saúde.
	Homens	49%	0,47	
	Mulheres	51%	0,35	
Canindeyú	Geral	221.669	0,38	Possui menor taxa geral de mortalidade (2,10), e um dos departamentos com menor percentual de pessoas com seguro médico (35,83%).
	Homens	53%	0,43	
	Mulheres	47%	0,30	
Presidente Hayes	Geral	121.074	0,40	90,79% da população reside em moradias com energia elétrica, 99,52% com comunicação telefônica; 75,06% possuem geladeira e 58,79% máquina de lavar roupa
	Homens	50%	0,48	
	Mulheres	50%	0,26	
Boquerón	Geral	63.009	0,71	É o departamento que apresenta maior percentual (34,05%) de jovens que não frequentam uma rede de ensino, acidentes terrestres e mortalidade infantil (TM 125,30). Apenas 55,84% da população tem acesso a saúde.
	Homens	52%	0,83	
	Mulheres	48%	0,49	
Alto Paraguay	Geral	17.210	0,34	É o departamento com maior percentual do país referente a população com acesso a saúde (87,39%), e maior percentual de mães menores de 19 anos, com 29,50% dos casos.
	Homens	51%	0,41	
	Mulheres	49%	0,23	

FONTE: Organizado pela autora a partir dos dados do DGEEC e DIGIES (2017).

Mesmo havendo salário mínimo vigente é visível a irregularidade na distribuição de renda média da população ocupada por departamento, principalmente no que tange ao gênero feminino. Também é possível observar que os departamentos localizados na região Ocidental, mais conhecido como Chaco Paraguai, que envolve os três maiores departamentos do

¹⁶ Taxa cambial correspondente a agosto de 2018 (US\$ 1,00 = G\$ 5.725,10).

Paraguai, sendo eles: *Presidente Hayes*, *Alto Paraguay* e *Boquerón*, são os que mais apresentam desigualdade.

Essa disparidade social e econômica originou-se a partir da concentração da terra e a ênfase na atividade primária, pois, a economia do Paraguai está em vias de industrialização, assim como os demais países da América do Sul. “De acordo com o mais recente censo agropecuário, 24,5% dos 31 milhões de hectares cultiváveis se concentram nas mãos de 1,6% dos proprietários” (MORAES; VIEIRA, 2015, p.365).

Segundo César (2016, p. 22)

“Ao longo dos últimos quarenta anos, a economia paraguaia desenvolveu-se em torno de três pilares: i) a exportação de commodities agrícolas; ii) a venda de energia elétrica para os países vizinhos (Brasil e Argentina); e iii) o comércio de reexportação ou de triangulação”.

A concentração das oportunidades econômicas no setor primário no Paraguai no período de regime ditatorial de Alfredo Stroessner (1954-1989) promoveu:

[...] a expansão da agricultura empresarial da soja, por meio dos “brasiguaios”, na zona fronteiriça, ampliou a escala e a mecanização da agricultura paraguaia, tradicionalmente de subsistência, promovendo uma maior especialização do perfil agroexportador (CÉSAR, 2016, p. 20).

Tal especialização do perfil agroexportador proporcionou avanços no método produtivo dos mesmos, como a inserção de maquinários. Porém, este processo não promoveu consistentemente uma modernização no processo de industrialização. Herken, Arce e Ovando (2011) abordam este momento na economia paraguaia como um *shocks endógeno* negativo pós-guerra (Guerra Civil de 1947) período em que o país vivenciou crescimento econômico agrário, considerado de grande retardamento.

Posteriormente a este fato, o segundo momento da evolução econômica do Paraguai, ocorreu logo após a construção da Ponte da Amizade, com o Tratado de Itaipu (1973). Existem várias hipóteses sobre a crise pós Itaipu. A hipótese mais sólida apresentada por Harken, Arce e Ovando (2011), consistiu na má administração das oportunidades para um crescimento positivo e estável. Ou seja, a usina de Itaipu inicialmente possibilitou ao Paraguai outras alternativas de exportação além de commodities, porém o crescimento econômico desse período não foi aproveitado e direcionado a outros projetos que pudessem impulsionar novos meios de produção.

O terceiro momento da economia do Paraguai envolve o comércio de reexportação e triangulação, energia elétrica, soja e carne bovina. Esses movimentos econômicos abriram as fronteiras do Paraguai para o fluxo de mercadorias legais e ilegais, assim como o aumento do fluxo de capital investidor e pessoas dos demais países do MERCOSUL¹⁷.

Com a integração ao MERCOSUL, houve reduções nas barreiras para envio da produção para os países vizinhos. Porém, como o Paraguai não possui diversificação na estrutura produtiva, a integração com as demais fronteiras passou a ser um desafio (ARCE, 2010).

Diante disso, uma das alternativas de diversificação na estrutura produtiva do Paraguai foi a Lei de Maquila, que “considerou a necessidade de iniciar um processo de profunda modificação da posição do Paraguai no âmbito da produção e comércio internacional” (DECRETO 9.585, de 17 de julho de 2000). Além disso, vale ressaltar que:

A Maquila, pela natureza de suas operações: “produção compartilhada”, inserida no contexto de globalização em que o Paraguai está imerso, levando implicitamente uma grande capacidade integradora, em nível regional e global;

Que o programa maquilador, por suas características e orientações perante o mercado externo, terá um impacto positivo na economia dos nossos fornecedores de serviços, produtores primários e indústrias, especialmente as pequenas e médias empresas, cuja ligação será a subcontratação, que contribuirá para o reforço da atividade econômica nacional;

Que as maquiladoras, constituirão um setor com grande capacidade de transmissão e geração de tecnologia de ponta, que possibilitem elevar a competitividade da nossa base industrial nacional;

Que a mesma, representará uma importante fonte geradora de empregos, bem como de capacitação e adiestramento de nossos empresários, profissionais e técnicos, assim como da mão-de-obra em geral;

Que esse tipo de programa, superavitários por natureza, podem constituir um importante mecanismo para gerar receita líquida de divisas ao país (DECRETO 9.585, de 17 de julho de 2000).

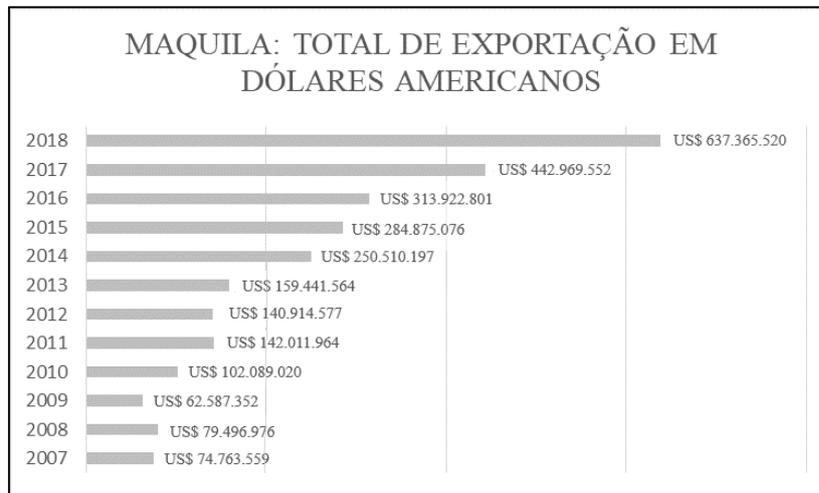
Para Costa (2018) o aumento na procura dos benefícios do regime maquilador no Paraguai nos últimos 17 anos não contribuiu significativamente na economia do país,

¹⁷ O Mercado comum do Sul é um projeto de integração econômica formado por Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela, denominados “Estados partes”, com finalidade da unificação alfandegária para a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países associados. Os países associados ao MERCOSUL são: Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Bolívia (em processo de adesão como membro pleno). A Venezuela por sua vez, encontra-se suspensa dos direitos e obrigações por romper com a ordem democrática do MERCOSUL (MERCOSUL, 2019).

entretanto, para Maciel (2017) o regime maquilador se mostra uma alternativa viável para o crescimento econômico do país devido ao aumento do PIB¹⁸ por meio das exportações.

De acordo com os dados disponibilizados pelo Ministério de Indústria e Comércio do Paraguai, é possível dimensionar o aumento das exportações nos últimos 11 anos apenas no regime maquilador, que pode ser observado no gráfico 1.

Figura 5 – Total de exportações das EME em dólares americanos



Fonte: MIC (2018)

No que se refere ao ano de 2019, o total de exportação sob o regime maquilador somou em US\$ 722.652.168, 7% a mais em compensação com o ano de 2018, que atingiu a soma de US\$ 675.067.080, como visto no gráfico 1 (MIC, 2020a).

Vale ressaltar que as exportações das EM do Paraguai em sua maioria destinam-se ao MERCOSUL, com 82% das exportações, especificamente para o Brasil e para a Argentina. Os demais 18% das exportações destinam-se para o resto do mundo, principalmente para os Estados Unidos, Tailândia, Bolívia, Chile, Equador, El Salvador e México (MIC, 2020a).

Dessa forma, é possível observar na trajetória econômica do Paraguai a utilização de investimentos estrangeiros como principal meio de crescimento econômico, seja pela exportação de commodities, como por benefícios fiscais oferecidos aos investidores estrangeiros.

¹⁸ O Produto Interno Bruto (PIB) do Paraguai cresceu 2,40% no terceiro trimestre de 2019 em relação ao trimestre anterior. A taxa de crescimento do PIB no Paraguai atingiu uma média de 0,99% de 2008 a 2019, atingindo uma alta histórica de 10,70% no quarto trimestre de 2011 e uma baixa recorde de -6,40% no terceiro trimestre de 2011 (TRADING ECONOMICS, 2019).

Diante disso, com a crescente venda de terras para estrangeiros, que com o tempo tornaram-se latifundiários, ou pelas grandes empresas de capital estrangeiro, principalmente as localizadas na linha de fronteira, o congresso da nação paraguaia recorreu a necessidade de segurança fronteiriça.

3.2.1 Segurança fronteiriça da República Paraguuaia

De acordo com Vera (2018) durante o regime stronista, ocorreu um forte processo de estrangeirismo das terras agriculturáveis do Paraguai com a entrada de pequenos e médios produtores, principalmente do Brasil, que ao longo dos anos foram ampliando suas terras. A mesma autora ainda afirma que no início do século XX, o Paraguai já havia vendido mais de 26 milhões de hectares a empresas estrangeiras.

Para Glauser (2009) a quantidade de hectares em mãos de estrangeiros correspondem pelo menos a 19,4% do território paraguaio. Essas quantidades de terras em mãos de estrangeiros correspondem mais que a soma dos departamentos de *Itapúa*, *Alto Paraná*, *Canindeyú*, *Amambay* e *Concepción* juntos, que ao todo somam 7.708.200 hectares. Estima-se que 4.792.528 hectares pertencem a brasileiros, e 3.096.6000 a cidadãos de outros países.

Partindo dessa preocupação, no ano de 2005 foi aprovada a Lei N° 2532 que estabelece a zona de segurança fronteiriça (LSF) com objetivo de preservar a demarcação política da faixa de fronteira da ocupação de estrangeiros. O congresso da nação paraguaia sancionou com força de lei os seguintes artigos:

Artigo 1°- É estabelecido uma zona de segurança fronteiriça a faixa de 50 quilômetros adjacentes às linhas de fronteira terrestre e fluvial no território nacional.

Artigo 2°- salvo autorização por decreto do Poder Executivo, baseada em razões de interesse público, como aquelas atividades que geram ocupação de mão-de-obra na zona de segurança, os estrangeiros oriundos de quaisquer dos países limítrofes da República ou as pessoas coletivas integradas maioritariamente por estrangeiros oriundos de quaisquer dos países limítrofes da República não podem ser proprietários, condomínios ou usufrutuários de imóveis rurais.

Artigo 3°- as disposições do artigo 2° da presente lei não afetam os direitos adquiridos antes da vigência desta lei.

Artigo 4°- são nominativas e não endossáveis as ações ou títulos das sociedades por ações e certificados de contribuição das cooperativas dos mesmos que pretendem ser proprietários, coproprietários ou utilizadores de imóveis rurais em zonas de segurança fronteiriça.

Artigo 5°- os notários públicos não podem sujeitar empresas jurídicas não autorizadas ao abrigo do art. 2° da presente lei.

Artigo 6º- o Ministério de Defesa Nacional é incumbido de efetuar as diligências necessárias ao estabelecimento da Zona de Segurança Fronteiriça junto do Serviço Nacional do Cadastro, devendo ser inventariadas as condições dos imóveis rurais atualmente existentes.

Artigo 7º- as certificações emitidas pelo Serviço Nacional do Cadastro devem atestar que o imóvel em questão se encontra total ou parcialmente localizado na Zona de Segurança Fronteiriça.

Artigo 8º- os atos jurídicos contrários à referida lei são nulos, sem prejuízo de outras sanções que possam ser impostas aos juízes, funcionários e aos notários públicos envolvidos.

A anulação do ato implicará uma multa equivalente ao dobro do valor da operação.

Artigo 9º- revogar todas as disposições legais que se oponham à presente lei.

Artigo 10º- comunicar ao Poder Executivo (LEI N° 2532, de 17 de fevereiro de 2005).

Não obstante, aprovou-se a Lei N° 2647 que modifica o artigo 3º da Lei N° 2532 de 17 de fevereiro de 2005, com a seguinte modificação:

“Art.3º.- as disposições do artigo 2º da presente lei não afetam os direitos adquiridos devidamente verificados antes da vigência desta lei. Também não poderão ser invocados contra os direitos sucessórios dos cidadãos oriundos dos países limítrofes, quando os mesmos digam respeito a imóveis ou sociedades incursas na referida zona. Além disso, são excluídos desta regulamentação os imóveis que, por leilão público, sejam adjudicados judicialmente ou entregues a títulos de dação em pagamento a favor de bancos ou instituições financeiras, reguladas pela Lei N° 861 de 24 de junho de 1996 “GENERAL DE BANCOS, FINANCEIRAS E OUTRAS ENTIDADES DE CRÉDITO” desses países, qualquer que seja a data de formalização da garantia; e os direitos dos estrangeiros oriundos de qualquer dos países limítrofes, com residência permanente na República. Do mesmo modo, não afetará as imposições constituídas antes da vigência desta legislação a favor das pessoas singulares ou coletivas caracterizadas na presente lei” (LEI N° 2647, de 18 de agosto de 2005).

Entretanto, a elite política do país sempre vinculou seus negócios com a venda de terras e privilégios diversos para as empresas e pessoas estrangeiras, por esse motivo esta lei não é aplicada no país, permanecendo uma parte importante das terras fronteiriças nas mãos de estrangeiros (VERA, 2018).

O primeiro governo que tentou realizar um levantamento sobre as propriedades que deveriam ser protegidas pela Lei N° 2532 foi o de Fernando Lugo, que governou o Paraguai entre 2008 a 2012. Para Vera (2018), o interesse do governo Lugo em investigar a situação da LSF no país, foi um dos principais motivos pelo qual se organizou o golpe que o derrubou nove meses antes de finalizar seu mandato.

As EM são exemplos claros do não cumprimento dessa lei, uma vez que encontram-se majoritariamente nas regiões de fronteira. A Lei de Maquila foi aprovada antes da Lei N° 2532, mas de acordo com o art. 3º, os direitos adquiridos anteriormente a esta lei não seriam prejudicados. Entretanto, o art. 7º estabelece que o Serviço Nacional de Cadastro paraguaio deve deixar claro as condições dos imóveis adquiridos nas zonas protegidas pela LSF, o que não foi feito, devido ao crescimento de investimentos estrangeiros na faixa de fronteira que deveria ser protegida pela referida lei, como poderá ser visto no próximo subitem.

3.2.2 A dinâmica maquiladora no Paraguai

A Lei de Maquila funciona mediante um contrato vinculado a uma empresa de matriz estrangeira de processos industriais ou de serviços, total ou parcialmente sobre bens tangíveis e intangíveis cuja produção tem como destino a exportação.

As empresas que atuam sob o regime maquilador estão isentas de qualquer imposto ou taxas relativas ao processo produtivo, incluindo a importação da matéria-prima, dos maquinários e dos insumos necessários. O benefício principal deste regime está em seu único tributo de 1% sobre o valor agregado do produto em território paraguaio, além dos atrativos econômicos relacionados à mão-de-obra e à energia elétrica (CEMAP, 2018c).

Outros benefícios fiscais incluídos no regime maquilador são os seguintes tributos:

Quadro 10 - Benefícios fiscais nas operações maquiladoras

Outros tributos isentos incluídos nas operações maquiladoras	Benefícios adicionais para Empresas maquiladoras que realizam exclusivamente operações de Maquila
<ul style="list-style-type: none"> _ Taxas sobre atos e documentos. _ Pagamentos de taxas por serviços de Avaliação Aduaneira. _ Taxas de consulado. _ Taxas portuárias (50%) e aeroportuárias. _ Totalidade de impostos, taxas e contribuições que oneram as garantias das empresas maquiladoras. _ A totalidade dos impostos, taxas e contribuições que oneram os empréstimos destinados a financiar as operações das maquiladoras (CEMAP, 2018b). 	<ul style="list-style-type: none"> _ Exoneração do Imposto de Patentes para Comércio, Indústrias, Profissões e Ofícios. _ Exoneração do Imposto à Construção que afete a planta industrial ou de serviços da empresa maquiladora. _ Exoneração de taxas municipais. _ Exoneração do Imposto ao Valor Agregado (IVA) que taxa as operações de locação ou leasing das maquiladoras que fazem parte do programa de Maquila.

FONTE: CEMAP (2018c).

As maquiladoras por sua vez, passam a subcontratar (submaquilas) empresas nacionais a fim de completar a rede de produção exigida pela matriz contratante, passando a demandar mão-de-obra direta e indiretamente, onde:

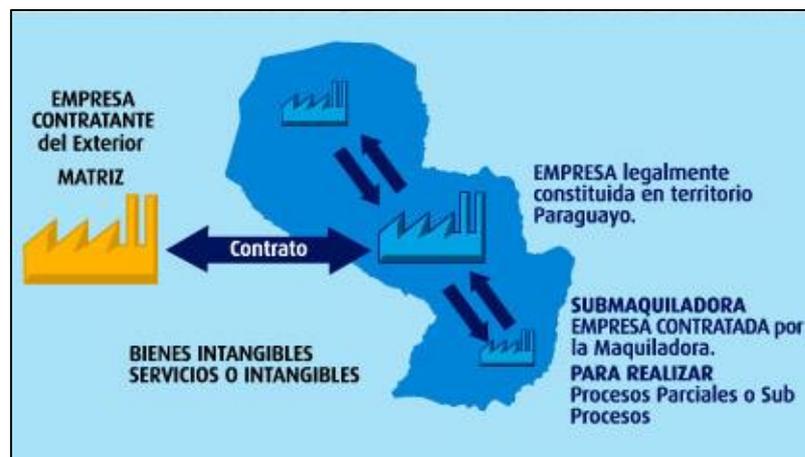
La matriz puede enviar a la maquiladora, bienes de capital, materias primas, insumos, directamente o desde otros países; estos bienes entran al país bajo la

figura de admisión temporaria durante el tiempo establecido en el Programa (6 meses prorrogables a 1 año), con suspensión del pago de impuestos, previo afianzamiento que garantice los montos de los gravámenes eventualmente aplicables. La maquiladora a su vez podrá contratar bienes, servicios, mano de obra y otros dentro del territorio paraguayo o importar de otros países por cuenta y orden de la Matriz (MIC, 2018c).

A Lei de Maquila consiste parcialmente na subcontratação internacional, que regulamenta a ação de intercâmbio internacional de serviços. Esta prestação de serviço se dá de forma específica, como por exemplo, os países que adotam tal estratégia apresentam maior desregulamentação legislativa comercial, em vista dos países contratantes (FABIO, 2004a).

Isso ocorre devido a necessidade de criação de políticas e estratégias por meio da desregulamentação legislativa comercial/industrial, diminuindo tributos, condições trabalhistas, custo de energia, preservação ambiental, entre outros, para aumentar e/ou facilitar o fluxo de importação e exportação de mercadorias e serviços de forma geral, entre empresas transnacionais, como o caso da Lei de Maquila, exemplificada na figura 7.

Figura 6 – Dinâmica maquiladora paraguaia



Fonte: MIC (2018c).

Essa dinâmica possibilitou ao Paraguai aumentar os investimentos estrangeiros e nacionais no país. Desde a implementação da Lei de Maquila foram aprovados projetos maquiladores de forma crescente, como demonstra a tabela 3.

Tabela 3 – Programas maquiladores aprovados até novembro de 2018 e sua contribuição social e econômica no Paraguai

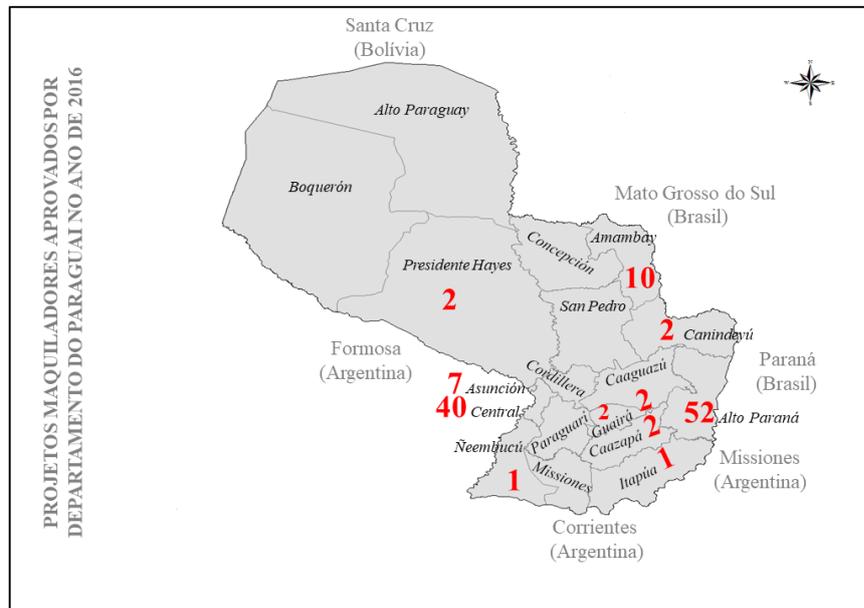
MAQUILA: Programas aprovados, mão-de-obra, investimento projetado e total de exportações (até novembro de 2018)				
ANO	Programas Maquiladores aprovados	Mão-de-obra que se geraria	Investimento projetado em dólares americanos	Total de exportações em dólares americanos
2007	6	190	3,220,316	74,763,559
2008	6	279	6,315,311	79,496,976
2009	4	274	6,948,287	62,587,352
2010	2	103	9,261,425	102,089,020
2011	8	583	14,848,711	142,011,964
2012	13	2,580	55,062,651	140,914,577
2013	14	1,308	29,355,982	159,441,564
2014	24	3,222	71,338,627	250,510,197
2015	22	1,423	34,006,731	284,875,076
2016	22	1,409	35,382,962	313,922,801
2017	24	2,540	166,414,562	442,969,552
2018	30	1,929	85,635,126	637,365,520
TOTAL:	175	15840	517,790,691	2,690,948,158

Fonte: MIC (2019a)

Vale ressaltar que os dados estatísticos apresentados na tabela 3 correspondem apenas aos projetos aprovados, ou seja, o total de exportações (em dólares americanos) condiz apenas as empresas maquiladoras atuantes em seus respectivos anos.

A maior concentração de EM em território paraguaio estão localizadas nos departamentos de *Alto Paraná*, *Central*, *Amambay* e o distrito capital *Asunción*, como ilustra a figura 6.

Figura 7 – Concentração de projetos maquiladores aprovados por departamentos do Paraguai



Fonte: Adaptado por Maciel (2017).

De acordo com a figura 8, os locais mais favorecidos pela Lei de Maquila no território paraguaio, correspondem às regiões de fronteira. O número de projetos maquiladores por departamento apresentado por Maciel (2017) na figura 3, foi contabilizado até o ano de 2016.

Observa-se que no departamento de *Alto Paraná*, que faz fronteira com Brasil e Argentina, concentra-se o maior número de empresas maquiladoras no Paraguai, seguido do departamento *Central*, que faz fronteira com a Argentina e, em terceiro, o departamento de *Amambay*, que faz fronteira seca com Mato Grosso do Sul, com dez projetos maquiladores aprovados.

Entre o ano de 2017 até novembro de 2018, foram aprovadas mais 29 empresas maquiladoras no departamento de *Alto Paraná*; 14 no departamento *Central*; um em *Guairá*; três na capital do país (*Asunción*); duas em *Amambay*; uma em *Canindeyú*; uma em *Cordillera*; uma em *Paraguari*; e uma em *Caaguazú*, dentre as quais as matrizes contratantes estão localizadas na Venezuela, na Argentina, nos Estados Unidos, na Polônia, no Uruguai, em Hong Kong, e no Brasil, como mostra a tabela 4 (MIC, 2019a).

Tabela 4 – Total de projetos maquiladores aprovados entre 2017 e novembro de 2018

TOTAL DE PROJETOS MAQUILADORES APROVADOS EM 2017/2018 POR LOCALIZAÇÃO DA MATRIZ CONTRATANTE	LOCALIZAÇÃO DA MATRIZ CONTRATANTE		
	2017	2018	
	BRASIL	17	26
	URUGUAI	2	2
	ARGENTINA	2	1
	HONG KONG	0	1
	EUA	1	0
	POLÔNIA	1	0
	VENEZUELA	1	0
	TOTAL:	24	30

Fonte: MIC (2019a)

Como pode ser observado na tabela 4, de 2017 até novembro de 2018 foram aprovados 54 projetos de empresas maquiladoras, sendo que aproximadamente 80% correspondem a empresas de matriz brasileira, variando o capital de origem entre mistas (dois ou mais países) e individuais, como especifica o quadro 11.

Quadro 11 - Capital de origem dos projetos maquiladores aprovados de matriz brasileira entre 2017 até novembro de 2018

CAPITAL DE ORIGEM DOS PROJETOS MAQUILADORES APROVADOS DE MATRIZ BRASILEIRA (2017/2018)		
EMPRESA	RAMO DE ATUAÇÃO	CAPITAL DE ORIGEM
2017		
UNIPLAST S.A.	Fabricação de bonecas de plástico e mordedores para bebês.	Paraguai
San Antonio Textil S.A.	Fabricação de tecidos de ponta.	Brasil
Inbraled AS	Fabricação de produtos de iluminação LED.	Brasil
Guilherme Rui	Confecções	Brasil
Salinas Textil Import Export SACI	Confecções	Paraguai
Tycoon Medical Industry S.A.	Confecções	Brasil – Paraguai
HCSA del Paraguay AS	Metalúrgica e suas manufaturas	Brasil – Paraguai
SPX Productos de Petroleo SA	Lubrificantes e seus derivados	Brasil
MSK AS	Peças de automóveis	Brasil
CDL PLAST S.A.	Plásticos	Brasil
Asturias Tejidos S.A.	Confecções	Ilhas Virgens Britânicas
Acua Park S.R.L.	Manufaturas diversas	Paraguai
THERMAP S.A.	Peças de automóveis	Paraguai – Brasil
PAMPLONA S.A.	Papelaria	Paraguai
IFA Automotive Lightining S.A.	Peças de automóveis	Brasil
Hogar Textil AS	Confecções e têxteis	Brasil
Rigmar SA Industrial y Comercial	Confecções e têxteis	Paraguai
2018		
Enercorp S.A.	Metalúrgica e suas manufaturas	Brasil – Paraguai
Real Metales S.A.	Metalúrgica e suas manufaturas	Brasil
Durli Leathers S.A.	Couro	Brasil – EUA
America TNT S.A.	Plásticos	Brasil – Paraguai
Agroriegos del Paraguay S.A	Plásticos	Brasil
Sincere S.A.	Calçados e suas partes	China-Brasil
Yaguareté Industria S.A.	Calçados e suas partes	Brasil
Brascaps S.A.	Manufaturas diversas	Brasil
L3D S.A.	Fabricação de radiadores para veículos	Brasil
Don Francés Industria de alimentos S.A.	Elaboração de pão francês congelado	Brasil
Industria de Calzados Napoli S.A.	Fabricação de calçados	Brasil
Forpet S.A.	Fabricação de pré-formas PET	Brasil
Texthilos S.A.	Confecções e Têxteis	Brasil
Industrias Reunidas Ñemby S.A.	Fabricação de filmes de PP	Paraguai
Irutec S. A.	Fabricação de equipamentos industriais	Brasil
Prevemax Embalajes Descartaveis S.A.	Confecções de produtos de uso de segurança e higiene industrial (tampa boca, avental, touca) e artigos de TNT.	Brasil
Hercosul International S.R.L.	Elaboração de alimentos preparados para animais	Brasil
Aspar Sport S.A.	Produção e comercialização de produtos esportivos e afins (inicialmente remos de padel de diferentes tipos)	Argentina – Paraguai
Compañía Textil Guarani S.R.L.	Confecções têxteis para fabricação de roupas de cama e cortinas	Alto Paraná
Compañía Río Paraguay S.A.	Produção e comercialização de produtos de papel (resmas)	Paraguai – Brasil
Hamelin Instrumentos Musicales S.A.	Produção de piano digital e peças eletrônicas	Brasil
Makrometal Paraguay S.A.	Fabricação de produtos metalúrgicos para construção, como telas ou malhas metálicas e obras de ferro fundido	Brasil
Shelter Paraguay S.A.	Fabricações de vestimentas	Paraguai – Brasil
Pcw2 Industria de Refrigeración S.A.	Fabricação de equipamentos e partes para refrigeração industrial e comercial	Brasil
Seven Color Textil S.A.	Fabricação de tijolos	Paraguai
White Lake Paraguay S.A.	Fabricação de calçados de segurança industrial	Paraguai- Brasil

Fonte: estatísticas (MIC, 2019a)

Diante do exposto no quadro 11, os ramos de atividade assim como o capital de origem das matrizes brasileiras contratantes são variados, assim como os demais países interessados no mesmo período de tempo, apresentados no quadro 12.

Quadro 12 - Capital de origem dos projetos maquiladores aprovados de matriz variada entre 2017 até novembro de 2018

CAPITAL DE ORIGEM DOS PROJETOS MAQUILADORES APROVADOS DE MATRIZ VARIADA (2017/2018)			
EMPRESA	RAMO DE ATUAÇÃO	LOCALIZAÇÃO DA MATRIZ	CAPITAL DE ORIGEM
2017			
Puras Pinturas Paraguayas	Fabricação de tintas, esmaltes e produtos	Venezuela	Paraguai – Venezuela
Fujikura Automotive	Peças de automóveis	EUA	Japão – Paraguai
DOLIMEX S.A.	Manufaturas diversas	Polônia	Paraguai – Venezuela
EGEA S.A.	Metalúrgica e suas manufaturas	Uruguai	Uruguai – Paraguai
Archer AS	Manufaturas diversas	Uruguai	Uruguai – França
CMA Paraguay AS	Alimentos	Argentina	Argentina
2018			
Flavors of America S.A.	Tabaco	Hong Kong	Paraguai
SL QUALITA S.A.	Calçados e suas partes	Uruguai	Brasil
BPAMERICAS Paraguay S.A.	Peças de automóveis	Uruguai	Uruguai
Second House SB S.A.	Produção de patins e suas partes para	Argentina	Argentina

Fonte: estatísticas (MIC, 2019a)

Os quadros 12 e 13 apresentam uma variedade produtiva dos projetos aprovados e a flexibilidade do capital de origem das empresas maquiladoras de exportação de matriz brasileira e dos demais países, que no total ofertam 4.415¹⁹ vagas de trabalhos diretos, sendo 68% disponibilizadas por empresas de matriz brasileira, vide tabela 5.

Tabela 5 – Vagas de trabalho que se gerariam nos anos de 2017 até novembro de 2018

ESTIMATIVA DE VAGAS DE TRABALHO DOS PROJETOS MAQUILADORES APROVADOS POR LOCALIZAÇÃO DA MATRIZ CONTRATANTE (2017/2018)	LOCALIZAÇÃO DA MATRIZ CONTRATANTE	2017	2018
	Brasil	1.287	1.748
EUA	1.071	0	
Uruguai	90	115	
Venezuela	22	0	
Polônia	10	0	
Argentina	6	16	
Hong Kong	0	50	
TOTAL:	2.486	1.929	

Fonte: MIC (2019a).

O Brasil liderou os índices empregatícios no ano de 2017 até novembro de 2018, porém, é importante analisar a estrutura produtiva maquiladora com a matriz nos Estados

¹⁹ Quantidade correspondente ao total de projetos maquiladores aprovados entre 2017 e novembro de 2018.

Unidos. Uma única unidade produtiva, de origem estadunidense, ofertou quase a mesma quantidade de vagas equivalente das 17 empresas maquiladoras de matriz brasileira em 2017.

Cabe ressaltar que dentre os empregos gerados pode haver importação de mão-de-obra qualificada, tendo em vista que as vagas ofertadas nacionalmente não requerem qualificação ou especialização, em contrapartida, os colaboradores que exercem atividades que exigem maior qualificação profissional são trazidos de suas respectivas matrizes empresariais.

Referente à projeção de investimento (em dólares americanos) entre 2017 e 2018 houve um crescimento de aproximadamente 18%, como mostra a tabela 6.

Tabela 6 – Projeção de investimento (em dólares americanos) entre 2017 até novembro de 2018

PROJEÇÃO DE INVESTIMENTO (EM DÓLARES AMERICANOS) DOS PROJETOS MAQUILADORES APROVADOS POR LOCALIZAÇÃO DA MATRIZ CONTRATANTE (2017/2018)	LOCALIZAÇÃO DA MATRIZ CONTRATANTE	2017	2018
		Brasil	109.853.570
	EUA	11.118.439	0
	Uruguai	4.198.764	125.577
	Venezuela	30.830.952	0
	Polônia	533.502	0
	Argentina	9.879.336	2.187.961
	Hong Kong	0	1.404.121
	TOTAL:	166.414.563	85.635.127

Fonte: MIC (2019a)

Na tabela 6 observa-se uma diminuição da projeção de investimento oriunda das maquiladoras de matriz brasileira entre 2017 e 2018, mesmo havendo uma diferença de seis projetos a mais aprovados no ano de 2018, distribuídos em sua maioria no departamento de Alto Paraná, que faz fronteira com Brasil e Argentina, como pode ser visto na Tabela 7.

Tabela 7 – Total de projetos maquiladores distribuídos por departamento entre 2017 e novembro de 2018

TOTAL DE PROJETOS MAQUILADORES APROVADOS POR DEPARTAMENTO DO PARAGUAI (2017/2018)									
LOCALIZAÇÃO DA MATRIZ CONTRATANTE	DEPARTAMENTOS								
	Alto Paraná	Central	Amambay	Capital (Assunção)	Guairá	Canindeyú	Cordillera	Paraguarí	Caaguazú
Brasil	26	10	3	1	1	1	...	1	...
EUA	1
Uruguai	1	1	...	1	1
Venezuela	...	1
Polônia	...	1
Argentina	...	1	...	1	1
Hong Kong	1

Fonte: MIC (2019a)

Nos anos de 2017 e 2018 a escolha da localização das unidades produtivas de matriz brasileira aprovadas concentraram-se, em sua maioria, nos departamentos de Alto Paraná, seguido de Central, e em terceiro lugar em Amambay.

Em 2017, aprovaram-se quatro projetos maquiladores no departamento *Central*, nove no departamento de *Alto Paraná*, dois no departamento de *Amambay*, um em *Guairá* e um em *Canindeyú*. Em contrapartida, em 2018, foram aprovados 17 projetos maquiladores de matriz brasileira no Departamento de *Alto Paraná*, seis no *Central*, um em *Paraguarí*, um na Capital (*Asunción*), e um em *Amambay*,

O aumento do fluxo de intercâmbio internacional entre as empresas brasileiras em solo paraguaio causou certos impactos nas regiões fronteiriças do Brasil, por inúmeros fatores, sendo um a exportação de vagas de trabalho, assim como investimentos potenciais que poderiam ser direcionados à zonas franca de Manaus ou às zonas de Processamento para Exportação em Mato Grosso do Sul, assim como ao Norte brasileiro, que sentirá os efeitos econômicos devido ao desvio na logística de escoamento de produção, que tem tido a opção de rotas mais vantajosas pelo Paraguai.

Esse fato proporcionou ao Paraguai crescimento significativo em quantidade de deslocação empresarial em seu território, principalmente empresas de matriz brasileira, que buscam alternativas para permanecerem competitivas, exportando oportunidades (FABIO, 2004a). Wagner Weber, diretor-geral do Centro Empresarial Brasil-Paraguai, considera a ida de empresas para o país vizinho como uma forma de sobrevivência: “Muitas companhias que estavam por fechar as portas foram para o Paraguai, como a Sudamamerica Têxtil, a Polifabrik,

a Hilopar, entre outras, se apoiou no lucro que obtiveram através da redução de custos para conseguir manter suas unidades funcionando no Brasil” (IOS, 2017, p. 34).

As empresas brasileiras não se deslocam unicamente por fins de sobrevivência, como também, na busca de internacionalizarem-se. Pois, “quando elas se tornam transnacionais, elas fortalecem sua atuação dentro do Brasil. Primeiro porque a indústria passa a perseguir padrões diferenciados de qualidade, segundo porque ela se torna capaz de competir com os estrangeiros dentro do Brasil” (IOS, 2017, p. 35-36).

Para o lado brasileiro, os benefícios giram em torno da forma de “extrair o máximo de mais valia possível e garantir suas taxas de lucro, esses capitais procuram na ordem espacial capitalista as melhores condições para se reproduzir, encontrando-as no Paraguai [...]” (MAZIN, 2016, p. 91). Em relação ao Paraguai, o benefício consiste na capacidade do regime maquilador em impulsionar o processo de pré-industrialização do país, assim como melhorar a capacidade política e de negociação na dinâmica de integração do Mercosul²⁰ (FABIO, 2018b).

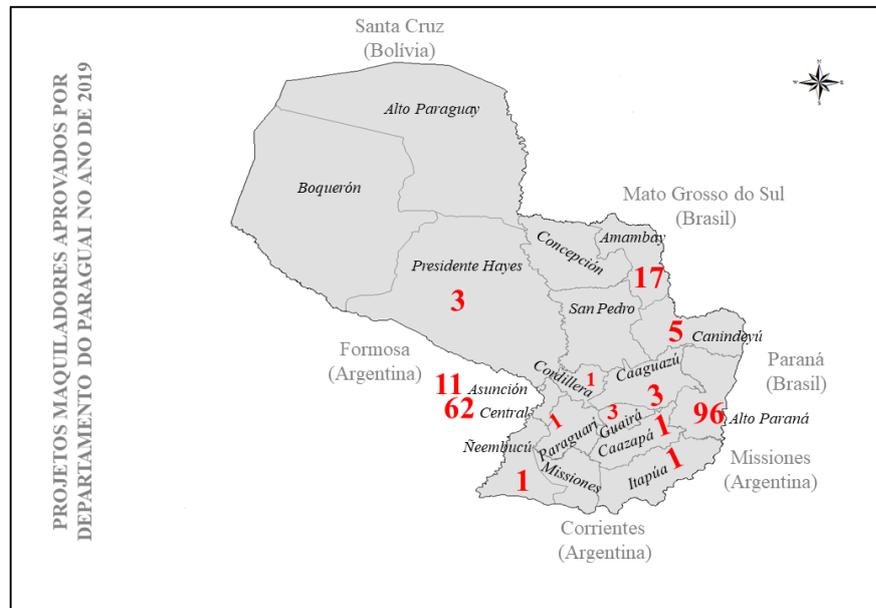
O ramo de atividade mais significativo do regime maquilador paraguaio consiste nos componentes de confecções e têxtil, com 27,17%, seguido da fabricação de plásticos, com 18,50%, atividades de *autopartes*, com 10,40%, ramo metalúrgico, com 8,09%, eletrônicos, com 7,51%, fabricação de produtos químicos, com 5,78%, fabricação de sapatos, com 4,62%, e serviços intangíveis (call center), com 4,05%. Outros ramos que não são especificados configuram 13,87% (MERELES, 2018).

De acordo com o Conselho Nacional de Industrias Maquiladoras de Exportação do Paraguai (CNIME), no ano de 2019 houve um aumento recorde nas exportações, com uma quantidade de US\$ 722.652.168. Além disso, foram aprovados mais 33 projetos maquiladores, com estimativa total de investimento de US\$ 58.855.536 e de mão-de-obra estimada em 1.720 postos de trabalho (MIC, 2020a).

Dessa forma, o número de EM aprovadas em 2019 em somatória com os anos anteriores, prevalecem nos departamentos de *Alto Paraná* com 96, seguido de *Central* com 62, *Amambay*, com 17 e *Capital Asunción* com 11 EM. Enquanto isso, os demais departamentos do Paraguai permaneceram quase inalterados, como mostra a figura 9.

²⁰ Mercado Comum do Sul.

Figura 8 – Projetos maquiladores aprovados por departamento do Paraguai até o ano de 2019



Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Os principais produtos exportados no mês de dezembro do ano de 2019 correspondem a peças de automóveis, com 34,2%, em seguida estão os produtos oriundos das confecções e têxteis, com 23,1%, e produtos do segmento de plásticos e suas manufaturas, assim como os produtos farmacêuticos (MIC, 2020a).

4 A INDÚSTRIA E O MATO GROSSO DO SUL

A relação que se busca compreender com a dinâmica industrial de Mato Grosso do Sul, são as possíveis externalidades que as Empresas Maquiladoras de Exportação do departamento de *Amambay* no Paraguai refletem atualmente na região de fronteira do Estado, e quais as futuras vantagens que poderão ser absorvidas pela mesma. Por assim ser, neste capítulo, não serão aprofundadas as questões relacionadas aos desdobramentos históricos da industrialização no Brasil e em Mato Grosso do Sul²¹.

De acordo com os procedimentos apresentados no decorrer dos dois primeiros capítulos desta pesquisa, nos levam a buscar compreender os principais problemas e desafios no âmbito industrial e sua relação com o desenvolvimento regional, e sua complexidade em regiões de fronteira. Partindo disso, o primeiro ponto a ser discutido é o modelo industrial utilizado na Lei de Maquila em comparação com acontecimentos históricos que culminaram nas disparidades entre as nações.

A adoção de políticas de industrialização para o desenvolvimento parte de dois princípios importantes, sendo o primeiro o fomento em incentivos fiscais, política cambial, controle de taxa de juros, assim como aquisição governamental, investimento em pesquisa e tecnologia; e o segundo o fortalecimento e defesa monetária, que garante a soberania por meio de representatividade internacional (MACHADO; MOREIRA JR., 2016).

Ambos princípios, caso bem planejados e implementados pelo Estado, promovem no primeiro caso o desenvolvimento econômico interno. Por essa razão, Machado e Moreira Jr. (2016) reforçam a importância do Estado na construção da trajetória nacional desenvolvimentista com políticas industriais capazes de acelerar o progresso industrial.

A compreensão da trajetória nacional desenvolvimentista e suas políticas industriais implementadas, demonstram de forma histórica as causas e efeitos da realidade atual das desigualdades entre as nações, assim como a dualidade econômica de uma região. Essa desigualdade é ocasionada pela dependência de capital e tecnologia estrangeiro, pois, para se alcançar o desenvolvimento econômico apenas com investimento nacional o processo desenvolvimentista torna-se mais tardio (MACHADO; MOREIRA JR., 2016).

²¹ Acerca de complementariedade, são referências importantes as dissertações de Ferreira (2016), intitulada: Formação industrial e as transformações recentes na economia de Mato Grosso do Sul; Santos (2017) com a obra: Desenvolvimento regional e políticas públicas em Mato Grosso do Sul: identificação e análise para o período 2000-2020; e Paz (2018) com: Planejamento e industrialização: relações com o desenvolvimento de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso (2000-2015).

Uma política industrial pode ser materializada por meio de regimes de regulações ou de incentivos. Os regimes de regulação tratam de política antitruste, de regulação de propriedade intelectual, de política de concessões, de controle de preços, de prevenção à concorrência desleal, etc. Já os regimes de incentivos sustentam medidas financeiras e fiscais como taxas de juros subsidiadas, modificações na estrutura de tarifas de importação, deduções fiscais, políticas de crédito e de financiamento em longo prazo, investimentos públicos e privados em pesquisa e desenvolvimento científico-tecnológico etc. ela ainda pode ser implementada de forma horizontal ou vertical. Ou seja, como políticas horizontais, atuando na totalidade da economia, focando a ação governamental nas condições que configuram o ambiente econômico, como infraestrutura logística, investimentos em capital humano ou fundamentos da política macroeconômica. Ou como políticas verticais, em que a atuação seletiva do estado promove medidas discricionárias direcionadas a determinados setores industriais que apresentam características como potencial para geração de maior valor agregado, elevado poder de encadeamento na cadeia produtiva, grande dinamismo potencial no mercado internacional e retornos crescentes de escala (KUPFER et al, 2002, *apud* MACHADO; MOREIRA JR., 2016, p. 138).

Entretanto, existe a ineficácia dos arranjos institucionais da área industrial do Brasil, que decorre da dinâmica “envelhecida” de políticas industriais e do uso de tecnologias ultrapassadas, o que não é diferente nos outros países periféricos. [...] muitas instituições são remanescentes e mantêm as mesmas práticas da organização institucional construída ao longo do período do pós-guerra, em que a política industrial buscava internacionalizar setores sob um regime de forte proteção, subsídios e decisões centralizadas (SUZIGAN; FURTADO, 2007, p. 25).

Essa desvantagem competitiva acaba forçando as políticas industriais a aderirem mecanismos voltados para o imediatismo, pois:

[...] são esses mecanismos de implementação da política que criam o padrão de sinais econômicos, regulam os incentivos e restrições à inovação e tornam possível sintonizar as ações das empresas, na busca por lucratividade, aos objetivos da política industrial, que procura promover o desenvolvimento e a competitividade (SUZIGAN; FURTADO, p. 31, 2007).

No Brasil, a tentativa para se alcançar o desenvolvimento começou a ser traçado em 1990, no período de transição democrática no país. Para Machado e Moreira Jr. (2016) após sucessivos anos de crise fiscal, econômica e política, foi possível identificar três pressupostos básicos nas recomendações do Consenso de Washington, sendo: a privação de corte de gastos públicos, disciplina fiscal e reformas administrativas.

Diante disso, uma nova onda neoliberal atingiu a economia brasileira, modificando-a com a intervenção do Estado, introduzindo o Brasil no processo de globalização. A integração com os demais países, proporcionou maiores avanços produtivos nacionais, assim como novas

estratégias desenvolvimentistas, para manterem-se nas relações econômicas internacionais (MACHADO; MOREIRA JR., 2016).

No governo Fernando Henrique Cardoso, a prioridade era construir uma estabilidade macroeconômica a partir de políticas desenvolvimentistas de industrialização no país. Entretanto, as políticas desenvolvimentistas construídas no governo FHC não eram integradas, tendo em vista as medidas macroeconômicas como elemento propulsor do mercado (MACHADO; MOREIRA JR., 2016).

A estratégia industrial adotada pelo governo FHC focava apenas na modernização das estruturas políticas pela importação de tecnologia, não investindo no fomento de capacidade de inovação e diversificação tecnológica produtiva do país (MACHADO; MOREIRA JR., 2016)

[...] nesse sentido, o desenvolvimento no Brasil durante o governo FHC foi marcado pela ruptura com o modelo de substituição de importações. Após décadas de protecionismo, a abertura do país seria a solução para os problemas econômicos nacionais, o que proporcionaria um aumento de trocas e a possibilidade de parte dos empresários brasileiros modernizar suas estruturas produtivas para então se lançar de maneira competitiva no mercado internacional (MACHADO; MOREIRA JR., p. 144, 2016).

Entretanto, essa estratégia foi criticada por Furtado (2000), por causar futuramente, maior dependência externa. A partir de então, um novo governo surge, e apresenta propostas estratégicas voltada para a manutenção da estabilidade econômica e inclusão social, desempenhando um papel estratégico “[...] em promover o arcabouço institucional apropriado para sustentar o processo estrutural de desenvolvimento econômico, haja vista que, segundo entusiastas, esse requer uma estratégia nacional de desenvolvimento que capture oportunidades globais (MACHADO; MOREIRA JR., 2016, p. 147).

O Estado que busca essa política deve ser forte o suficiente para executar políticas macroeconômicas defensivas, que reduzem sua vulnerabilidade frente a crises cambiais, ou expansionistas, que se referem às medidas de promoção do pleno emprego. Políticas de comércio exterior e industriais também devem ser utilizadas para melhorar a inserção desse país no comércio internacional. Sua implantação visa estabelecer o controle do capital para correção das falhas de mercado, manutenção dos índices de crescimento e garantia de manutenção de políticas voltadas à redução da desigualdade social (MACHADO; MOREIRA JR., 2016, p. 147).

Diante disso, o Brasil conseguiu parcialmente diminuir a dependência financeira no governo Lula, que criou estratégias de integração entre desenvolvimento nacional e inserção

internacional a fim de potencializar o investimento industrial, apresentando um país capaz de inovar e competir na indústria (MACHADO; MOREIRA JR., 2016).

4.1 PLANEJAMENTO E RETRATO INDUSTRIAL DO MATO GROSSO DO SUL

Mato Grosso do Sul iniciou sua independência econômica com a exploração ervateira e criação de gado no período anterior à divisão do estado. O aumento do fluxo de migração oriundo das atividades ervateiras na região na década de 1930, impulsionou o setor industrial do estado, que por sua vez foi promovido pelos programas federais para o desenvolvimento (FERREIRA, 2016).

Os programas federais para o desenvolvimento no governo de Getúlio Vargas, possibilitaram a descentralização de riquezas na região que até então, estava sob domínio da Cia. Matte Larangeira, assim como o incentivo de cessão de terras aos migrantes e a instalação de infraestrutura na região (SANTOS, 2017).

Entretanto, mesmo com o forte incentivo em planejamento governamental para instituições de políticas, planos, projetos e leis para o desenvolvimento, Mato Grosso do Sul permanecia com sua economia voltada ao setor primário, especializando-se na agropecuária (PAZ, 2018).

A mesma autora complementa que, após a divisão do território mato-grossense, foram criados dois programas de apoio financeiro tanto de Mato Grosso do Sul – intitulado Programa Especial de Desenvolvimento de Mato Grosso do Sul (PROSUL), quanto de Mato Grosso – intitulado Programa Especial de Desenvolvimento de Mato Grosso, nos anos de 1979-1988. Posteriormente, no período entre 2000 e 2015, a política industrial de Mato Grosso do Sul aumentou a concessão de benefícios fiscais para a instalação ou ampliação de indústrias, desta vez com foco na indústria de transformação (PAZ, 2018).

Analisando o setor industrial mais recente do estado, percebe-se um crescimento neste setor, quando analisada a relação dos números de empresas e crescimento do setor industrial no PIB do estado. A formação da indústria no estado sempre esteve relacionada ao setor agropecuário, como as instalações de indústrias de alimentos, que utilizam dos produtos como a soja e milho cultivados no estado. Assim, grande parte das indústrias instaladas no estado estão ligadas ao setor agropecuário [...] como construção, vestuário e química vêm se fortalecendo (FERREIRA, 2016).

No ano de 2019, o estado de Mato Grosso do Sul era responsável por 21% do total das exportações do Brasil. No intervalo entre os anos de 2016 a 2019, os setores que predominaram

eram: o de serviços industriais e utilidade pública, com uma participação de 23,2%; seguido do setor de construção, com 20,8%; setor de alimentos, com 15,8%; celulose e papel, com 15,1%; derivados de petróleo e biocombustíveis, com 12,5% (PORTAL DA INDÚSTRIA, 2019).

4.2 A FRONTEIRA DE MATO GROSSO DO SUL E O PROGRAMA FOMENTAR FRONTEIRAS

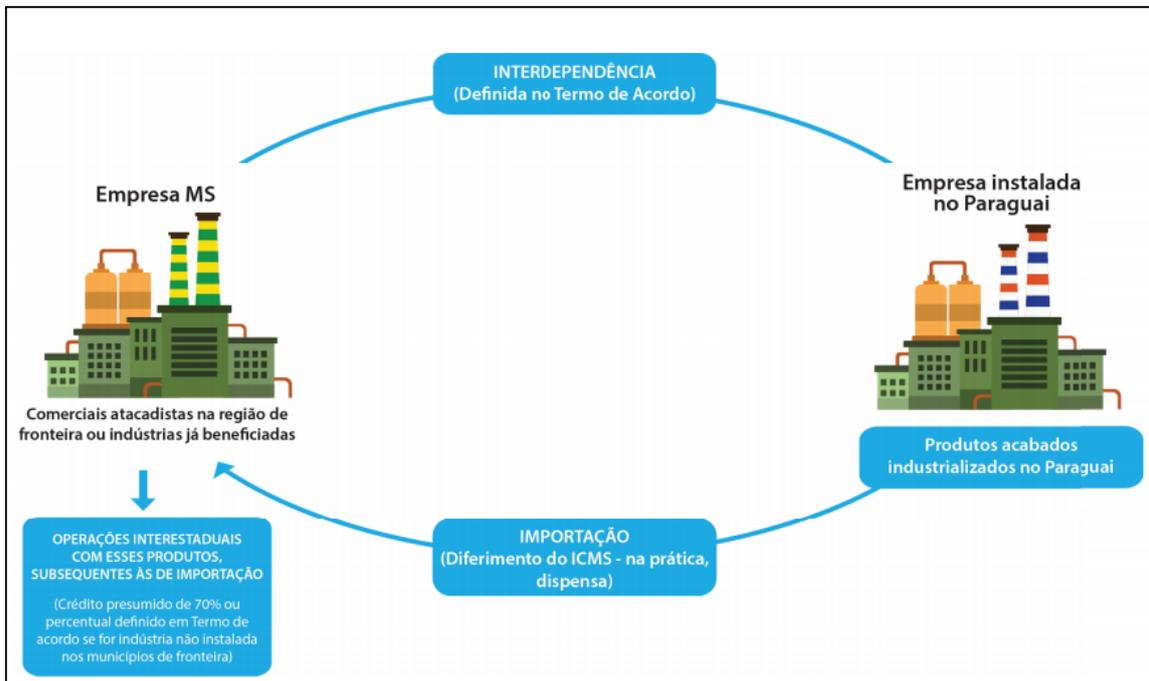
A primeira modificação positiva das Empresas Maquiladoras de Exportação do Paraguai na região de fronteira sul-mato-grossense foi a promulgação do Decreto nº 14.090, criado no dia 27 de novembro de 2014, que instituiu o Programa Fomentar Fronteiras no Mato Grosso do Sul (PISF, 2019), que tem como finalidade:

[...] incentivar o comércio atacadista e, excepcionalmente, por meio de estabelecimentos industriais, mediante a concessão de benefícios fiscais, na forma, limites e condições estabelecidos neste Decreto, compreendendo exclusivamente as operações de importação realizadas diretamente do Paraguai, de produtos acabados nele comprovadamente industrializados, bem como as operações interestaduais como esses produtos subsequentes às de importação (DECRETO Nº 8.810, de 1º de dezembro de 2014).

Além disso, o projeto visa atrair interesse de implantação de empreendimentos econômicos na região de fronteira do Estado. A dinâmica aqui apresentada corresponde às redes de produção vinculadas às EME do Paraguai, sendo importados os produtos acabados do Paraguai em solo sul-mato-grossense, como pode ser observado na figura 9.

As regiões beneficiadas pelo programa correspondem aos municípios localizados na faixa de fronteira com o Paraguai, sendo: Antônio João, Aral Moreira, Bela Vista, Caracol, Coronel Sapucaia, Japorã, Mundo Novo, Paranhos, Ponta Porã, Porto Murtinho e Sete Quedas. Os incentivos fiscais não se aplicam às empresas enquadradas no Simples Nacional, como também, a entrada das mercadorias, ou seja, a importação das mercadorias oriundas das maquiladoras paraguaias é isenta do pagamento de ICMS. As operações de vendas interestaduais são pagas com crédito presumido de 70% ou benefício definido em termos de acordo (PISF, 2019).

Figura 9 – Dinâmica do Programa Fomentar Fronteira



Fonte: PISF (2019)

Não se tem muita informação a respeito do progresso deste projeto em âmbito territorial fronteiriço sul-mato-grossense²². Contudo, de acordo com o IAGRO (2017, p.1) no dia 21 de março de 2017, durante o lançamento do PISF, na Casa da Indústria, em Campo Grande (MS), foi firmado entre ambos os governos de Mato Grosso do Sul e da República do Paraguai “o protocolo de intenções para cooperação técnica, tributária, logística e de apoio institucional entre os países a fim de estimular a implantação de indústrias na região de fronteira – favorecendo o desenvolvimento de ambos os países”.

Esse ato foi marcado como a primeira integração entre os dois países para fins de desenvolvimento econômico na região de fronteira. No ano de 2017, quinze prefeitos e intendentes dos municípios e distritos tanto do lado brasileiro, como do lado paraguaio, já haviam assinado o termo de adesão ao PISF (FIEMS, 2017a), sendo:

1. Prefeito de Amambai, Edinaldo Luiz Bandeira;
2. Prefeito de Antônio João, Márcia Marques;
3. Prefeito de Aral Moreira, Alexandrino Garcia;
4. Prefeito de Bela Vista, Reinaldo Piti;
5. Prefeito de Caracol, Manoel dos Santos Viais;

²² No dia 10 de novembro de 2019, foram solicitados por meio de uma carta de informação algumas perguntas relacionadas aos progressos do PISF desde sua implementação (Anexo 2) ao responsável na Federação das Indústrias de Mato Grosso do Sul, porém a autora não obteve informações precisas e atualizadas.

6. Prefeito de Japorã, Vanderlei Bispo;
7. Prefeito de Paranhos, Dirceu Bettoni;
8. Prefeito de Sete Quedas, Francisco Piroli;
9. Prefeito de Ponta Porã, Hélio Peluffo;
10. Prefeito de Mundo Novo, Vanderlei Sobrinho;
11. Secretário Municipal de Obras de Coronel Sapucaia, Marcio Sergio da Silva;
12. Secretário Municipal de Planejamento de Porto Murtinho, Carlos Alberto Heyn;
13. Intendente de Salto Del Guairá, Carlos Cesar Haitter Cabrera;
14. Intendente de Bela Vista Norte, Mirkha Angélica Arguello Rojas;
15. Intendente de Zanja Pytá, Manuel Ramon Velasquez.

A integração entre ambas as regiões parte do interesse do crescimento de EME em território paraguaio. Como visto nos capítulos anteriores, as regiões fronteiriças são as mais procuradas pelos investidores internacionais, por assim ser, a FIEMS identificou uma oportunidade para dinamizar a competitividade e promover integração. Além disso, os representantes políticos acreditam que o Projeto Indústria Sem Fronteira possa contribuir com o fortalecimento industrial do estado sul-mato-grossense (FIEMS, 2017b).

Secretário de Governo e Gestão Estratégica, Eduardo Riedel afirmou, durante o lançamento do Indústria Sem Fronteiras, na terça-feira (22/03/2017), que não é correta a concepção de que o projeto, criado para dar ampla divulgação ao Programa Fomentar Fronteiras, do Governo de Mato Grosso do Sul, pode levar à desindustrialização do estado. "O Governo do Estado não tem nenhum receio quanto isso, pelo contrário. Muitos criticam: 'Mas como pode, apoiar a industrialização do Paraguai?', e essa é uma discussão página virada para nós, porque estamos vivendo em tempo de economia globalizada, de competitividade e capacidade de investimento e, como todos falamos, de ganhar dinheiro. O capital privado vive de resultado, emprega, investe, e é isso que precisamos facilitar", falou (FIEMS, 2017c, p.1).

Além disso, o então secretário do Governo e Gestão Estratégica, Eduardo Riedel, acrescenta que o motivo para o PISF ser promissor é porque “vivemos em uma época na qual o crescimento não tem fronteiras e se faz necessário esclarecer que empresas instaladas em municípios fronteiriços trazem benefícios para ambos os países”. A principal intenção demonstrada por ele são as potencialidades locais fronteiriças, para atrair o investimento industrial tanto no Brasil quanto no Paraguai (FIEMS, 2017c).

Como dito anteriormente, os doze municípios de faixa de fronteira sul-mato-grossense contemplados diretamente pelo PISF são: Amambai, Antônio João, Aral Moreira, Bela Vista, Coronel Sapucaia, Japorã, Mundo Novo, Paranhos, Ponta Porã, Porto Murtinho e Sete Quedas. Segundo os prefeitos de cada município, o argumento que se tem a respeito do projeto é

positivo, pois, os mesmos afirmam que em períodos de desemprego tais iniciativas de desenvolvimento econômico devem ser defendidas (FIEMS, 2017d).

O maior município da fronteira, Ponta Porã, poderá, com a Indústria Sem Fronteiras, alavancar o desenvolvimento econômico e se beneficiar do projeto em razão das desvantagens tributárias que enfrenta em relação ao lado paraguaio. “O Indústria Sem Fronteiras é, sem dúvidas, uma forma de ajudar o lado brasileiro e paraguaio porque é uma inovação da FIEMS atenta ao interesse dos empresários no Paraguai, diante da série de dificuldades enfrentadas aqui no Brasil, como os impostos altíssimos. Não vejo em um futuro próximo a possibilidade de mudanças nessa carga tributária, então precisamos de inovação, de ideias criativas para se adequar a essa realidade, como forma de beneficiar os dois lados”, avaliou o prefeito Hélio Peluffo (FIEMS, 2017d, p. 1).

As perspectivas do PISF para a faixa de fronteira, como demonstrado, pelos prefeitos e representantes do Governo são positivas. Entretanto, as informações apresentadas limitam-se apenas ao ano de aprovação da lei no Brasil, após esse período, não se tem informação a respeito das melhorias que esta lei tem ocasionado em território sul-mato-grossense, principalmente nos demais municípios além de Ponta Porã. Nesse sentido, o próximo capítulo tenta buscar compreender os avanços obtidas desde o ano de 2017 até 2019.

5 EMPRESAS MAQUILADORAS DE EXPORTAÇÃO NA ZONA DE FRONTEIRA ENTRE PEDRO JUAN CABALLERO (PARAGUAI) E PONTA PORÃ (BRASIL)

A relação entre Brasil e Paraguai vai além da extensão fronteiriça de 1.365,4 km (SCBDL, 2019). Os laços históricos, culturais, políticos e econômicos entre ambos os dois países foram sendo construídos ao longo de diversos momentos importantes de suas trajetórias, como a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), a construção da ponte internacional da Amizade (1965), a usina hidrelétrica de Itaipu Binacional (1984), e o Tratado de Assunção (1991).

No que tange a Lei de Maquila (1997), a relação entre ambos os países ocorre pelo Brasil ser um dos principais investidores em território paraguaio. De acordo com o Ministério de Indústria e Comércio do Paraguai, apenas nos anos de 2017 e 2018, 70% das empresas sob regime maquilador correspondem à matriz brasileira (MIC, 2018b). Segundo De la Cueva (2012) as regiões de fronteira são as mais procuradas, entre as quais merecem destaque as cidades de *Ciudad del Este*, *Pedro Juan Caballero*, *Hernandarias*, com proveniências diversificadas, como Paranaíba/MS, São Paulo-SP e Manaus-AM.

Além das vantagens da Lei de Maquila, como a mão-de-obra e energia elétrica relativamente mais baratas, o Paraguai possui uma localização geográfica que facilita o fluxo das exportações. A posição geográfica do Paraguai possibilita diminuir os custos logísticos entre os países da América do Sul, como por exemplo: o trecho de Assunção a São Paulo custa 60% do que custaria entre Buenos Aires a São Paulo, tendo em vista que São Paulo é um dos principais mercados consumidores da região. O Nordeste brasileiro possui custos de mão-de-obra atrativos, porém acaba perdendo investidores para o Paraguai devido à sua localização geográfica ser muito distante dos centros econômicos do subcontinente (CEPAL, 2013).

Com a Lei de Maquila, a FIEMS passou a ser um dos principais incentivadores da internacionalização de empresas brasileiras para o Paraguai. A partir disso, a Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul (FIEMS) destaca a implementação do “Programa Indústria sem Fronteiras” no ano de 2017 por meio do Decreto nº 14.090/2014, sendo considerado um dos primeiros projetos de integração entre os países (ISF, 2019).

De acordo com as informações disponíveis na *Cámara de Empresas Maquiladoras del Paraguay* sobre essa área em específico, a primeira empresa de regime maquilador no departamento de *Amambay* foi instalada em 2011, trata-se da empresa *SR Productos para la*

salud, tendo como principal segmento a fabricação de seringas e agulhas descartáveis. Logo após sua implantação, a mesma passou a incentivar o interesse de outras indústrias para este departamento, como a *FriGoNorte*, que atua sob o regime maquilador (CEMAP, 2018b).

A partir de então, outras empresas sob regime maquilador passaram a se instalar no departamento de *Amambay*, sendo elas: *Preformax Paraguay S.A.*; *Printcor S.A.*, voltada à indústria gráfica, com a fabricação de tintas; *Uniontex S.R.L.*, do ramo têxtil; *Amambay Preformax S.A.*, fabricante de garrafas de plásticos; e a *Amamplast S.A.*, voltada à fabricação de bobinas de polietileno e compostos de polietileno,

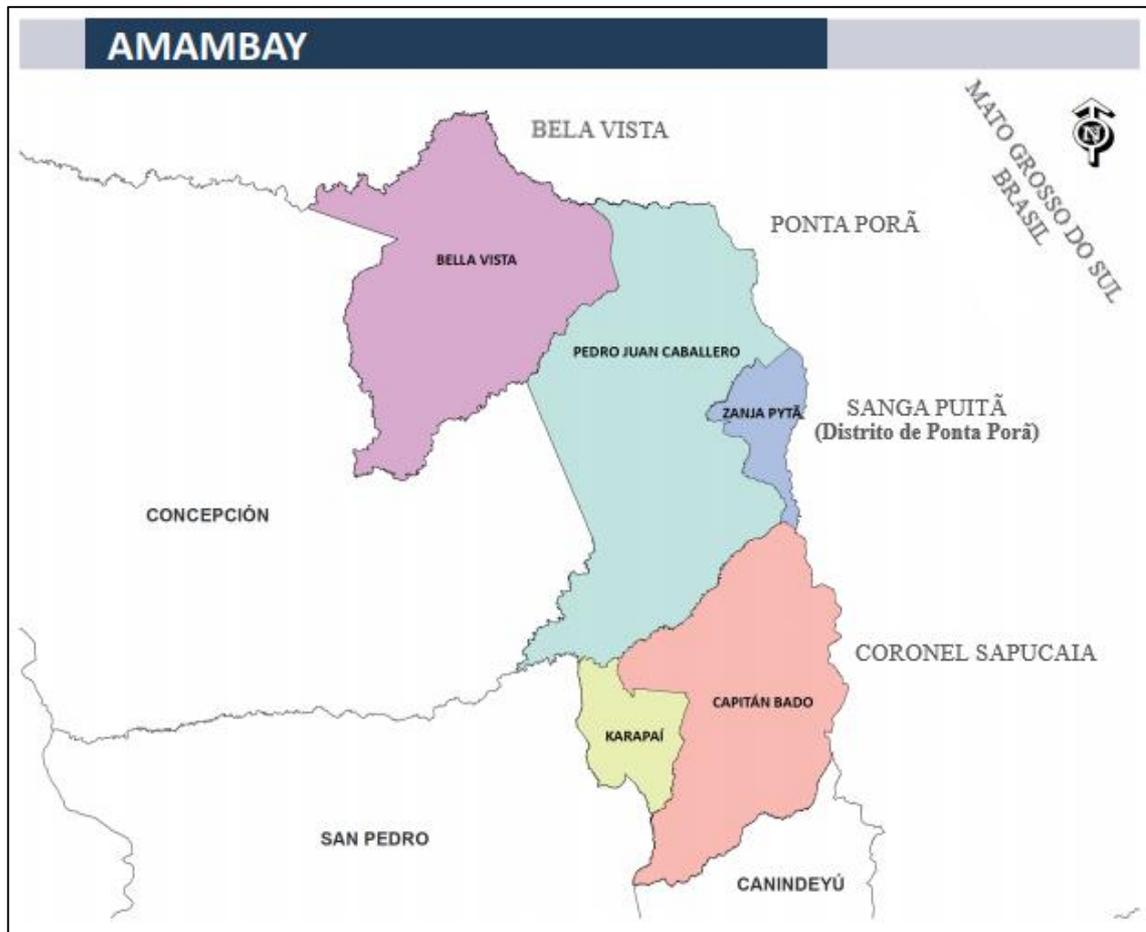
Além delas, outras empresas sob regime maquilador esperam por aprovação, como a indústria brasileira *Quinelato*, fabricante de instrumentos cirúrgicos; *Itaim SA*, fabricante de instrumentos elétricos e de iluminação; fábrica de brinquedos da marca Estrela; *Salinas Têxtil Import Export SACI. Rigmar S.A. Industrial y Comercial*, do ramo de confecção e têxtil; e *Agroriegos del Paraguay S.A.*, fabricante de plásticos.

Com o aumento de novos projetos aprovados, criou-se um novo espaço industrial na zona de fronteira entre o departamento de *Amambay* e o Estado de Mato Grosso do Sul. Nesse sentido, este capítulo tem por objetivo identificar os efeitos das empresas maquiladoras de exportação na dinâmica desse novo espaço industrial e para a modernização das instituições no território fronteiriço em *Pedro Juan Caballero* e *Ponta Porã*.

5.1 PERFIL INDUSTRIAL DO DEPARTAMENTO DE AMAMBAY

O departamento de *Amambay* estrutura-se em dois setores econômicos importantes, sendo o setor primário, especialmente o cultivo de soja, milho, trigo, tabaco, algodão, arroz, cana-de-açúcar e na produção pecuária, predominantemente o gado; e o setor terciário de comércio e serviços, com uma população estimada em 523.182 mil habitantes, onde 252.555 são do gênero masculino e 270.627 do gênero feminino (DGEEC, 2002).

Este departamento encontra-se dividido administrativamente por cinco municípios e um distrito capital, sendo *Pedro Juan Caballero* o Distrito Capital, seguido de *Bella Vista*, *Capitán Bado*, *Zanja Pytã*, e *Karapaí*, Tais municípios fazem parte da faixa de fronteira com o estado de Mato Grosso do Sul, possuindo em conjunto, três cidades gêmeas, sendo *Bella Vista Norte* com *Bela Vista*, *Pedro Juan Caballero* com *Ponta Porã* e, *Capitán Bado* com *Coronel Sapucaia*, como pode ser observado na figura 11.

Figura 10 – Divisão administrativa do departamento de *Amambay*

Fonte: DGEEC (2012).

Entre os setores primário e terciário, *Amambay* passou a ser interessante aos investidores estrangeiros após a implantação da empresa maquiladora SR Produtos para a saúde S.A. no ano de 2001. Segundo a CEMAP (2018) essa indústria de fabricação de equipamentos médicos e cirúrgicos foi responsável por divulgar os benefícios de empreender neste departamento.

De acordo com o levantamento realizado pela *Dirección General de Desarrollo Regional* (DGDR) do Paraguai, disponibilizado por meio de entrevista pelo CICTS de *Pedro Juan Caballero*, o departamento de *Amambay* possuía um total de 39 indústrias aprovadas e atuantes em seu território até o ano de 2018, como apresenta a tabela 8.

Tabela 8 – Indústrias por distrito do departamento de *Amambay*

INDÚSTRIAS POR DISTRITO DO DEPARTAMENTO DE AMAMBAY	
<i>PEDRO JUÁN CABALLERO</i>	34
<i>ZANJA PYTA</i>	3
<i>BELLA VISTA</i>	2
<i>KARAPAÍ</i>	0
TOTAL:	39

FONTE: CICTS (2019)

A maior concentração das indústrias no departamento está localizada no Distrito Capital – *Pedro Juan Caballero* –, com 34 indústrias, em seguida vêm o município de *Zanja Pyta* com três, e *Bella Vista Norte*, com dois, sendo estas indústrias de distintos ramos de atividade, bem como apresenta a tabela 9.

Tabela 9 – Números de indústrias por atividade principal no departamento de *Amambay*

Nº DE INDÚSTRIAS POR ATIVIDADE PRINCIPAL	
Têxteis e roupas para vestir	7
Produtos de borracha e plásticos	7
Alimentos e bebidas	6
Iluminação, móveis e equipamentos médicos	3
Produtos minerais	3
Tintas, resinas e pinturas	2
Serviços de água	2
Telecomunicações	2
Produção de álcool carburante	1
Pedra triturada	1
Madeiras serradas	1
Produto de metal	1
Fabricação de equipamentos	1
Fracionador de gás	1
Moagem de arroz	1
TOTAL:	39

Fonte: CICTS (2019)

Independentemente da diversidade do ramo industrial em *Amambay*, é possível identificar que as atividades têxteis, assim como a fabricação de produtos de borracha, plástico e de alimentos são as potencialidades locais, por concentrarem o maior número de indústrias na área.

A concentração das indústrias dos ramos de têxteis, borracha, plástico e alimentos, ocorrem em grande parte, no Distrito Capital – *Pedro Juan Caballero* – com seis indústrias do

ramo têxtil, quatro do ramo de fabricação de borracha e plástico, e sete do ramo alimentício, apresentadas no quadro 13.

Quadro 13 - Descrição das Indústrias no departamento de *Amambay*

Nº	RAZÃO SOCIAL	LOCALIZAÇÃO	ATIVIDADE ESPECÍFICA	Nº DE FUNCIONÁRIOS
1	ALCOHOLERA PARAGUAYA SA (ALPASA)	BELLA VISTA	Produção de álcool carburante e álcool absoluto	122
2	EMPRESA DE SERVICIOS SANITARIOS DEL PARAGUAY SA (ESSAP SA)	BELLA VISTA	Sistema de serviço de água	12
3	ACARA AISO IMPORT - EXPORT S.R.L.	PEDRO J. CABALLERO	Confecções de mantas de poliéster	27
4	ACENOR EMPRENDIMIENTOS S.A.	PEDRO J. CABALLERO	Fabricação de armaduras para colunas e cumeeira de chapas moldadas	48
5	AMAMBAY PREFORMAS SOCIEDAD ANONIMA	PEDRO J. CABALLERO	Preformas para garrafas de plásticos	17
6	AMAMPLAST SA	PEDRO J. CABALLERO	Fabricação de bobinas de polietileno e compostos de polietileno	25
7	ASERRADERO FLORIDA SRL	PEDRO J. CABALLERO	Elaboração de madeiras serradas, laminadas e pisos de madeira	34
8	BASE EMPRENDIMIENTOS SOCIEDAD ANONIMA	PEDRO J. CABALLERO	Fabricação de concreto e lajes pré-fabricadas	19
9	BENITEZ ROMERO GUSTAVO MARTIN	PEDRO J. CABALLERO	Elaboração de comidas frescas	7
10	CERAMICA ITAPOPO SOCIEDAD ANONIMA	PEDRO J. CABALLERO	Indústria de cerâmica	163
11	CONSULTORA FENIX EMPRENDIMIENTOS S.A.	PEDRO J. CABALLERO	Confecções de mantas	
12	DAVALOS FLEITAS VICENTE	PEDRO J. CABALLERO	Fabricação de móveis metálicos: prateleiras, gavetas, gondolas, cadeiras, gaiolas auto-emilháveis	19
13	EMPRENDIMIENTOS MARISOL SOCIEDAD ANONIMA	PEDRO J. CABALLERO	Fabricação de alimentos	9
14	EMPRESA CONSTRUCTORA NORTE SRL	PEDRO J. CABALLERO	Produção de pedra triturada	12
15	EMPRESA DE SERVICIOS SANITARIOS DEL PARAGUAY SA (ESSAP SA)	PEDRO J. CABALLERO	Sistemas de serviços de água	17
16	EMPRESA RECAUCHUTADORA PARAGUAYA SOCIEDAD ANONIMA	PEDRO J. CABALLERO	Recapagem e reparação de pneus	
17	FRIGORIFICO NORTE SOCIEDAD ANONIMA	PEDRO J. CABALLERO	Produção, processamento e conservação de carne e produtos cárnicos	661
18	GIMENEZ DE ORTIZ JUSTA	PEDRO J. CABALLERO	Elaboração de produtos de padaria e confeitaria	20
19	GLOBALPET S.A.	PEDRO J. CABALLERO	Fabricação de preformas de produtos plásticos	10
20	J.R. INDUSTRIA DE CONFECCIONES SOCIEDAD ANONIMA	PEDRO J. CABALLERO	Fabricação de roupas para vestir	19
21	MOLINO ARROCEROS LA ESPA?OLA SOCIEDAD ANONIMA	PEDRO J. CABALLERO	Moagem de arroz e fabricação de produtos de arroz	6
22	OLIVEIRA JUANA BASILIA	PEDRO J. CABALLERO	Elaboração de produtos de padaria	6
23	PEREIRA PAES LAERCIO	PEDRO J. CABALLERO	Recaucho e renovação de câmara de	5
24	PETROLEOS DEL NORTE SACI (PETRONOR SACI)	PEDRO J. CABALLERO	Fracionador de gás em recipientes	16
25	PO'A RAITY S.A	PEDRO J. CABALLERO	Ensamblagem de apaelhos de	6
26	PREFORMAX PARAGUAY SOCIEDAD ANONIMA	PEDRO J. CABALLERO	Fabricação de preformas PET	62
27	PRINTCOR S.A INDUSTRIA Y COMERCIO DE TINTAS Y BARNICES	PEDRO J. CABALLERO	Fabricação de tintas	2
28	RIGMAR SOCIEDAD ANONIMA INDUSTRIAL Y COMERCIAL	PEDRO J. CABALLERO	Fabricação de mantas e toalhas	39
29	RODRIGUEZ BRAUN BLANCA NIEVES	PEDRO J. CABALLERO	Elaboração de alimentos	20
30	S.R. PRODUCTOS PARA LA SALUD S.A.	PEDRO J. CABALLERO	Fabricação de seringas, agulhas hipodérmicas, coletor universal 80ml, frascos de alimentação enteral	201
31	SALINAS TEXTIL IMPORT-EXPORT S.A.C.I.	PEDRO J. CABALLERO	Confecções de mantas e toalhas	80
32	T.V. ACCION SA	PEDRO J. CABALLERO	Telecomunicações	1
33	TELEDIFUSORA PARAGUAYA SA	PEDRO J. CABALLERO	Teledifusão	1
34	THOR MAC S.A	PEDRO J. CABALLERO	Fabricação de máquinas de café expresso	7
35	UNIONTEX S.R.L.	PEDRO J. CABALLERO	Fábrica de têxteis	2
36	UNIVERSO EMPRENDIMIENTOS SA	PEDRO J. CABALLERO	Fabricação de massa de vidraça,	10
37	"DG VIDRIOS" SOCIEDAD ANONIMA	ZANJA PYTA	Fabricação de vidros	11
38	DA SILVA IWANILSON ELPIDIO	ZANJA PYTA	Recauchutagem de pneus de veículos	2
39	WEST IMPORT EXPORT S.A.	ZANJA PYTA	Fabricação de mantas e toalhas	30

Fonte: CICTS (2019)

Entretanto, vale ressaltar que as indústrias existentes, em sua maioria, são de pequeno e médio porte. Os critérios utilizados pelo DGDR do Paraguai para mensuração do porte industrial direcionam-se a partir da quantidade de mão-de-obra ofertadas. Ou seja, existe o limite de contratação de mão-de-obra de acordo com o porte industrial, como é explicado na tabela 10.

Tabela 10 – Porte das indústrias no departamento de Amambay

CRITÉRIOS PARA MENSURAR O PORTE DAS INDÚSTRIAS NO DEPARTAMENTO DE AMAMBAY		
CRITÉRIOS	PORTE	Nº DE INDÚSTRIAS POR PORTE
Até 10 funcionários	MICRO	15
De 11 a 30 funcionários	PEQUENA	15
De 31 a 50 funcionários	MÉDIA	3
Mais de 250 funcionários	GRANDE	6
TOTAL:		39

FONTE: CICTS (2019)

As indústrias de *Amambay* não ofertam o limite de vagas de trabalho de acordo com o seu porte. De modo geral, as 33 pequenas e médias indústrias, ao todo, empregam 404 pessoas, e as indústrias de grande porte, empregam, no total, 1.289 pessoas. Informações do ano de 2018.

O total de mão-de-obra ofertado pelas 39 indústrias de *Amambay* corresponde a 1.693 contratações diretas, como mostra a tabela 11.

Tabela 11 – Total de mão-de-obra gerada pelas indústrias no departamento de *Amambay*

TOTAL DE FUNCIONÁRIOS POR PORTE DA INDÚSTRIA	
MICRO	67
PEQUENA	264
MÉDIA	73
GRANDE	1289
TOTAL:	1693

FONTE: CICTS (2019)

O ramo industrial que mais emprega no departamento de *Amambay* corresponde à atividade de produção de alimentos e bebidas, que empregava 716 pessoas no ano de 2018. O segundo corresponde à atividade de fabricação de equipamentos médicos, com 201 contratações, seguida do ramo têxtil, com 197 contratações (dados de 2018).

Na tabela 12, podemos observar os segmentos industriais que mais empregam no departamento, sendo eles:

Tabela 12 – Total de mão-de-obra gerada por segmento no departamento de Amambay

TOTAL DE FUNCIONÁRIOS POR SEGMENTO INDUSTRIAL	
Alimentos e bebidas	716
Equipamentos médicos	201
Têxteis e roupas de vestir	197
Produtos minerais	193
Produção de borracha e de plásticos	121
Produção de álcool carburante	122
TOTAL:	1550

Fonte: CICTS (2019).

O departamento de *Amambay* possui uma diversificação em sua produção industrial, porém, é possível identificar seus principais setores, os de alimentos, de plásticos e o têxtil. Em sua maioria são de porte pequeno e médio.

Dentre as 39 indústrias apresentadas, apenas dez atuam sob o regime maquilador. De acordo com o CEMAP (2020), existiam aproximadamente 20 projetos maquiladores aprovados até final de 2019 neste departamento, porém, apenas dez estavam em funcionamento. De modo geral, o perfil do novo espaço industrial no departamento de *Amambay*, consiste em sua maioria em indústrias de pequeno e médio porte, empregando uma pequena parcela da população total (dados da pesquisa, 2019).

5.2 EMPRESAS MAQUILADORAS DE EXPORTAÇÃO NO DEPARTAMENTO DE AMAMBAY

As EMEs que se encontravam em operação no departamento de *Amambay* até final de 2019, estavam localizadas, em sua maioria, no Distrito capital *Pedro Juan Caballero*, com o total de nove EMEs, sendo quatro do ramo têxtil, três do segmento de fabricação de pré-formas de plástico, e uma de fabricação de tintas Offset. No município de *Zanja Pytã*, há uma EME voltada para fabricação de vidros (dados da pesquisa, 2019).

Partindo desse ponto, a cidade de *Pedro Juan Caballero* está localizada a 536 km da capital do país, com aproximadamente 115.583 habitantes. A capital do departamento de *Amambay* é conurbada com o município de Ponta Porã-MS, que juntos compõem um território de aproximadamente 200.000 habitantes, assim como o município de *Zanja Pytã*, que possui uma população estimada em 12.480 habitantes e também é conurbada com Sanga Puitã, distrito de Ponta Porã (ATLAS, 2002).

As EME em *Amambay* concentram-se, em sua maioria, na rodovia “*General Bernardino Caballero*”, mas conhecida como “*Ruta Nacional PY05*”, localizada em *Pedro Juan Caballero*. Essa rodovia é a principal via de exportação para o Brasil, assim como também interliga a cidade aos demais departamentos do Paraguai, com uma extensão de 577 km, chegando até *Fortín Pilcomayo*, fronteira com a Argentina. Na figura 12, é possível observar a distribuição das EME no departamento (MOPC, 2019).

Figura 11 – Localização das EME no departamento de *Amambay*



Fonte: Google (2019).

Como pode ser observado na figura 12, as maquiladoras estão concentradas em sua maioria em *Pedro Juan Caballero*, capital do departamento de *Amambay*. Portanto, com os incentivos oriundos pelo aumento de projetos aprovados ao longo dos anos, com o Projeto Fomentar Fronteiras, a conexão entre as empresas em solo paraguaio e sua extensão em terras brasileiras criaram um novo espaço industrial.

O novo espaço industrial na zona de fronteira de *Pedro Juan Caballero* e Ponta Porã, como visto anteriormente, não possuem apenas EME, como também outras fábricas e indústrias que não se aplica ao regime maquilador, mas são de total relevância para compreender o perfil industrial dessa região. Assim como as demais indústrias, as EME também são consideradas de pequeno e médio porte, o que dificulta o acesso as mesmas, como podem ser vistas nas figuras 13, 14 e 15.

Figura 12 – Empresas maquiladoras de exportação do grupo de fabricação de pré-formas



Fonte: Organizado pela autora (2019)

Existe uma limitação no acesso a informação no banco de dados disponibilizados pelas instituições oficiais, assim como também, informações próprias das maquiladoras na *internet*. Essa limitação em obter informações não se aplica apenas nas localizações, existe uma carência em profissionais aptos que influenciam para a potencialização do uso dos projetos de integração entre Brasil e Paraguai, como o Projeto Fomentar Fronteiras.

Figura 13 – Empresas maquiladoras de exportação do grupo de fabricação de produtos têxteis



Fonte: Organizado pela autora (2019)

De acordo com Furtado (2000) as modificações nas estruturas por conta do aumento de produtividade interferem diretamente no sistema econômico, pois é possível além de fortalecer as formas de produção e distribuição de renda, é possível modernizar as instituições públicas. Neste caso em específico, por conta da limitação ao acesso a informação, todavia são poucas as EME que já abriram uma extensão na cidade vizinha, o que geram uma necessidade em atender o crescimento produtivo dessas empresas a fim de incentivar a sua modernização, assim como das instituições que as administra.

Figura 14 – Empresa maquiladora de exportação de fabricação de tintas offset



Fonte: Organizado pela autora (2019)

Para preservar as EME, a identificação das mesmas deu-se de forma sequencial das entrevistas. Dentre as dez EME mapeadas, apenas sete concederam entrevistas, as demais apresentaram inflexibilidade de agenda e autorização por parte dos proprietários. Por assim ser, as informações apresentadas neste capítulo, referem-se a algumas EME dos seguimentos de fabricação de tintas, têxteis e pré-formas de garrafas pet.

5.3 EMPRESAS MAQUILADORAS DE EXPORTAÇÃO NA ZONA DE FRONTEIRA DE PEDRO JUAN CABALLERO (PARAGUAI) E PONTA PORÃ (BRASIL)

O agente responsável pela propagação das EME no departamento de *Amambay* foi o poder público, a divulgação foi realizada pelo governo nacional. Para Furtado (2000) é importante identificar o responsável pela propagação das mudanças proporcionadas no âmbito interno do sistema produtivo. A iniciativa política para atrair investimentos para o departamento ocorreu com maior interesse no governo de *Pedro Gonzales Ramirez*, que reuniu os principais empreendedores de *Amambay* para apresentar a Lei de Maquila, conforme dados da pesquisa de 2019.

Além da iniciativa política, outro meio de divulgação das EME foi por meio dos próprios investidores estrangeiros, que repassaram os benefícios em investir em PJC para os demais interessados. Isso demonstra que a divulgação da FIEMS não foi o principal responsável pelo crescimento do interesse estrangeiro no departamento. Além disso, a maioria dos proprietários das EME de *Amambay* são da cidade, como exemplifica o quadro 15.

Quadro 14 - Perfil das EME de *Pedro Juan Caballero* pesquisadas

PERFIL DAS EME DO DEPARTAMENTO DE AMAMBAY					
SEGMENTO	MATRIZ	CAPITAL DE ORIGEM	TEMPO DE ATUAÇÃO NO TERRITÓRIO	ESTRUTURA	MOTIVO POR ESCOLHER PJC
TINTAS	Diadema - SP	Brasil	6 anos	Alugado	Pela fronteira seca.
TÊXTIL	EMET ¹ - Americanas -SP	Paraguai	7 anos	Próprio	Por ser de PJC.
	EMET ² - Campo Grande - MS	Paraguai	5 anos	Próprio	Por ser do PJC.
	EMET ³ - Goiânia - GO	Brasil	6 anos	Alugado	Pela fronteira seca.
PLÁSTICO	EMEP ¹ - Ponta Porã - MS	Brasil	5 anos	Alugado	Pela fronteira seca.
	EMEP ² - Ponta Porã - MS	Paraguai	10 anos	Alugado	Por ser de PJC.
	EMEP ³ - Sorocaba - SP	Brasil	4 anos	Alugado	Pela fronteira seca.

Fonte: Organizado autora (2019)

As EME do departamento de *Amambay*, em sua maioria, são movidas por empreendedores locais, como dito anteriormente, a divulgação desta lei foi para um grupo de empresários da região, que já exerciam atividade empresarial, principalmente na compra e venda de produtos de suas respectivas áreas de atuação.

A média de tempo de atuação em território paraguaio não é significativo, ou seja, as EME todavia estão em etapa inicial de crescimento, por isso ainda existem dificuldades em aumentar e melhorar sua estrutura produtiva. A crítica principal da atual situação das EME decorre do desperaço estrutural das instituições do departamento.

Ao contrário da China, que primeiramente construiu uma infraestrutura favorável para os investimentos fabris para atender os requisitos dos investidores estrangeiros, o departamento de *Amambay* não possui uma estrutura institucional capaz de atender com qualidade o fluxo industrial local, primeiramente pelo sistema rudimentar aduaneiro, além do difícil acesso à região, posto que “os principais investidores não viajam de carro, e não há conexões favoráveis de voos que conecte o departamento com os potenciais investidores” (dados da pesquisa, 2019).

Na maior parte, entramos por Foz. Fazemos muito pouco a rota de Ponta Porã, porque a Aduana de Ponta Porã não está estruturada. Acredito que, quando haja mudança na Aduana, aí sim vai funcionar de forma grande. Porque os caminhões ficam para fora, e como um produto de 100 ou 120 mil dólares vai ficar para fora? Não tem segurança. E a Aduana de Foz é bem grande, tem o porto que é o loco, você pode entrar com um cartão, não é assim, pode entrar e sair com cartão, há toda uma estrutura grande, verdade? Os importadores gostam mais, a opção que eles te dão é por Foz, e para nós isso custa muito, porque ir lá e não podemos entrar... Podemos entrar em trânsito, Ponta Porã à Foz, mas é melhor ir pelo Paraguai até Foz, da Aduana paraguaia e depois cruzar até Foz, com menos burocracia. Também fazemos mecanismo de trânsito. Entramos por Ponta Porã e o destino de despacho seria Campo Grande, fazemos isso com alguns importadores, quando se utiliza a Aduana INFRAEL, o aeroporto de Campo Grande, aí também tem Receita Federal, pode despachar também. Tem por Foz e tem por INFRAEL de Campo Grande, só que a estrutura é pequena, não pode levar muita mercadoria, mas utilizamos. Vai por caminhão (DADOS DA PESQUISA – EMET¹, 2019, livre tradução).

Nas EME de seguimento de fabricação de pré-formas de garrafas pet a logística de importação é a mesma da rota China-Assunção, como:

Importa a matéria-prima da Ásia – via marítima, chega em Assunção em *containers*, descarrega lá no porto e carrega no caminhão e descarrega aqui, montamos e mandamos de novo os *containers* no porto. Nós descarregamos as resinas que vem em embalagem de 1150 kg ou 110 kg, depende (DADOS DA PESQUISA – EMEP³).

Referente à EME de fabricação de tintas, a atividade de importar os insumos e matéria-prima necessários para a fabricação das tintas Offset, é realizada pela matriz contratante, ou seja, essa EME em específico, apenas mistura as tintas, não se envolve com as demais operações produtivas (dados da pesquisa, 2019).

Vale ressaltar que, dentre as sete EME entrevistadas, duas delas, encontram-se provisoriamente afastados do regime maquilador, produzindo apenas no ramo industrial para consumo interno. A EMEP³ por exemplo, sofreu um golpe de seus principais consumidores brasileiros, o que forçou a mesma a buscar outra alternativa para estabilizar-se novamente em termos financeiros para, assim, poder procurar novos investidores (dados da pesquisa, 2019).

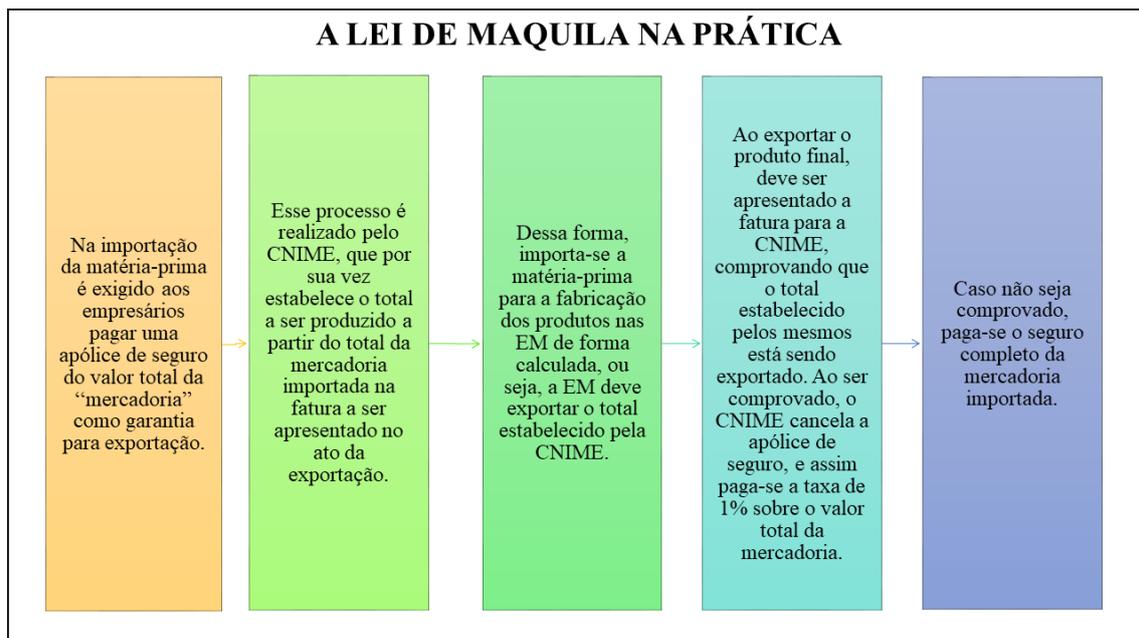
A outra EME, do ramo de fabricação de tintas, também está provisoriamente improdutiva, pois a matriz contratante está passando por problemas financeiros e isso reflete na EME, pois há fabricação de tintas Offset em baixa escala e por temporada. Entretanto, em ambos os casos as EME estão buscando melhorar o rendimento produtivo, com a estratégia de buscar novos investidores para, assim, voltarem à atividade maquiladora (dados da pesquisa, 2019).

5.3.1 Dinâmica maquiladora em Pedro Juan Caballero

A Lei de Maquila apresenta um regime tributário atrativo para os investidores estrangeiros com seu imposto único de 1% sobre o valor total da mercadoria de produtos industrializados a ser exportada. Entretanto, na prática, este tributo não é aplicado facilmente. De acordo com as pesquisas realizadas com os donos e representantes de EME, que possuem maior conhecimento sobre a dinâmica maquiladora, existe uma burocracia muito lenta e complexa, que se torna um limitador para este modelo industrial, que poucos tem conhecimento.

O Ministério de Indústria e Comércio do Paraguai, representado em âmbito maquilador pela CNIME, organizou uma estratégia burocrática para certificar-se que a importação realizada seja completamente exportada, como explica a figura 16.

Figura 15 - A Lei de Maquila na prática



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

De acordo com os relatos de campo, a Lei de Maquila na prática é aplicado de forma muito lenta e desgastante, e por não haver pessoas informadas sobre o assunto, muitos investidores acabam desistindo de investir em território paraguaio, principalmente em *Pedro Juan Caballero*, onde as instituições aduaneiras não estão preparadas para essa realidade local.

Além disso, no ato da importação de mercadorias, que na maioria das vezes são oriundas da Ásia, a logística também acaba sendo um fator limitante. A importação é por via marítima até chegar nas regiões costeiras, como nos portos de Montevideú e do Chile. A partir

disso, o transporte é terceirizado por caminhões que trazem matérias-primas e insumos até a EME.

Quando é por Montevideú, fretamos. Nós somos um país mediterrâneo, não temos saída ao mar, podemos ir por Rio de Prata, ou trazer direto da China até Montevideú. De Montevideú até o Paraguai. Aí contratamos caminhões terceirizados para trazer os *containers*. Mas a maior parte dos nossos transportes utilizamos via Chile - Iquique, na zona Franca. Aí trazemos, baixamos nosso produto aí e daí trazemos em caminhões. Em algumas vezes que chegam *containers* da China para o Paraguai, me custa quase 70 dias para chegar. Porque às vezes o nível do rio baixa, e quando baixa, não dá para vir a balsa (DADOS DA PESQUISA – EMET¹, 2019, livre tradução).

Tendo isso em vista, essa dinâmica maquiladora não se dá de forma simples e prática como é divulgado nas reportagens da FIEMS. A atenção principal das instituições regulamentadoras estão nos departamentos como *Alto Paraná* e *Central*. Neste caso, por *Pedro Juan Caballero* concentrar mais quantidade de indústrias e EME, o município beneficiado corresponde à Ponta Porã.

Eu escutei que tem governos de “Mato Grosso” (está se referindo ao MS) e outros estados, o sistema é assim: quando um brasileiro tem uma maquila – estamos criando uma empresa no Brasil, uma importadora, e estamos solicitando ao governo, ao governo brasileiro, inclusive ao prefeito de Ponta Porã para que possa oferecer uma ajuda, uma pessoa também que possa informar. Eu vi que tem incentivos de importação, quando você traz aqui, quando vende em MS paga 17%, mas na entrada você tem exonerada sua importação e quando você vende para fora do estado você paga 1,5% e isso convém aos importadores, por isso estamos buscando também abrir uma distribuidora em Ponta Porã (DADOS DA PESQUISA – EMET¹, 2019, livre tradução).

A maioria dos entrevistados não sabia a respeito dos benefícios do PISF, apenas conhece os incentivos fiscais apresentados pela elite política. Desde a aprovação do PISF no estado de Mato Grosso do Sul, das sete EME entrevistadas, três já possuem uma distribuidora em Ponta Porã, e as demais estavam organizando-se para a abertura da extensão produtiva de suas EME para Ponta Porã.

5.3.2 Cadeia produtiva das EME e sua relação com o Projeto Indústria Sem Fronteira

As EME de *Pedro Juan Caballero* possuem um curto período de tempo no mercado competitivo. Entretanto, é importante observar os avanços obtidos nesse período de tempo após a integração entre Brasil e Paraguai para o desenvolvimento econômico da zona de fronteira.

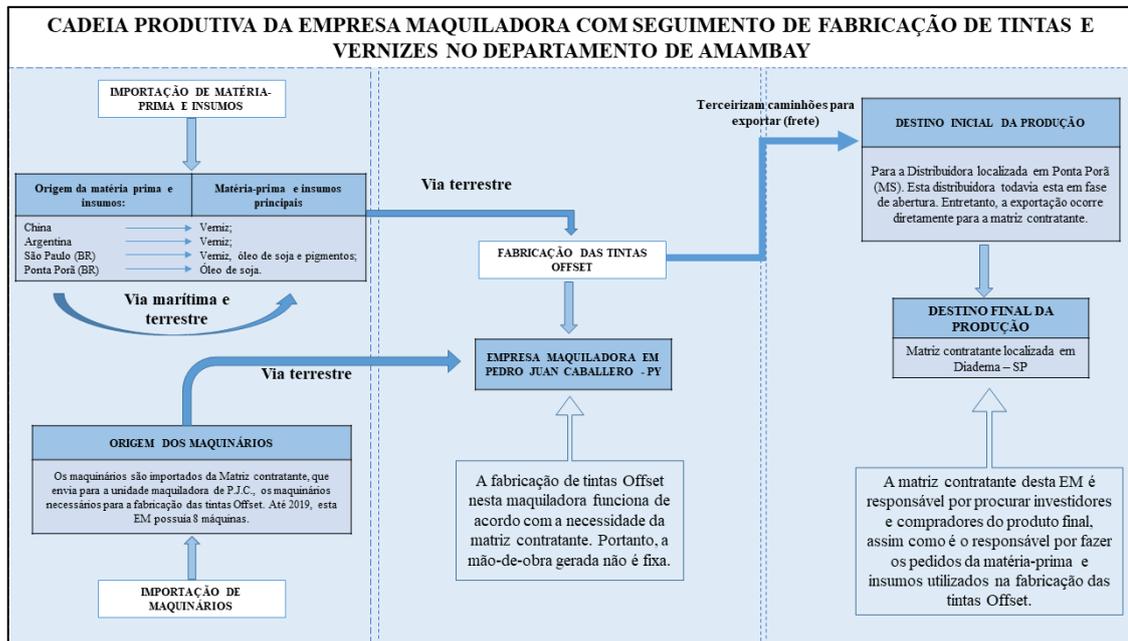
As EME entrevistadas foram divididas em três grupos, separados pelo ramo de atuação. Primeiramente, foi analisada a EME do ramo de fabricação de tintas. Esta EME aluga a estrutura produtiva por 3.300 dólares americanos. A principal dificuldade desta EME corresponde à falta de capital de giro de sua matriz contratante. Por ser completamente dependente de sua matriz, a mesma passa por dificuldades desde sua abertura (dados da pesquisa, 2019).

Sua relação com o projeto Indústria Sem Fronteiras ainda é incipiente, a diretoria afirmou que a EME está abrindo uma distribuidora em Ponta Porã prevista para 2020, motivados pelo incentivo fiscal. Por ser uma EME de pequeno porte, precisa terceirizar caminhões para toda a logística produtiva, desde a importação até a exportação (dados da pesquisa, 2019).

No seu período mais produtivo, a empresa já chegou a empregar 12 pessoas para oito maquinários. Os maquinários são importados da própria matriz contratante, ou seja, não são novos, também são contratados técnicos de São Paulo para a manutenção e treinamento dos colaboradores. Sua matriz contratante localiza-se em Diadema-SP, onde atua no mercado industrial há 20 anos, possuindo outras fábricas de tintas no Brasil.

Esta EME em específico produz atualmente apenas tintas OFFSET, aproximadamente 40 mil kg por temporada. O salário mínimo pago corresponde a um salário mínimo paraguaio e a máxima remuneração equivale a quatro mil reais, pagos para o gerente administrativo, como pode ser observado na figura 17.

Figura 16 - Cadeia produtiva da EME com seguimento de fabricação de tintas OFFSET



Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Esta EME não possui um projeto específico de reciclagem. A diretoria da empresa afirma que a mesma não impacta negativamente o meio ambiente, pois não gera desperdícios. Por exemplo, as tintas fabricadas podem ser adaptadas e melhoradas com óleo de soja, comprado em Ponta Porã, assim como as cores podem ser readaptadas caso ocorra algum inconveniente.

Figura 17 – Maquinários da EME de fabricação de tintas OFFSET



Fonte: Organizado pela autora (2019)

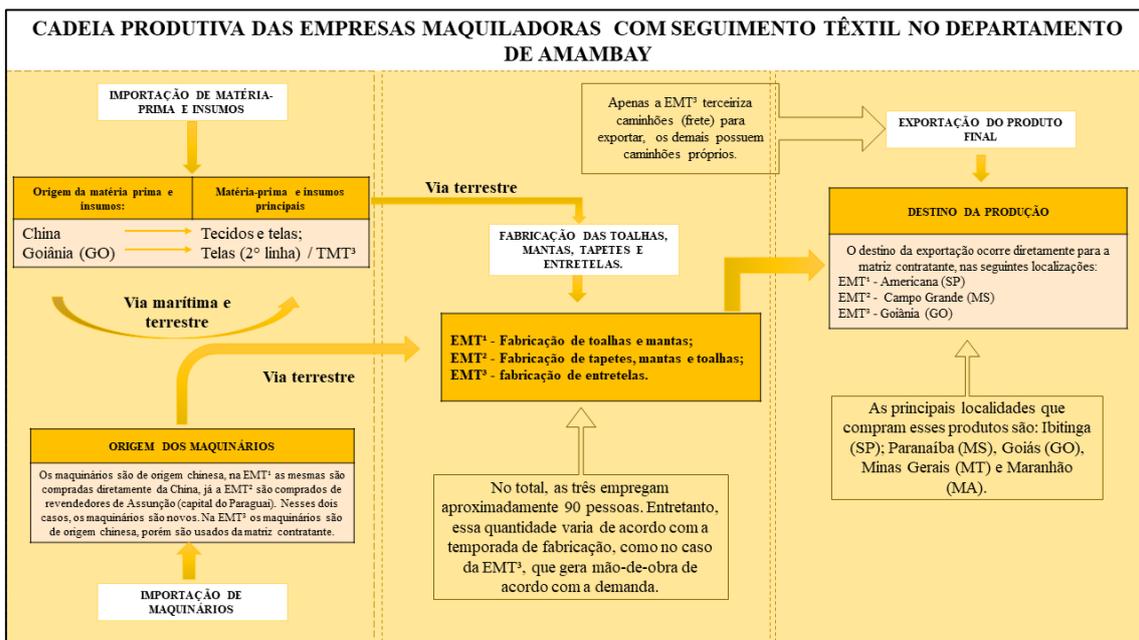
Já as EME do ramo têxtil, produzem em específico, diferentes tipos de toalhas, tapetes e mantas. Dentre as três entrevistadas, apenas a EMET³ não possui estrutura produtiva própria, pagando aluguel de 900 reais. Dentre elas, esta é a menos produtiva, pois se limita unicamente à demanda de sua matriz contratante, as demais possuem contratos com suas respectivas matrizes, entretanto, não se limitam a elas, tendo mais investidores.

As EMET são as que pagam os menores salários em comparação com os demais grupos identificados. As mesmas, sem exceção, possuem um máximo de 2 mil reais como salário máximo para os técnicos e gerentes administrativos e de produção. As empresas de produção têxtil, com exceção da EMET³, pagam um salário mínimo paraguaio, mais comissão por produção, uma forma exaustiva para motivar as costureiras a produzir além da meta estabelecida para receberem um salário mínimo.

Outro fator importante das EMET, assim como dos demais grupos é a forma de treinamento e capacitação de funcionários, que se dá por meio da troca de experiências, não há projetos de capacitação por meio das EMET, assim como nos demais grupos, como cursos oficiais e profissionalizantes para criar especialização e, assim, minimizar a importação de capital humano das matrizes contratantes.

Na figura 19, é possível observar a dinâmica da cadeia produtiva das EMET do departamento de Amambay e sua relação com MS.

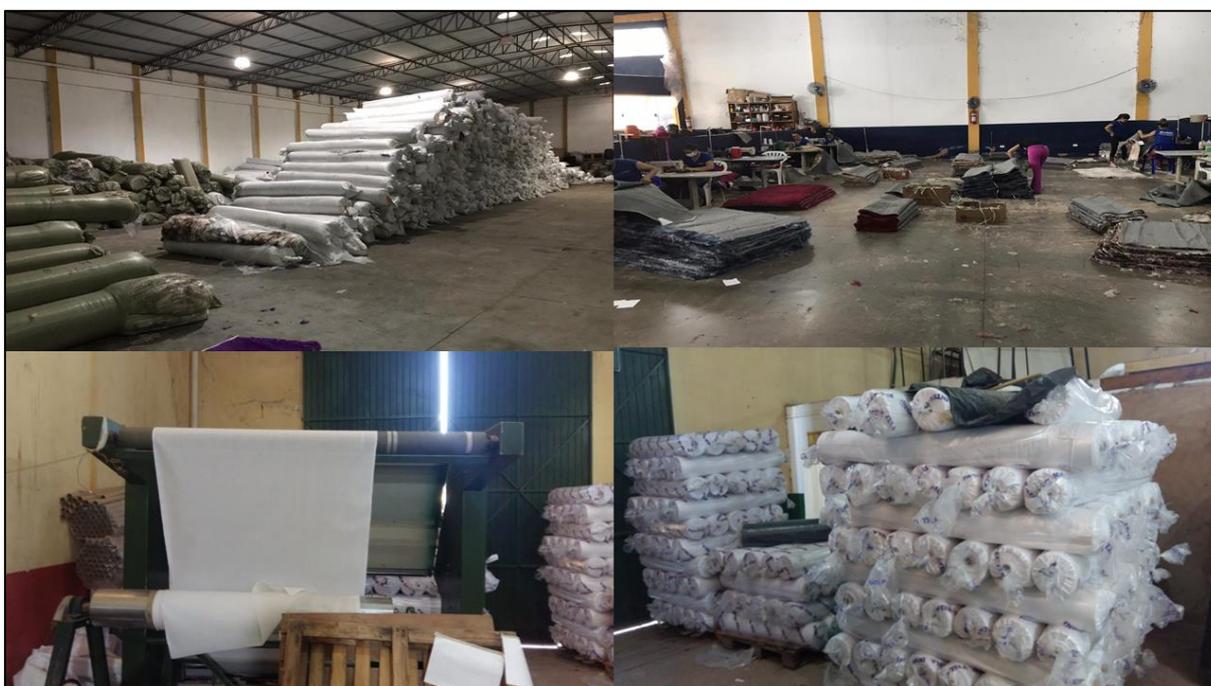
Figura 18 - Cadeia produtiva das EME do ramo têxtil



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

A inexistência de cursos profissionalizantes voltados para a área industrial na zona de fronteira, tanto em *Pedro Juan Caballero*, como em Ponta Porã, evidencia que a Lei de Maquila é vantajoso apenas para os empresários. Sabe-se que este fenômeno é novo nesta região, porém, deve ser utilizado como vetor para investimento em capacitação humana, não há perspectivas de desenvolvimento econômico apenas com projetos de fomento industrial, é preciso modernizar a estrutura institucional com infraestrutura e capacitação social.

Figura 19 – Estoque, produção, maquinário e produto final de EME do grupo de fabricação de produtos têxteis



Fonte: As imagens registradas pela autora consistem em duas das três EME do grupo têxteis entrevistadas.

As EME do seguimento de fabricação de pré-formas de garrafas pet são as que oferecem melhor remuneração salarial aos operadores e diretores. Com uma carga horária mais estruturada, os colaboradores recebem remuneração acima do salário mínimo vigente no Paraguai, o adicional noturno e matutino, tendo em vista que as fábricas de pré-formas funcionam 24 horas por dia. Em contrapartida, o salário dos diretores e cargos administrativos chegam até 18 milhões de *guaranis* – moeda local.

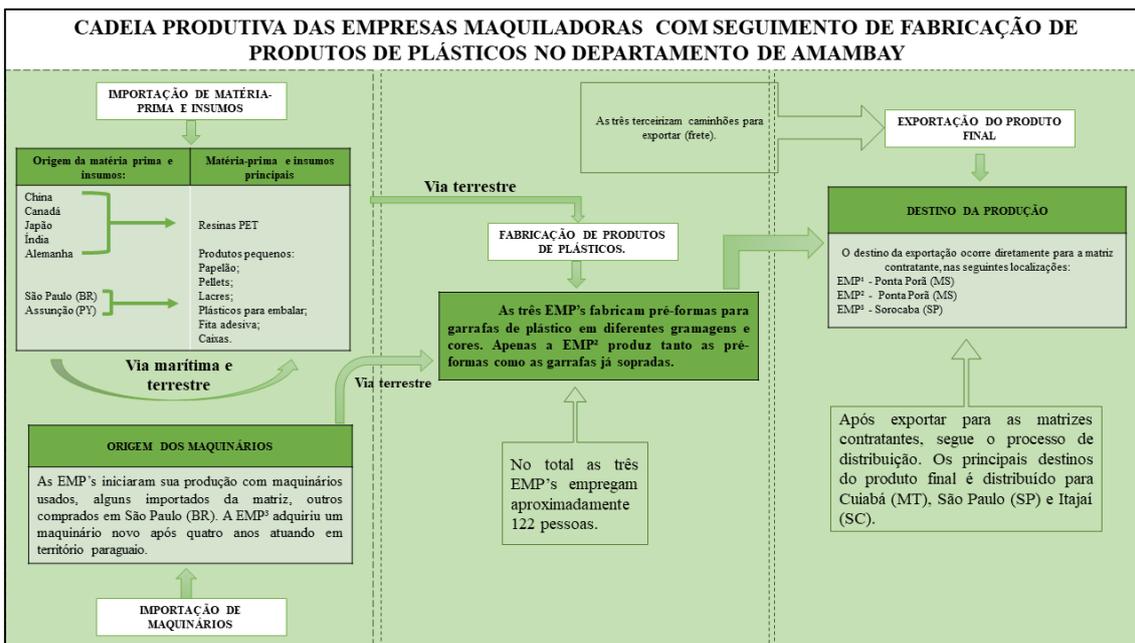
Figura 20 – Pré-formas e produto final



Fonte: organizada pela autora (2019)

Seu método de produção é semelhante aos dos dois grupos apresentados, como explica a figura 22.

Figura 21 - Cadeia produtiva das EME do seguimento de fabricação de pré-formas



Fonte: elaborado pela autora (2019)

Resumidamente, dos três grupos apresentados, apenas os dos ramos de têxteis e pré-formas possuem um projeto de reciclagem dos dejetos sobranes. Nas EME têxteis, os retalhos são doados para a comunidade em seu entorno para geração de renda; e as EME das pré-formas, reutilizam os desperdícios da produção para novas pré-formas, pois, sua principal matéria-prima é a resina, que pode ser triturada e reutilizada.

Em relação aos maquinários, observa-se que a maioria do maquinário é ultrapassada, já tem sido utilizada pelas matrizes contratantes, o que contrapõe com os argumentos de Furtado (2000) que explica a importância do aumento da produção por meio de novas técnicas produtivas e tecnológicas.

De forma geral, as EME desta região fronteira em específico estão se organizando de forma considerável, tendo em vista que o recorte de tempo entre o PISF e a Lei de Maquila neste departamento não passa de cinco anos, é importante considerar a possibilidade de se criar melhorias para então, materializar a modernização neste novo espaço industrial.

O primeiro ponto já foi consolidado com a integração econômica por meio do Projeto Indústria Sem Fronteira, que desde 2017 já atraiu apenas nesta amostragem em estudo, três distribuidores atuantes e as demais em vias de consolidação no município de Ponta Porã.

5.3.3 Perspectivas para a Lei de Maquila e o novo espaço industrial para a zona de fronteira

As perspectivas dos representantes das EME do departamento de *Amambay* são controversas. Alguns afirmam que este modelo industrial não possui desvantagem, pelo contrário, apenas pontos positivos, com o discurso de gerar emprego e renda para a população de forma direta e indireta, vale ressaltar que os salários pagos são de subsistência, assim como as condições trabalhistas, principalmente no ramo têxtil, não são favoráveis aos padrões estabelecidos para a qualidade de vida.

Alguns apresentaram sua insatisfação com a burocracia da dinâmica maquiladora, enquanto outros foram mais críticos. Para o representante da EMET³ “nas condições atuais, o benefício existe apenas para o empresário, para o funcionário não há vantagem alguma, pois, as condições de trabalho são muito pesadas para o salário mínimo pago, além de não haver suporte nenhum para a valorização e crescimento profissional” (dados da pesquisa, 2019).

O que falta melhorar no Paraguai é a informação. Informar melhor aos que vão vir a investir no Paraguai – os empresários estrangeiros. É isso que falta, mais informações para eles e mais pessoas capacitadas para isso. Que nosso governo possa dar mais capacitação para que eles não possam ter perdas

financeiras, os empresários procuram lucratividade. Não perdas. Porque se vou para o Brasil, se me dão muitas ou dificuldades burocráticas vou voltar ao meu país, muitos já voltaram por isso, por falta de informação, má informação. Mais gente capacitada porque o que vem de lá vem para ganhar e não para perder (dados da pesquisa – EMET¹, 2019).

Essas contradições deixam claro as teorias de Sen (2010), o desenvolvimento não se limita apenas ao vetor economia. Não é suficiente ofertar salários mínimos sem a menor perspectiva de desenvolvimento humano. Também como a crítica de Santos e Silveira (2006) em descrever a dinâmica empresarial como “instinto animal”, em que o poder global ocasiona para a formação de novos espaços produtivos.

O crescimento e aperfeiçoamento desta dinâmica industrial requer promover modificações na estrutura institucional da região, como ocorreu na Malásia e China. O primeiro passo foi a integração entre os países, independentemente de quais tenham sido os interesses individuais, esse marco deve ser utilizado para um novo caminho para tomada de decisão dos agentes econômicos que acreditam conhecer o mercado.

CONCLUSÃO

Após a consolidação do projeto maquilador no ano de 2002, o Paraguai conseguiu atingir umas das propostas previstas no Projeto 14.335, que era promover a atração de investimentos produtivos na área industrial, e conseqüentemente, alcançar a inserção efetiva do país no mercado internacional.

Desde sua consolidação até meados de 2018, o país já concentrava 175 programas maquiladores aprovados em território paraguaio, com estimativa de 15.840 ofertas de mão-de-obra, com matriz contratante de diversas regiões, como Venezuela, Polônia, Estados Unidos, Hong Kong, Argentina, Uruguai e Brasil.

Entre os ramos de atuação das empresas maquiladoras paraguayas, estão as confecções têxteis, plásticos, automobilística, metalúrgico; fabricação de eletrônicos, sapatos; serviços intangíveis (call center), entre outros ramos não especificados. A diversidade no ramo de atuação das empresas maquiladoras, foi uma estratégia do governo para atrair cada vez mais o investimento estrangeiro, não limitando em um único ramo de atuação.

Por ser um país mediterrâneo, as empresas maquiladoras de exportação se concentraram em sua maioria, nos departamentos de *Alto Paraná*, *Central* e *Amambay*, que fazem fronteira respectivamente com a extensão territorial entre Argentina e Brasil, o que torna contraditório com a Lei N° 2532 que estabelece a zona de segurança fronteiriça (LSF) no Paraguai.

Essa lei tem por objetivo preservar a demarcação política de linha de fronteira da ocupação de estrangeiros, mas não é aplicado no país devido a venda de terras e privilégios fiscais para estrangeiros, que se tornou a principal estratégia utilizada pelo poder político como meio de crescimento econômico, tanto na compra de terras fronteiriças pelos latifundiários, quanto no ramo industrial com a Lei de Maquila.

No que consiste à fronteira Brasil-Paraguai, foi possível identificar que as propostas de proteção e desenvolvimento da faixa de fronteira são extremamente fora do contexto legal e real. Pelo lado brasileiro, o enfoque maior é no investimento de segurança contra o contrabando e outros tipos de criminalidade, além de sofrer constantes alterações nas políticas públicas direcionadas à fronteira territorial do país em cada mudança de governo.

Diante dessas contradições, o aumento de projetos maquiladores aprovados nos últimos dez anos em território paraguaio culminou no primeiro projeto de integração entre ambos os países, especificamente voltado para o desenvolvimento econômico da região de

fronteira com a modificação de incentivos industriais para o lado brasileiro, com a criação do Projeto Indústria Sem Fronteira.

Esse projeto visa beneficiar os municípios sul-mato-grossenses localizados na faixa de fronteira com o Paraguai, sendo: Antônio João, Aral Moreira, Bela Vista, Caracol, Coronel Sapucaia, Japorã, Mundo Novo, Paranhos, Ponta Porã, Porto Murtinho e Sete Quedas, como redes de produção vinculadas com a importação dos produtos finalizados pelas empresas maquiladoras do Paraguai.

Entretanto, desde sua aprovação em 2017, o Projeto Industrias Sem Fronteira carece de informações atualizadas sobre os progressos obtidos por eles no período desta pesquisa. Para tanto, a dinâmica industrial de Mato Grosso do Sul na perspectiva do planejamento público para a fronteira se torna ainda incompreendida, a partir deste novo marco industrial, tendo em vista que seu perfil industrial volta-se ao ramo agropecuário.

Nessa perspectiva, a principal modificação nos incentivos industriais por meio da Lei de Maquila para o território fronteiriço sul-mato-grossense, parte da externalidade positiva na aprovação do PISF, com a integração de ambos os países. Esse marco na integração desenvolvimentista para fins econômicos é a primeira materialização do efeito maquilador para as regiões fronteiriças de Mato Grosso do Sul.

Tendo isso em vista, dentre os municípios localizados na faixa de fronteira sul-mato-grossense, Ponta Porã foi o mais beneficiado dentre todos, pelo fato de ser conurbado com o distrito capital *Pedro Juan Caballero* do departamento de *Amambay*, que concentra 99% das empresas maquiladoras, assim como sua relação com as primeiras distribuidoras dos produtos acabados e importados das maquiladoras a partir dos benefícios do PISF.

Dessa forma, um novo espaço industrial surgiu na fronteira seca entre o município de Ponta Porã e a cidade capital *Pedro Juan Caballero* com a implantação da primeira maquiladora no departamento de *Amambay*, que correspondeu a SR Produtos para a saúde S.A., no ano de 2001, o aumento de investidores nessa região fez com que o mesmo se tornasse o terceiro departamento paraguaio com maior quantidade de EME aprovadas, perdendo apenas para *Alto Paraná* e *Central*.

O perfil deste novo espaço industrial consiste em sua maioria, em pequenas e médias indústrias, que tem como principais setores, os de alimentos, de plástico e o têxtil. No total, o departamento de *Amambay* abriga até o início do ano de 2019, 39 indústrias, dentre eles, apenas dez atuam sob o regime maquilador, assim com 20 projetos em vias de aprovação segundo CEMAP (2020), sendo em sua maioria localizados em *Pedro Juan Caballero-PY*.

Levando em consideração esse aumento no número de pequenas e médias indústrias em *Pedro Juan Caballero*, e seu transbordamento para além da fronteira, com a deslocação de extensões de depósitos e/ou importadoras e exportadoras das fábricas e montadoras sob a Lei de Maquila para Ponta Porã, necessitam de maior atenção, para poder modernizar as instituições regulamentadoras dessa dinâmica maquiladora na fronteira.

Dentre as modernizações necessárias nas EME da fronteira seca entre Ponta Porã e *Pedro Juan Caballero*, parte das condições aduaneiras de ambas as partes, pois eles não possuem estrutura adequada para atender o crescimento maquilador na região, assim como as condições aduaneiras de Ponta Porã e Campo Grande, que também necessitam ser modificadas para atender o crescimento da procura dos investimentos estrangeiros, assim como estudar as possibilidades de conexões aéreas com os potenciais fornecedores, que só sabem da existência das empresas maquiladoras do Departamento de *Alto Paraná*, especificamente em *Ciudad del Este-PY*.

No que se refere a parte empregatícia paraguaia, os salários e as condições trabalhistas não atendem as expectativas criadas pela lei, principalmente no ramo têxtil. Por serem empresas novas no mercado, a maioria dos terrenos são alugados, ou seja, são galpões utilizados para fins industriais, não tendo estrutura para a realização das fabricações dos produtos, com uma ventilação e iluminação inapropriada.

Em vista disso, não se criou nenhum projeto que ofereça cursos profissionalizantes na área industrial, apenas para comércio no Paraguai. É compreensível que as EME do departamento em estudo estão há pouco tempo atuando em território paraguaio, mas não deve ser observado apenas as indústrias maquiladoras como vetor de modernização institucional, deve ser levado em consideração as 39 indústrias existentes nessa localidade.

Na parte de importação e uso de tecnologia, ainda estão na fase de implantação de sistemas antigos, importando maquinários usados das matrizes contratantes, assim como a carência de investimentos em aperfeiçoamentos dos colaboradores para cargos técnicos e de produção industrial.

Outra questão relevante, são os projetos de reciclagem e reaproveitamento das sobras de produção em todas as EME entrevistadas. Cada grupo apresenta uma forma distinta de reciclagem, como as da fabricação de tinta, que apresentam uma variação da qualidade padrão, podendo estas ser readequadas com óleos e pigmentos, criando novas cores; já no segmento têxtil, faz-se o reaproveitamento dos retalhos de mantas no preenchimento de ursos de pelúcia, assim como doações de retalhos das mantas e toalhas para a comunidade local para gerar renda

extra; já na fabricação de pré-formas de garrafas pet, para que não haja desperdícios, os materiais que sobram são reutilizados, gerando assim novas pré-formas.

Conclui-se, então, que a realidade do novo espaço industrial entre o Departamento de *Amambay* e o Estado de Mato Grosso do Sul, especificamente na zona de fronteira entre a cidade de *Pedro Juan Caballero* e o município de Ponta Porã, frente aos resultados esperados pelo projeto maquilador, ainda está em passos lentos, devido à pouca atenção que as autoridades paraguaias dão aos empreendedores que atuam sob a Lei de Maquila, assim como em Ponta Porã, que não promove uma divulgação eficiente do PISF.

É possível promover o desenvolvimento socioeconômico do Paraguai através do fortalecimento e consolidação do Programa Maquila previsto no Projeto N° 14.335, período 2011-2012, entretanto, é preciso interesse de ambas as partes para estabelecer em conjunto projetos de conscientização das atualizações dos progressos obtidos por meio dessa integração, tornando mais acessível os dados e informações referente a essa dinâmica maquiladora.

Essa atitude se torna necessária, pois a partir dela, novas modernizações poderão ocorrer, e assim, contribuir para a melhoria na condição de trabalho e logística das empresas, não apenas com os incentivos fiscais, como também pela sua divulgação, criando assim um grupo elitista que retém as informações importantes que poderiam ser utilizados para melhorar cada vez mais as instituições públicas, tanto de Ponta Porã, quanto de *Pedro Juan Caballero*.

Quando se compreende a abordagem e o planejamento público brasileiro e paraguaio para a fronteira internacional, são apenas interesses econômicos, que limitam-se apenas em favor dos empresários. Por parte dos trabalhadores, no que se refere ao Paraguai, não se tem perspectivas de melhoria, tendo em vista que, desde a aprovação desta lei em território paraguaio, não se criou centros científicos para futuramente, não se precisa contratar mão-de-obra especializada, que de acordo com a pesquisa, é a única que recebe maiores salários.

Em ambos os lados da fronteira entre Brasil e Paraguai, os índices em educação, renda (principalmente na desigualdade de renda das mulheres paraguaias) é possível compreender que a preocupação principal dos governos de ambos os países está apenas no crescimento econômico, estando muito distante de propostas que atendam às necessidades previstas, como a Lei de Maquila no Paraguai.

Tendo em vista esses resultados, a maior limitação desta pesquisa foi a falta de informação e irregularidade das instituições oficiais, tanto da parte brasileira, quanto da parte paraguaia. Por conta disso, o resultado desta pesquisa serve como indicador de novas pesquisas, pois, é importante estudar cada grupo maquilador em específico, assim como na realização de pesquisas no âmbito da FIEMS e do Projeto Indústria sem fronteira. Além desses, outros

estudos voltados ao melhoramento das aduanas e condições empregatícias desta região, serão de total importância para utilizar este fenômeno maquilador como um vetor de desenvolvimento para a região fronteiriça sul-mato-grossense.

REFERÊNCIAS

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James. **Por que as nações fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza**. Tradução Cristina Serra, Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

AGÊNCIA ESTADUAL DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL E VEGETAL. **IAGRO**. Governo de MS e Paraguai assinam acordo de fomento à industrialização na região de fronteira. 2017. <http://www.iagro.ms.gov.br/governo-de-ms-e-paraguai-assinam-acordo-de-fomento-a-industrializacao-na-regiao-de-fronteira/>. Acesso em: 28 nov. 2019.

ARCE, Lucas. Tendiendo costosos puentes: Paraguay en el Mercosur. **Civitas**, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 118-133, 2010.

ATLAS CENSAL DEL PARAGUAY. Amambay. Disponível em: <https://www.dgeec.gov.py/Publicaciones/Biblioteca/Atlas%20Censal%20del%20Paraguay/16%20Atlas%20Amambay%20censo.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2019.

BALDERAS, Alfredo Adrián Tay. **La crisis de la industria maquiladora en el Estado de Puebla**. Tesis profesional (licenciatura em Relaciones Internacionales) – Universidad de las Américas Puebla. Cholula, Puebla, México, 2003.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 1977.

BAUMGRATZ, Deise. **Regime de maquila e suas implicações para os trabalhadores na fronteira com o México: perspectivas para o modelo adotado no Paraguai**. I semana Acadêmica de Relações Internacionais – UNILA, outubro, 2016.

BORDA, Vanderlei. Fronteiras e faixas de fronteira: expansionismo, limites e defesa. *Historiae*, Rio Grande, v. 4, n. 2: 59-78, 2013. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/4131>. Acesso em: 10 Set. 2019.

BRASIL. DECRETO 14.090 de 27 de novembro de 2014. Institui o Programa Fomentar Fronteiras, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=277913>. Acesso em: 4 out. 2019.

BRASIL. LEI Nº 6.634, de 2 de maio de 1979. Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-Lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6634.htm. Acesso em: 19 nov. 2019.

BRASIL. Secretaria de Programas Regionais. Faixa de Fronteira: Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDF). 2009. Disponível em: <https://www.mi.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/publicacoes/cartilha-faixa-de-fronteira.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2019.

BRITO, Aline Robles. Gestão de políticas públicas para bens comuns em território fronteiriço: o caso de Ponta Porã (BR) e Pedro Juan Caballero (PY). Orientador: Prof. Dr. Fabrício José Missio. Dissertação (Mestrado) – Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Ponta Porã, MS: UEMS, 2018. Disponível em:

http://www.uems.br/assets/uploads/cursos_pos/9b4fa14c566fe6b1594cc00a2a4b0a38/teses_dissertacoes/1_9b4fa14c566fe6b1594cc00a2a4b0a38_2019-03-01_15-36-22.pdf. Acesso em: 25 nov. 2019.

BUENO, Newton Paulo. A moderna economia política neo-institucionalista: teoria e ilustração como análise da derrocada do regime democrático no Brasil em 1964. *In.*: TEIXEIRA, Erly Cardoso; BRAGA, Marcelo José. Instituições e desenvolvimento econômico. Viçosa, MG: Os Editores, 2007.

CÁMARA DE EMPRESAS MAQUILADORAS DEL PARAGUAY. **CEMAP**. *Amambay potencia zona industrial con instalación de maquiladoras*. 2018b. Disponível em: <http://www.maquila.org.py/?p=949>. Acesso em: 18 abr. 2019.

CÁMARA DE EMPRESAS MAQUILADORAS DEL PARAGUAY. **CEMAP**. *Principales beneficios*. 2018c. Disponível em: <http://www.maquila.org.py/?p=56>. Acesso em: 18 abr. 2019.

CÁMARA DE EMPRESAS MAQUILADORAS DEL PARAGUAY. **CEMAP**. *Principales beneficios*. 2018c. Disponível em: <http://www.maquila.org.py/?p=56>. Acesso em: 18 abr. 2019.

CÁMARA DE EMPRESAS MAQUILADORAS DEL PARAGUAY. **CEMAP**. *Que es Maquila*. 2018a. Disponível em: <http://www.maquila.org.py/?p=58>. Acesso em: 18 abr. 2019.

CAMARA DE INDUSTRIA, COMERCIO, TURISMO Y SERVICIOS. **CICTS**. Números de empresas maquiladoras no departamento de Amambay [Entrevista eletrônica concedida por] Wlfrido Figueredo López. Pedro Juan Caballero - Paraguai, 2019.

CARNEIRO FILHO, Camilo Pereira. Processos de Transfronteirização na Bacia do Prata: a tríplice fronteira Brasil-Argentina-Paraguai. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia. 254 f. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, 2013.

CARNEIRO FILHO, Camilo Pereira; CAMARA, Lisa Belmiro. Políticas públicas na faixa de fronteira do Brasil: PDFF, CDIF e as políticas de segurança e defesa. COFINS, N° 41, 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/22262#ftn1>. Acesso em: 18 set. 2019.

CARRILLO, Jorge. **La importancia del impacto del TLC en la industria maquiladora en América Latina**. 157-179. *In.*: Reestructuración productiva, mercado de trabajo y sindicatos en América Latina, Buenos Aires. CLACSO (Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales), 2000.

CARVALHO, Marina Hojaij. **Governo de MS e Paraguai assinam acordo de fomento à industrialização na região de fronteira**. IAGRO – Campo Grande, março de 2017. Disponível em: <http://www.iagro.ms.gov.br/governo-de-ms-e-paraguai-assinam-acordo-de-fomento-a-industrializacao-na-regiao-de-fronteira/>. Acessado em: 12 de Novembro de 2018.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 6° Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CÉSAR, Gustavo Rojas de Cerqueira. **Integração produtiva Paraguai-Brasil: novos passos no relacionamento bilateral**. BEPI, n° 22. Jan/Abr 2016. Disponível em: <http://209.177.156.169/libreria_cm/archivos/pdf_43.pdf>. Acessado em: 12 Jun. 2018.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. Tradução Luiz Antônio Oliveira de Araújo. - São Paulo: Editora UNESR 2004.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL). **Estudio sobre el desarrollo inclusivo del Paraguay Experiencias de una cooperación internacional**. JICA - Naciones Unidas, Santiago del Chile, 2013.

COROMINAS, Joan. *Breve diccionario etimológico de la lengua Castellana*. Gregos, Madrid, 1973, p. 380.

COSTA, Francielly da Fonseca. **Lei de Maquila: Impactos no Desenvolvimento Econômico do Paraguai de 2003 a 2016**. Orientadora: Mirian Beatriz Schneider. 115 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo/Brasil, 2018. Versão Eletrônica.

COUNTRY ECONOMY. Índice de Desenvolvimento Humano. Disponível em: <https://pt.countryeconomy.com/demografia/idh>. Acesso em: 13 nov. 2019.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3 Ed. Porto Alegre. Artmed, 2010.

DA SILVA, Cristovão Henrique Ribeiro; GOMES, Thayná Nogueira. Apontamentos sobre a política de incentivos fiscais e a industrialização de Mato Grosso do Sul. *In: LAMOSO, Lisandra Pereira. Temas do desenvolvimento econômico brasileiro e suas articulações com o Mato Grosso do Sul*. Curitiba: Ithala, 2016.

DALLABRIDA, Valdir Roque. BECKER, Dinizar F. **Dinâmica territorial do desenvolvimento**. *In: BECKER, Dinizar F. WITTMANN, Milton Luiz (Org.)*. Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. (p.175-213)

DALLABRIDA, Valdir Roque. **Desenvolvimento Regional: por que algumas regiões se desenvolvem e outras não?**. 1° Ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.

DE LA CUEVA, Jazmin Figari. **Investidores brasileiros no Paraguai: orçamento de capital nas decisões de investimento sob a perspectiva da teoria do investimento internacional**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Contábeis, do Setor de Ciências Sociais. 142 f. Curitiba, 2012.

DIRECCIÓN GENERAL DE ESTADÍSTICA, ENCUESTA Y CENSOS. **DGEEC**. Atlas demográfico del Paraguay. 2012. Disponível em: <https://www.dgeec.gov.py/Publicaciones/Biblioteca/atlas-demografico/Atlas%20Demografico%20del%20Paraguay,%202012.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2019.

DIRECCIÓN GENERAL DE ESTADÍSTICA, ENCUESTA Y CENSOS. **DGEEC**. Atlas Censal del Paraguay. 2002. Disponível em: <https://www.dgeec.gov.py/Publicaciones/Biblioteca/Atlas%20Censal%20del%20Paraguay/16%20Atlas%20Amambay%20censo.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2019.

DIRECCIÓN GENERAL DE ESTADÍSTICA, ENCUESTA Y CENSOS. **DGEEC**. **Encuesta permanente de hogares**. 2017a. Disponível em: <https://www.dgeec.gov.py/Publicaciones/Biblioteca/Resultados%20EPH/PRINCIPALES%20RESULTADOS%20EPH%202017.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2019.

DIRECCIÓN GENERAL DE ESTADÍSTICA, ENCUESTA Y CENSOS. **DGEEC**. *Resultados anuales departamentales – EPH*. 2017-2018. https://www.dgeec.gov.py/Publicaciones/Biblioteca/documento/81a5_Resultados%20Anuales%20Departamentales%202017-2018.pdf. Acesso em: 12 nov. 2019.

DIRECCIÓN GENERAL DE INFORMACIÓN ESTRATÉGICA EN SALUD (**DIGIES**) (2017) – *indicadores básicos de salud: tasa de madres menores de edad y nacimiento*. 05 JAN. 2018. Disponível em <<http://portal.mspbs.gov.py/digies/wp-content/uploads/2012/01/INDICADORES-BASICOS-DESALUD-IBS-2018.pdf>> Acessado em 05 JAN. 2018.

ENRÍQUEZ, Maria Amélia. **Trajetórias do desenvolvimento: da ilusão ao imperativo da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

FABIO, Yolanda Vázquez. **La maquila en Paraguay**. In: Población y desarrollo, n° 26, año XIV. San Lorenzo – Paraguay, Jun 2004. 2004a. Disponível em: https://issuu.com/matilez/docs/poblacion_26. Acesso em: 8 jun. 2018.

FABIO, Yolanda Vázquez. **La maquila em Paraguay II**. In: Población y desarrollo, n° 27, año XIV. San Lorenzo – Paraguay, jun. 2004. 2004b. Disponível em: http://www.portalguarani.com/3027_graziella_corvalan/22382_revista_n_27__poblacion_y_desarrollo_facultad_de_ciencias_economicas_una.html. Acesso em: 8 jun. 2018.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE MATO GROSSO DO SUL. **FIEMS**. Governador de Amambay e 15 prefeitos de MS e do Paraguai aderem ao Indústria sem Fronteiras. 2017a. Disponível em: <http://www.fiems.com.br/noticias/governador-de-amambay-e-15-prefeitos-de-ms-e-do-paraguai-aderem-ao-industria-sem-fronteiras/23161>. Acesso em: 3 set. 2019.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE MATO GROSSO DO SUL. **FIEMS**. Indústria Sem Fronteiras vai atrair empresas de todo Brasil para MS, diz Longen. 2017e. Disponível em: <http://www.fiems.com.br/noticias/industria-sem-fronteiras-vai-atrair-empresas-de-todo-brasil-para-ms-diz-longen/23247>. Acesso em: 3 set. 2019.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE MATO GROSSO DO SUL. **FIEMS**. Para governador de MS, Indústria Sem Fronteiras vai fortalecer economia do Estado. 2017b. Disponível em: <http://www.fiems.com.br/noticias/para-governador-de-ms-industria-sem-fronteiras-vai-fortalecer-economia-do-estado/23207>. Acesso em: 3 set. 2019.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE MATO GROSSO DO SUL. **FIEMS**. Para secretário de Governo, Indústria Sem Fronteiras vai industrializar MS. 2017c. Disponível em:

<http://www.fiems.com.br/noticias/para-secretario-de-governo-industria-sem-fronteiras-vai-industrializar-ms/23221>. Acesso em: 3 set. 2019.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE MATO GROSSO DO SUL. **FIEMS**. Prefeitos de MS projetam geração de emprego e renda com Indústria sem Fronteiras. 2017d. Disponível em: <http://www.fiems.com.br/noticias/prefeitos-de-ms-projetam-geracao-de-emprego-e-renda-com-industria-sem-fronteiras/23231>. Acesso em: 3 set. 2019.

FERRARI, Maristela. As noções de fronteira em geografia. *Respectiva geográfica*. ISSN 1981-4801. UNIOESTE. V.9, N.10, 2014.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Miniaurélio Século XXI Escolar: o minidicionário da língua portuguesa*. Coordenação de edição, Margarida dos Anjos, Marina Baird Ferreira. 4 ed. Rev. Ampliada. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

FERREIRA, BRUNA MARIA OLIVEIRA BENITES. **FORMAÇÃO INDUSTRIAL E AS TRANSFORMAÇÕES RECENTES NA ECONOMIA DE MATO GROSSO DO SUL**. Dissertação (mestrado em Desenvolvimento Regional e de Sistemas produtivos) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Ponta Porã/Brasil, 2016. Disponível em: http://www.uems.br/assets/uploads/cursos_pos/9b4fa14c566fe6b1594cc00a2a4b0a38/teses_dissertacoes/3_9b4fa14c566fe6b1594cc00a2a4b0a38_2017-09-18_16-35-23.pdf. Acesso em: 19 nov. 2019.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3º ed. – Porto Alegre: Artmed, 2009.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura, 1961. 239-262. *In*: BIELSCHOWSKY, Ricardo. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. Rio de Janeiro: Record, 2000.

FURTADO, Celso. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GADELHA, Carlos Augusto Grabois; COSTA, Laís. A política nacional de integração e desenvolvimento das fronteiras: o programa de Desenvolvimento da faixa de fronteira – PDF. *In*: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. *Território sem limites: estudos sobre fronteira*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2005.

GARAYO, Amanda Maria Belen. **Perfil de la industria maquiladora de exportacion en Paraguay**. 2018, 96 f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Economía, Sociedad y Política), Universidade Federal de Integração Latino-americana, Foz do Iguaçu, 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4º Ed. São Paulo: Atlas. 2007.

GLAUSER, Marcos Ortiz. *Extranjerización del territorio paraguayo*. Asunción: Fundación Rosa Luxemburgo y BASE IS. 2009. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/83828342.pdf>. Acesso em: 12 de nov. 2019.

GOMES, Cleomar; NUNES, Clemens. Uma análise da estratégia nacional de desenvolvimento da Malásia. *Revista de economia política*, vol. 28, n° 4 (112), p. 577-597,

outubro-dezembro/2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rep/v28n4/v28n4a03.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2019.

HERKEN, Juan Carlos; ARCE, Lucas; Ovando, Fernando. **La economía del Paraguay entre 1940n- 2008. Crecimiento, convergência Regional e Incertidumbres**. In: MASI, Fernando; BORDA, Dionisio. Estado y Economía em Paraguay (1870-2010). Asunción: Cadeq, 2011. Disponível em: <http://209.177.156.169/libreria_cm/archivos/pdf_43.pdf>. Acessado em: 12 Jun. 2018.

INDÚSTRIA SEM FRONTEIRA. **ISF**. Livreto. Disponível em: <http://www.fiems.com.br/arquivos/industriasmefronteiras-livreto.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2019.

INDUSTRIA SEM FRONTEIRAS. **ISF**. Disponível em: <http://www.industriasmefronteiras.com.br/>. Acesso em: 05 Abri. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. IBGE. IBGE divulga a relação dos municípios na faixa de fronteira. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/24071-ibge-divulga-a-relacao-dos-municipios-na-faixa-de-fronteira>. Acesso em: 18 nov. 2019.

INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL. **IOS**. Empresas maquiladoras paraguaias: panorama geral e investimentos brasileiros no setor. Solidarity Center. São Paulo, abril 2017.

MACHADO, Caio César Pedrollo; MOREIRA JR., Hermes. Desenvolvimento econômico no Brasil contemporâneo: política industrial e inserção internacional nos governos FHC e Lula. *In: LAMOSO, Lisandra Pereira. Temas do desenvolvimento econômico brasileiro e suas articulações com o Mato Grosso do Sul*. Curitiba: Ithala, 2016.

MACHADO, Lia Osorio. Cidades na fronteira internacional: conceitos e tipologia. In: II conferência internacional de desenvolvimento urbano em cidades de fronteira. N° 2. Foz do Iguaçu, 2006. Disponível em: <https://ufrj.academia.edu/LiaOsorioMachado>. Acessado em: 28 fev. 2020.

MACHADO, Lia Osorio. Estado, Territorialidade, redes. Cidades-gêmeas na zona de fronteira Sul-Americana. Continentes em chamas. Globalização e território na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização brasileira. Pg. 246-284, 2005. Disponível em: https://www.academia.edu/16138912/Estado_Territorialidades_Redes_Cidades-G%C3%AAs_na_Zona_de_Fronteira_Sul-americana. Acesso em: 10 set. 2019.

MACHADO, Lia; HAESBAERT, Rogério; RIBEIRO, Letícia P.; STEIMAN, Rebeca; PEITER, Paulo; NOVAES, André. O desenvolvimento da faixa de fronteira: uma proposta conceitual-metodológica. *In: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado. Território Sem Limites: estudos sobre fronteiras*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2005.

MACIEL, Ricardo Elias Antunes. **A Maquila no Paraguai: modelo produtivo e integração no início do século XXI**. Dissertação (Integração Contemporânea da América Latina). 109 f.: il. Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2017.

MAZIN, Angelo Diogo. **A exportação de capitais brasileiros 2012 – 2014: estudo sobre as empresas “maquiladoras” brasileiras no Paraguai**. Orientador: Silvia Beatriz Adoue. Dissertação (mestrado em geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. 99 f.: il.; 30cm. São Paulo, 2016. Versão eletrônica.

MCS, Grupo Consultor. **Maquila: Una Alternativa para la Economía Paraguaya**. Paraguay 2015. Disponível em: <<http://www.mcs.com.py/articulos/boletin-25-11-2015.html>>. Acessado em: 15 novembro de 2017.

MÉNDEZ, Ricardo. **Geografía económica: lá lógica espacial del capitalismo global**. Barcelona: Ariel, 1997.

MERCADO COMUM DO SUL. **MERCOSUL**. *Em poucas palavras*. 2019. Disponível em: <https://www.mercosur.int/pt-br/quem-somos/em-poucas-palavras/>. Acessado em: 15 out. 2019.

MERELES, Amanda Maria Belen Garayo. **Perfil de la industria maquiladora de exportación en paraguay**. Trabalho de conclusão de curso (graduação em Ciências econômicas – econômica, integração e desenvolvimento) – Instituto Latinoamericano de Economía, Sociedad y Política, Foz do Iguaçu, 2018.

MINISTERIO DE INDUSTRIA Y COMERCIO. MIC. **Régimen de maquila, con récord de exportaciones en 2019. 2020a**. Disponível em: <http://www.mic.gov.py/mic/w/contenido.php?pagina=1&id=1375>. Acesso em: 3 jan. 2020.

MINISTÉRIO DE LA INDUSTRIA Y COMERCIO DEL PARAGUAY. **MIC**. Estadísticas. Disponível em: <http://www.mic.gov.py>. Acesso em: 12 dez. 2018a.

MINISTÉRIO DE LA INDUSTRIA Y COMERCIO DEL PARAGUAY. **MIC**. *Paraguay: Buenos motivos para investir*. 2018b. Disponível em: <http://www.mic.gov.py/maquila/ES/paraguay-razones-para-invertir.php>. Acesso em: 19 abr. 2019.

MINISTÉRIO DE OBRAS PÚBLICAS Y COMUNICACIÓN. MOPC. Disponível em: https://www.mopc.gov.py/mopcweb/index.php/buscador?search_paths%5B%5D=&submit=B&uscar&query=RUTA+5. Acesso em: 3 dez. 2019.

MORAES, Isaias Albertin de; VIEIRA, Fernando Antonio da Costa. Capitalismo agrário e movimentos camponeses no Paraguai. *Estud. hist. (Rio J.) - Rio de Janeiro*, v. 28, n. 56, p. 363-384, dez. 2015. . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862015000200363&lng=pt&nrm=iso. Acessado em: 15 Jun. 2018.

NOGUEIRA, Ricardo José Batista. Fronteira: espaço de referência identitária?. *Ateliê geográfico*. Goiânia-GO, v. 1, n. 2. Dez/2017. P. 27-41.

NUNES, Cleomar Gomes Clemens. Uma análise da estratégia nacional de desenvolvimento da Malásia *Revista de Economia Política*, vol. 28, nº 4 (112), pp. 577-594, outubro-dezembro/2008.

NUSDEO, Fábio. Curso de economia: introdução ao direito econômico. 9º Ed. Rev., atual. e ampl. - São Paulo: Editora revista dos tribunais, 2015.

PARAGUAI. **Decreto n° 9.585, de 17 de julho de 2000**. Por el cual se reglamenta la Ley 1.064/97 “de Maquila”. Asunción/PY: 2000. Disponível em: <http://www.maquila.org.py/?p=145>. Acesso em: 11 de jun. de 2018.

PARAGUAI. LEI N° 1.064, de 3 de julho de 1997. *De la industria maquiladora de exportación*. Asunción/PY: 1997. Disponível em: <http://www.maquila.org.py/?p=145>. Acesso em: 21 nov. 2019.

PARAGUAI. Lei N° 2532, de 18 de agosto de 2005. Que establece la Zona de Seguridad Fronteriza de la República del Paraguay. Asunción/PY: 2005. Disponível em: <https://paraguay.justia.com/nacionales/leyes/ley-2532-feb-17-2005/gdoc/>. Acesso em: 21 nov. 2019.

PARAGUAI. Lei N° 2647, de 18 de agosto de 2005. Que modifica el articulo 3° de la Lei N° 2532 de 17 de febrero de 2005 “que establece la zona de seguridad fronteriza de la República del Paraguay”. Disponível em: <https://docs.google.com/viewerng/viewer?url=http://docs.paraguay.justia.com/nacionales/leyes/ley-2647-aug-18-2005.doc>. Acesso em: 12 nov. 2019.

PARAGUAI. PROJETO 14.335, de 1 de fevereiro de 2002. Consolidación del programa Maquila en Paraguay: revisión sustantiva, periodo 2011-2012. Disponível em: <https://www.py.undp.org/content/dam/paraguay/docs/Maquila.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2019.

PAZ, PATRÍCIA POGLIESI. PLANEJAMENTO E INDUSTRIALIZAÇÃO: RELAÇÕES COM O DESENVOLVIMENTO DE MATO GROSSO DO SUL E MATO GROSSO (2000-2015). Dissertação (mestrado em Desenvolvimento Regional e de Sistemas produtivos) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Ponta Porã/Brasil, 2018. Disponível em: http://www.uems.br/assets/uploads/cursos_pos/9b4fa14c566fe6b1594cc00a2a4b0a38/teses_dissertacoes/1_9b4fa14c566fe6b1594cc00a2a4b0a38_2019-03-01_17-22-05.pdf. Acesso em: 19 nov. 2019.

PORTAL DO GOVERNO DE MATO GROSSO DO SUL. Governo, Fiems e Paraguai se integram em projeto para o desenvolvimento econômico da fronteira. 2017. Disponível em: <http://www.ms.gov.br/governo-fiems-e-paraguai-se-integram-em-projeto-para-o-desenvolvimento-economico-da-fronteira/>. Acessado em: 18 de março de 2019.

PORTER, Michael, E. **Vantagem competitiva: criando e sustentando um desempenho superior**. 37º reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 1989.

SANTOS, KAULLY FURIAMA. DESENVOLVIMENTO REGIONAL E POLÍTICAS PÚBLICAS EM MATO GROSSO DO SUL: IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE PARA O PERÍODO 2000-2020. Dissertação (mestrado em Desenvolvimento Regional e de Sistemas produtivos) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Ponta Porã/Brasil, 2017. Disponível em: http://www.uems.br/assets/uploads/cursos_pos/9b4fa14c566fe6b1594cc00a2a4b0a38/teses_dissertacoes/1_9b4fa14c566fe6b1594cc00a2a4b0a38_2019-03-01_17-22-05.pdf.

ssertacoes/1_9b4fa14c566fe6b1594cc00a2a4b0a38_2017-12-01_16-55-53.pdf. Acesso em: 19 nov. 2019.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4 ed. 2. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **Técnicas espaço tempo: globalização e meio técnico - científico – informacional**. São Paulo, maio de 1994.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade ao início do século XXI**. 9º Ed. RECORD, Rio de Janeiro, 2006.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A.; SILVEIRA, Maria Laura. **Território, Globalização e Fragmentação**. 4º Ed. HUCITEC, São Paulo, 1998.

SARMENTO, Alexandre Dellamura. **Etapas do desenvolvimento do Brasil – um exercício Rostowiano**. Dissertação. (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo. 212 f. São Paulo, 2008.

SEGUNDA COMISSÃO BRASILEIRA DEMARCADORA DE LIMITES. **SCBDL**. Disponível em: Disponível em: <http://scdl.itamaraty.gov.br/pt-br/>. Acesso em: 02 jul. 2019.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paula: Companhia das Letras. 2010.

SILVEIRA, André Filipe Reynolds Castel-Branco da. As zonas economicas especiais da República da China. Admnsitração. 3º, N° 53, VOL. Xiv, 2001 – p. 1147-1183. Disponível em: https://www.safp.gov.mo/safppt/magazines/WCM_003528. Acesso em: 17 nov. 2019.

STEIMAN, Rebeca. MACHADO, Lia Osorio. **Limites e Fronteiras Internacionais: Uma Discussão Histórico-Geográfica**. 2006. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://acd.ufrj.br/fronteiras/pdf/>. Acesso em: 10 set. 2019.

SUZIGMAN, Wilson; FURTADO, João. A institucionalidade da política industrial e tecnológica: problemas, desafios e propostas. *In*: TEIXEIRA, Erly Cardoso; BRAGA, Marcelo José. Instituições e desenvolvimento econômico. Viçosa, MG: Os Editores, 2007.

TRADING ECONOMICS. Indicador: trabalhos. Disponível em: <https://tradingeconomics.com/indicators>. Acessado em: 13 nov. 2019.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

VERA, Myrian González. Desigualdades sociales en Paraguay: cuando el Estado protege solo los derechos de clases privilegiadas (sistematización). *In*: Salud, enfermedad y pobreza urbana: estudio de los procesos de salud, enfermedad y atención de las familias en periferia sur de Asunción. Cordenadores: Paloma Rodero e Iván Merino. Centro de documentación y estudios (CDE). ISBN: 978-99967-745-7-7, Asunción, 2018. Disponível em: <https://www.saludurbanapy.org/wp-content/uploads/2019/03/salud-enfermedad-y-pobreza-urbana-libro-web.pdf#page=275>. Acesso em: 12 de nov. 2019.

VINUTO, Juliana. **A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto.** *Temáticas*, Campinas, 22, (44): 203-220, ago/dez. 2014. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/cd8e/3ecb215bf9ea6468624149a343f8a1fa8456.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2019.

VULK, Cecilia. **Subimperialismo brasileiro y dependencia paraguaya: análisis de la situación actual.** CLACSO, Buenos Aires, 2013. IN: Integración; Dependencia; Imperialismo; Paraguay; América Latina; Brasil.

ZIMMERMANN, Ricardo; DELATORRE, Cleiton; DOS SANTOS, Fabricio; DE LIMA, Manoel Junior Diemer Rosa; CAVALCANTE, Diogo Lopes. **Como os tributos alfandegários sobre bens de capital prejudicam a indústria nacional.** 13° ENCITEC, 2017.

ANEXOS

Anexo 1 – Perguntas voltadas para a Câmara de Indústria e comércio, Turismo e Serviços de Pedro Juan Caballero.

Pedro Juan Caballero - PY

Camara de Industria y Comercio, Turismo y Servicios

Ponta Porã, 02 de Abril de 2019.

1. Quantas unidades de empresas maquiladoras de exportação existem no departamento de Amambay? E qual o nome das empresas.
2. Qual o ramo de atuação de cada unidade maquiladora?
3. Quantos empregos foram gerados por cada unidade maquiladora?
4. Qual foi o investimento para a abertura de cada uma das unidades maquiladoras em Amambay?
5. Qual a localização? Quantas existem em Pedro Juan Caballero? Qual o endereço de cada unidade existente em Pedro Juan Caballero? Há um mapa da cidade com suas localizações?
6. Qual a origem de capital?
7. Qual a proveniência da matriz contratante? Por exemplo: País/Cidade.
8. Há informações sobre os valores arrecadados de impostos federais, estaduais e municipais?

Anexo 2 – Perguntas voltadas para a Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul/FIEMS

Campo Grande, 10 de setembro de 2019

- A) Histórico e motivação da proposição do Projeto Indústria sem Fronteiras;
- B) Documentos oficiais, decretos, leis, normas;
- C) Dados e estatísticas atinentes aos resultados decorrentes do Projeto Indústria sem Fronteiras) quais ramos empresariais já aderiram oficialmente o Projeto Indústria sem Fronteira, quantas indústrias instalaram-se ou pretendem se instalar em território sul-mato-grossense, em quais municípios, número de postos de trabalho gerados, média salarial, volume financeiro dos investidores, origem das empresas, entre outros.

Anexo 3 - Informações gerais sobre as indústrias e Indústrias maquiladoras disponibilizadas pelo CICTS.

razão social	segmento	atividade específica	Endereço	cidade	contato telefônico	contato – correio eletrônico
"CERAMICA ITAPOPO SOCIEDAD ANONIMA"	Fabricación de productos de arcilla y cerámica no refractarias para uso estructural	FABRICACION DE LADRILLOS	AVDA. GENERAL BERNARDINO CABALLERO N° 9166 KM. 25 RUTA V	PEDRO J. CABALLERO	0336-71016	ceramicaitapopo@hotmail.com
"DG VIDRIOS" SOCIEDAD ANONIMA	Fabricación de vidrio y productos de vidrio	FABRICACION DE VIDRIOS DE TODAS LAS FORMAS, FABRICACION VIDRIOS TEMPLADOS (INDUSTRIA)	CIPRIANO CACERES DAVALOS ESQ. EUSEBIO AYALA	ZANJA PYTA	0336- 271758	(sem informação)
ACARA AISO IMPORT - EXPORT S.R.L.	Fabricación de artículos confeccionados de materiales textiles, excepto prendas de vestir	CONFECCION DE MANTAS DE POLIESTER	AVDA. MARISCAL LOPEZ COLONIA CERRO CORA1 MANZANA 2 LOTES 5 Y 6	PEDRO J. CABALLERO		acaraaisosr15@hotmail.com
ACENOR EMPRENDIMIEN TOS S.A.	Fabricación de productos metalicos para uso estructural	FABRICACION DE ARMADURAS PARA COLUMNAS Y CUMBRERAS DE CHAPAS CONFORMADAS	JOSE BERGES ESQ. VICTOR RAMIREZ	PEDRO J. CABALLERO	0336-275594	leonardo@acenor.com.py
ACENOR EMPRENDIMIEN TOS S.A.	Industrias basicas de hierro y acero	ELABORACION DE CHAPAS DEBOBINADAS EN PLANCHAS, ANGULOS DE FLEJES, PERFILES DE CHAPAS NEGRAS, VARILLAS DE ACERO, CHAPAS CONFORMADAS GALVALUMEN, ONDULADAS Y TRAPEZOIDALES Y CHAPAS CONFORMADAS LAMBRIL Y MEDIA LUNA	JOSE BERGES ESQ. VICTOR RAMIREZ	PEDRO J. CABALLERO	0336-275594	leonardo@acenor.com.py
ALCOHOLERA PARAGUAYA SA (ALPASA)	Destilación, rectificación y mezcla de bebidas alcoholicas; producción de alcohol etílico a partir de sustancias fermentadas	PRODUCCION DE ALCOHOL CARBURANTE Y ALCOHOL ABSOLUTO	ruta 3 km 29	BELLA VISTA	021-449892	lvera@copetrol.com.py
AMAMBAY PREFORMAS SOCIEDAD ANONIMA	Fabricación de productos de plástico	PREFORMAS PARA BOTELLAS DE PLASTICOS	RUTA A CAPITAN BADO 200 MTS. DE RUTA V	PEDRO J. CABALLERO	0336-272 518	alcides1alvarez@hotmail.com
AMAMPLAST AS	Fabricación de productos de plástico	FABRICA DE BOBINAS DE POLIETILENO Y COMPUESTOS DE POLIETILENO	JORGE CASACCIA CON PICUBA	PEDRO J. CABALLERO	021 200 789	danielsaldivar@gmail.com
ASERRADERO FLORIDA SRL	Aserrado y acepilladura de madera	ELABORACION DE MADERAS ASERRADAS, LAMINADAS Y PISOS DE MADERA	FULGENCIO R. MORENO	PEDRO J. CABALLERO	0336- 271 087	luzbenitez1@hotmail.com
ASERRADERO SAN JOSE DE PITTA PERCIVAL	Elaboración de alimentos preparados para animales	ELABORACION DE RACION PARA GANADO	LUIS VICTORIANO GONZALEZ	PEDRO J. CABALLERO	0336 272 906	thiagopitta85@hotmail.com
CONSULTORA FENIX EMPRENDIMIEN TOS S.A.	Fabricación de artículos confeccionados de materiales textiles, excepto prendas de vestir	CONFECCION DE MANTAS	MANUEL DOMINGUEZ C/ AVDA. CARLOS ANTONIO LOPEZ	PEDRO J. CABALLERO	0336- 275 244/271305	fenix_emprendimientos@hotmail.com ; import-export@hotmail.com
DA SILVA IWANILSON ELPIDIO	Fabricación de cubiertas y camaras de caucho; recauchado y renovación de cubiertas de caucho	RECAUCHUTADO DE NEUMATICOS	CALLEJON SANJA PYTA	ZANJA PYTA	0336 272518	londontyres@hotmail.com
DAVALOS FLEITAS VICENTE	Fabricación de muebles	FABRICACION DE MUEBLES METALICOS: ESTANTERIAS, MUEBLES DE CAJON, GONDOLAS, SILLAS, JAULAS AUTOAPILABLES	BENJAMIN ACEVAL N° 465	PEDRO J. CABALLERO	0336 274 204	vicentedavalos@gmail.com
DAVALOS FLEITAS VICENTE	Fabricación de productos metalicos para uso estructural	FABRICACION DE ESTRUCTURAS METALICAS : ENTREPISOS Y GUARDA VOLUMENES	BENJAMIN ACEVAL N° 465	PEDRO J. CABALLERO	0336 274 204	vicentedavalos@gmail.com
EMPRENDIMIEN TOS MARISOL SOCIEDAD ANONIMA	Elaboración de otros productos alimenticios n.c.p.	ELABORACION DE ALIMENTOS	12 DE JUNIO N° 440 E/ AQUIDABAN Y REPUBLICA DE CUBA	PEDRO J. CABALLERO	0336 - 271 352	businesspy@live.com
EMPRESA DE SERVICIOS SANITARIOS DEL PARAGUAY SA (ESSAP SA)	Captación, depuración y distribución de agua	SISTEMA DE SERVICIOS DE AGUA	TTE. HERRERO 822 C/ ALBERDI	PEDRO J. CABALLERO	225001	planeamiento.essap@gmail.com

EMPRESA DE SERVICIOS SANITARIOS DEL PARAGUAY SA (ESSAP SA)	Captacion, depuracion y distribucion de agua	SISTEMA DE SERVICIO DE AGUA	LOMAS VALENTINAS (CERCA DEL DESTACAMENTO MILITAR)	BELLA VISTA	225001	planeamiento.essap@gmail.com
EMPRESA RECAUCHUTADORA PARAGUAY S.A.	Fabricacion de cubiertas y camaras de caucho; recauchado y renovacion de cubiertas de caucho	RECAPAJE Y REPARACION DE NEUMATICOS	PITIA NTUTA ENTRE BENJAMIN ACEVAL Y BOQUERON	PEDRO J. CABALLERO	0336275108	jaime_aquino@tigo.com.py
FRIGORIFICO NORTE SOCIEDAD ANONIMA	Produccion, procesamiento y conservacion de carne y productos carnicos	PRODUCCION, PROCESAMIENTO Y CONSERVACION DE CARNE Y PRODUCTOS CARNICOS	CAMINO FORTUNA GUAZU KM 3,5 CALLEJON 1111	PEDRO J. CABALLERO	0336- 27 60 60/5	frigonorte@frigonorte.com.py
GIMENEZ DE ORTIZ JUSTA	Elaboracion de productos de panaderia	ELABORACION DE PRODUCTOS DE PANADERIA Y CONFITERIA	RIO TEBICUARY E/ RIO PARAGUAY	PEDRO J. CABALLERO	0336 271 445	dani_arevalos@hotmail.com
GIMENEZ DE ORTIZ JUSTA	Elaboracion de otros productos alimenticios n.c.p.	ELABORACION DE PRODUCTOS DE ROTISERIA	RIO TEBICUARY E/ RIO PARAGUAY	PEDRO J. CABALLERO	0336 271 445	dani_arevalos@hotmail.com
GLOBALPET S.A.	Otras actividades de servicios n.c.p.	VENTA DE EQUIPOS DE INFORMATICA	JUAN EMILIO O'LEARY E/ MCAL. LOPEZ Y ADELA SPERATTI	PEDRO J. CABALLERO	0336- 275 146	globalpetpy@gmail.com
GLOBALPET S.A.	Fabricacion de productos de plástico	FABRICACION DE PREFORMAS DE PRODUCTOS PLASTICOS	JUAN EMILIO O'LEARY E/ MCAL. LOPEZ Y ADELA SPERATTI	PEDRO J. CABALLERO	0336- 275 146	globalpetpy@gmail.com
J.R. INDUSTRIA DE CONFECCIONES SOCIEDAD ANONIMA	Fabricacion de prendas de vestir, excepto prendas de piel	FABRICACION DE PRENDAS DE VESTIR	SILVIO PETROSSI E/ RAMON GILL SANCHEZ	PEDRO J. CABALLERO	0336-273 670	caestudio@hotmail.com
MOLINO ARROCEROS LA ESPA?OLA SOCIEDAD ANONIMA	Elaboracion de productos de molineria	MOLINO DE ARROZ	GUYRA CAMPANA E/ RUTA V KM 1,5 Y RUIZ DIAZ DE GUZMAN	PEDRO J. CABALLERO	0336 - 270 485	nery.duarte@hotmail.com
PEREIRA PAES LAERCIO	Fabricacion de cubiertas y camaras de caucho; recauchado y renovacion de cubiertas de caucho	RECAUCHADO Y RENOVACION DE CUBIERTAS	ZENON ORTIZ C/ TTE. HERRERO	PEDRO J. CABALLERO	(0336) 272518	alcideslalvarez@hotmail.com
PO'A RAITY S.A	Fabricacion de lamparas electricas y equipo de iluminacion	ENSAMBLAJE DE APARATOS DE ILUMINACION LED	YERUTI C/ AVDA. AMAMBAY	PEDRO J. CABALLERO	0971 926.088	hugo@grupoig.com
PREFORMAX PARAGUAY SOCIEDAD ANONIMA	Fabricacion de productos de plástico	FABRICACION DE PREFORMAS PET (POLIETILENO DE TEREFTALATO)	JORGE CASACCIA CON PICUIBA FRACCION PEDRO JUAN POTY	PEDRO J. CABALLERO	0336-276 083	ederson@preformax.com.py
PRINTCOR S.A INDUSTRIA Y COMERCIO DE TINTAS Y BARNICES	Fabricacion de pinturas, barnices y productos de revestimiento similares, tintas de imprenta y masillas	FABRICACION DE TINTAS PARA IMPRENTAS Y MASILLAS	TTE. HERRERO ESQ. LAS RESIDENTAS	PEDRO J. CABALLERO	0336-272811	printcor.industpy@hotmail.com
RIGMAR SOCIEDAD ANONIMA INDUSTRIAL Y COMERCIAL	Fabricacion de articulos confeccionados de materiales textiles, excepto prendas de vestir	FABRICACION DE MANTAS	CARLOS ANTONIO LOPEZ E/ BENJAMIN ACEVAL	PEDRO J. CABALLERO	0336 270 091	rigmarcomercialcind@gmail.com
RODRIGUEZ BRAUN BLANCA NIEVES	Elaboracion de otros productos alimenticios n.c.p.	ELABORACION DE ALIMENTOS	RIO TEBICUARY ESQ. RIO PARAGUAY	PEDRO J. CABALLERO	0336 270 504	almuerzoescolarbn@hotmail.com
S.R. PRODUCTOS PARA LA SALUD S.A.	Fabricacion de equipo medico y quirurgico y de aparatos ortopédicos	FABRICACION DE JERINGAS, AGUJAS HIPODERMICAS, COLECTOR UNIVERSAL 80ML, FRASCOS PARA ALIMENTACION ENTERAL	RUTA V KM 3	PEDRO J. CABALLERO	0336 270843	ventas@jeringasr.com.py
SALINAS TEXTIL IMPORT-EXPORT S.A.C.I.	Fabricacion de articulos confeccionados de materiales textiles, excepto prendas de vestir	CONFECCION DE MANTAS Y TOALLAS	CALLE II, E/ V Y IV	PEDRO J. CABALLERO	0336- 273 453	salinas.textil@hotmail.com
SALINAS TEXTIL IMPORT-EXPORT S.A.C.I.	Fabricacion de juegos y juguetes	FABRICACION DE PELUCHES	CALLE II, E/ V Y IV	PEDRO J. CABALLERO	0336- 273 453	salinas.textil@hotmail.com

SALINAS TEXTIL IMPORT-EXPORT S.A.C.I.	Fabricacion de tapices y alfombras	CONFECCION DE ALFOMBRAS	CALLE II, E/ V Y IV	PEDRO J. CABALLERO	0336- 273 453	salinas.textil@hotmail.com
TELEDIFUSORA PARAGUAYA AS	Telecomunicaci ones	TELEDIFUSION	ESCUELA DE CALLEJON CALLE PEDRO JUAN	PEDRO J. CABALLERO	021 303 089	comunicacion@rpc.com.py
UNIONTEX S.R.L.	Fabricacion de prendas de vestir, excepto prendas de piel	FABRICACION DE PUÑOS Y CUELLOS DE ENTRETELA	NATALICIO TALAVERA E/ 10 DE DICIEMBRE	PEDRO J. CABALLERO	0336- 275184	euler_araujo@hotmail.com
UNIVERSO EMPRENDIMIEN TOS AS	Fabricacion de pinturas, barnices y productos de revestimiento similares, tintas de imprenta y masillas	FABRICACION DE MASILLA, CEMENTOS DE RESINA Y DEMAS MASTIQUES; PLASTES (ENDUIDOS) UTILIZADOS EN PINTURA; PLASTES (ENDUIDOS) NO REFRACTARIOS	CARLOS ANTONIO LOPEZ E/ TERESA ROA DE CABALLERO	PEDRO J. CABALLERO	0336-273 590	sigmapy1@gmail.com

Anexo 4 – Perguntas para as Empresas Maquiladoras de Exportação

**ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA AS EMPRESAS MAQUILADORAS DE
PEDRO JUAN CABALLERO/PY**

*GUIÓN DE ENTREVISTAS PARA LAS EMPRESAS MAQUILADORAS DE PEDRO JUAN
CABALLERO/PY*

EMPRESA MAQUILADORA:

SEGMENTO:

ATIVIDADE ESPEÍFICA:

LOCALIZAÇÃO:

BLOCO 1 – PERGUNTAS DIRECIONADAS AO ENTREVISTADO

1) NOME/*NOMBRE*:1.1) IDADE/*EDAD*:1.2) NACIONALIDADE/*NACIONALIDAD*:1.3) FUNÇÃO/*CARGO/OCUPACIÓN*:1.4) ESCOLARIDADE/*ESCOLARIDAD*:

- | | |
|--------------------------|-------------------------|
| <input type="checkbox"/> | Não Alfabetizado |
| <input type="checkbox"/> | Fundamental incompleto |
| <input type="checkbox"/> | Fundamental completo |
| <input type="checkbox"/> | Ensino Médio incompleto |
| <input type="checkbox"/> | Ensino Médio completo |

- | | |
|--------------------------|----------------------------|
| <input type="checkbox"/> | Ensino Superior incompleto |
| <input type="checkbox"/> | Ensino Superior completo |
| | Qual curso? |
| <input type="checkbox"/> | Pós-graduação |
| | Qual? |

BLOCO 2 – PERGUNTAS DIRECIONADAS Á EMPRESA MAQUILADORA

2) Qual é a Matriz (Empresa/Indústria) contratante desta Maquiladora? / *Qual es la Matriz (empresa/industria) contratante de esta Maquiladora?*

2.1 Onde a Matriz contratante está localizada? / *¿Dónde está ubicada la matriz contratista?*

2.2 Qual foi o montante financeiro de investimento inicial? / *¿Cuál fue el capital de inversión inicial?*

2.3 Qual foi a origem do montante financeiro? / *¿Cuál fue el origen del capital financiero?*

2.4 Há quanto tempo esta Empresa Maquiladora atua em território paraguaio? / ¿Cuánto tiempo lleva esta empresa maquiladora en territorio paraguay?

2.5 Este prédio/estrutura/casa/galpão é próprio ou alugado? Se for alugado, qual é o valor pago pelo aluguel? *¿Este edificio/estructura/casa/cobertizo es propio o alquilado? Si es alquilado, ¿cuánto pagas por el alquiler?*

BLOCO 3 – PERGUNTAS DIRECIONADAS AO PERFIL EMPREENDEDOR DO ENTREVISTADO

3) O grupo empresarial investe há quanto tempo no Paraguai? / *¿El grupo empresarial invierte desde hace cuánto tiempo en Paraguay?*

3.1 Possui outro empreendimento no Paraguai? Se sim, em qual segmento? / *¿Tiene otro emprendimiento en Paraguay? Si es así, ¿en qué segmento?*

3.2 Por que optou por investir em Pedro Juan Caballero? / *¿Por qué decidió invertir en Pedro Juan Caballero?*

3.4 Qual é a perspectiva de crescimento (em %) da empresa? Desde a abertura da empresa, houve crescimento considerável (em %) da meta inicial? / *¿Cuál es la perspectiva de crecimiento (en %) de la empresa? Desde la apertura de la empresa, ¿ha habido un crecimiento considerable (en %) del objetivo inicial?*

BLOCO 4 – PERGUNTAS DIRECIONADAS Á CADEIA PRODUTIVA

4) Como funcionam as etapas de produção desta Maquiladora? *¿Cómo funcionan las etapas de producción de esta maquiladora?*

4.1 Qual é a origem dos insumos? Qual a rota da importação dos insumos? / *¿Cuál es el origen de los insumos? ¿Cuál es la logística de importación de los insumos?*

4.2 Qual é o destino da produção? Qual é a rota de exportação do produto final? Qual sua proximidade com o mercado consumidor? / *¿Cuál es el destino de la producción? ¿Cuál*

es la logística de exportación del producto final? ¿Cuál es su proximidad con el mercado consumidor?

4.3 Os meios de transporte utilizados até o destino final são próprios ou terceirizados? / ¿Los medios de transporte utilizados hasta el destino final son propios o subcontratados?

4.4 Além dos meios de transporte, qual outro serviço terceirizado esta Empresa Maquiladora necessita? / Además de los medios de transporte, ¿qué otro servicio subcontratado necesita esta Empresa maquiladora?

4.5 Se houver terceirização, o mesmo é considerado uma submaquila? / En caso de subcontratación, ¿se considera que se trata de una submaquila?

BLOCO 5 – PERGUNTAS DIRECIONADAS AO USO E IMPORTAÇÃO DE TECNOLOGIA

5) Qual é a origem dos maquinários utilizados? São novos ou usados? Já foram utilizados em outra planta industrial? / ¿Cuál es el origen de las máquinas utilizadas? ¿Son nuevas o usadas? ¿Han sido utilizadas en otra planta industrial?

5.1 Qual é o grau de automação dos maquinários? Substitui quantos trabalhadores? / ¿Cuál es el grado de automatización de las máquinas? ¿Sustituye a cuántos trabajadores?

5.2 Como os trabalhadores são instruídos para utilizar os maquinários? Requer que tipo de capacitação/qualificação? / ¿Cómo se instruye a los trabajadores para utilizar las máquinas? ¿Requiere qué tipo de capacitación/cualificación?

5.3 Qual é a capacidade de produção diária desses maquinários? / ¿Cuál es la capacidad de producción diaria de estas máquinas?

5.4 Há perspectivas de aumentar a produção com novos maquinários? / ¿Hay perspectivas de aumentar la producción con nuevas máquinas?

BLOCO 6 – PERGUNTAS RELACIONADAS AO FATOR TRABALHO

6) Quantos trabalhadores estão empregados nesta empresa hoje? Mantém a quantidade de trabalhadores desde sua abertura? / *¿Cuántos trabajadores están empleados en esta empresa hoy? ¿Mantiene la cantidad de trabajadores desde su apertura?*

6.1 Tem preferência de gênero/sexo de acordo com as funções/tarefas? / *¿Tiene preferencia de género según las funciones/tareas?*

6.2 Qual o perfil de trabalhadores que esta empresa contrata? Há exigências na qualificação educacional do trabalhador ou apenas por experiência? / *¿Cuál es el perfil de trabajadores que esta empresa contrata? ¿Hay requisitos en la cualificación educativa del trabajador o sólo por experiencia?*

6.3 Qual o salário pago pela empresa? É igual para todos ou existe diferenças de acordo com a atividade relacionada? / *¿Cuál es el salario pagado por la empresa? ¿Es igual para todos o hay diferencias según la actividad relacionada?*

6.4 Qual o maior e menor salário pago pela empresa e suas respectivas funções? / *¿Cuál es el salario más alto y menor pagado por la empresa y sus respectivas funciones?*

6.5 Os postos de trabalho de melhor remuneração são ocupados por funcionários nacionais ou vem da matriz contratante/ de outra cidade? / *¿Los puestos de trabajo de mejor remuneración son ocupados por funcionarios nacionales o viene de la matriz contratista/ de otra ciudad?*

BLOCO 7 – VISÃO DO ENTREVISTADO

7) Quais impactos negativos o empreendimento pode gerar? / *¿Qué impactos negativos puede generar el emprendimiento?*

7.1 Há impactos ambientais? / *¿Hay impactos ambientales?*

7.2 O que é feito para minimizar tais impactos? / *¿Qué se hace para minimizar tales impactos?*

7.3 Como o empreendimento pode gerar benefícios locais? / *¿Cómo puede el negocio generar beneficios locales?*